

Luís Guanella

*Regulamento
dos
Servos da Caridade
(1910)*

À Congregação dos Servos da Caridade, já encaminhada a obter a aprovação pontifícia, o fundador, Pe. Luís Guanella, pensou em dar este Regulamento, com a intenção de oferecer «uma guia segura para tornar-se em tudo e para sempre Servos da Caridade, como nos quer o Senhor e na medida da ajuda e da graça que Ele dará a cada um de nós»: assim ele mesmo exprimia-se na VI carta circular aos seus religiosos, de 20 de outubro de 1910. O texto do Regulamento segue as pegadas das Constituições do Instituto dos Servos da Caridade, de 1907, deixando de lado, no comentário, toda numeração relativa aos artigos.

O manuscrito preparatório deixa supor que a redação tenha acontecido em circunstâncias inquietas e pouco favoráveis. Está escrito em 244 páginas de várias grandezas e de qualidade ruim; foram redigidas pelos Autor as folhas 1-22, 198-206, e a parte conclusiva, folhas 235-244; para o resto, ele serviu-se da obra de pelo menos cinco transcritores, que se revezam.

A edição (Gatteo, Tipografia do Instituto Meninos Pobres, 1910, 17,5x11,5 cm; 236 pp.) foi cuidada pelo Servo da Caridade Pe. Martino Cugnasca (1877-1953); ele fez algumas necessárias deslocamentos de matéria e alguma rara omissão, que encontramos assinaladas no texto original (v Opera Omnia Vol. IV: Scritti per le Congregazioni).

Na história da Congregação masculina, a este texto vem reconhecida uma grande autoridade; o Pe. Leonardo Mazzucchi (1883-1964), o principal biógrafo do Pe. Guanella e continuador da sua obra, cuidou da sua reimpressão (Como, Tipografia da Casa da Divina Providência, 1941; 17x11 cm; 275 pp), fazendo nela pequenos retoques e pondo no início um seu prefácio que aqui transcrevemos.

Permanecem sempre válidas as palavras com as quais o Pe. Guanella, o nosso doce Pai, apresentava e doava, cinco anos antes que nos deixasse, as páginas simples e bastante preciosas do seu Regulamento espiritual e moral... Este guarda e transmite-nos o espírito genuíno e o critério imprescindível do santo Fundador, ao qual cada um de nós deve inevitavelmente permanecer fiel por uma sacra obrigação e por um interesse fundamental. Nele encontramos abundantes páginas, ricas de impressionante e comovente eloquência e eficácia.

As nossas abençoadas Constituições são e serão sempre, para todos, o livro fundamental para a nossa vida, e este Regulamento, que é o seu comentário moral e espiritual, seja para todos nós um alimento vivo e substancioso para o nosso atuar e para a nossa espiritualidade de filhos desejosos de tornarem-se dignos do Pai querido e santo.

O estudo e a aplicação fiel desta Regra de vida trará a todos um benefício maravilhoso de santidade pessoal e de obras fecundas, como estava na mente e no coração do Pai, que nos abençoa e nos assiste até o nosso ver-nos de novo de Lá acima!

“É preciso que o Servo da Caridade, vivamente desejoso de promover a sua perfeição religiosa e com esta a prosperidade do Instituto, não desista nunca de estudar com amor as Constituições e o Regulamento, com o intento santamente cheio de boa vontade de aprender o seu espírito e de aplicar, na medida em que se faz possível, toda a sua letra” (Pe. Luís Guanella)

Pe. ALFONSO CRIPPA
Superior Geral

AOS SERVOS DA CARIDADE

Vós não contaís ainda vinte e cinco anos da vossa fundação; isto não obstante agradecei ao Senhor porque já crescestes em bom número de coirmãos sacerdotes e de irmãos leigos e pudestes constituir algumas Casas maiores, como em Como e em Milão, e outras Casas menores em várias regiões da Itália e também na vizinha Suíça.

Sobretudo, deveis ser gratos ao Senhor e reconhecidos ao sumo pontífice Pio X que nos confiou a ampla Igreja de S. José, em Roma, com a responsabilidade de atender uma populosa Paróquia.

Tudo isto deve altamente manter-vos humildes, pensando à vossa pouquidade e à bondade grande do Senhor.

Mas deve-vos, ao mesmo tempo, confortar e comprometer a melhorar no estudo e na dedicação, para tornar-vos instrumentos aptos de bem nas mãos da divina Providência.

Já tendes um texto de Constituições, que obtive das supremas autoridade eclesiásticas aprovação encorajante.

Mas a Regra pura e simples é como um código de lei, que precisa de estudo, de explicação, de interpretação.

E isto tem-se intenção de fazer com o Regulamento, que vos apresento e vos peço de acolher de bom ânimo, de estudá-lo e segui-lo com propósito firme.

Rezemos ao Senhor para que, especialmente nisto, ofereça-nos a sua ajuda abundante.

Sou-vos no Coração de Jesus
Tanto afeiçoado
Sacerdote Luís Guanella

Natal de 1910.

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

O FIM DO INSTITUTO

1. *Fim primário dos Servos da Caridade*

O fim primário do Instituto dos Servos da Caridade é a santificação dos próprios membros.

O mundo de quem cuida dos próprios interesses une-se em associações de comércio, de indústria, de estudo, para desenvolver o progresso humano; o mundo dos cristãos, que crêem e que praticam, é justo que se una em associações de ajuda material e de subsídio moral e religioso, para a prosperidade temporal e espiritual da sociedade.

A razão o quer, a lei eclesiástica o encoraja, a lei dos estados civis deve consentir.

Mas, como numa associação puramente civil é necessário que os membros sejam comprometidos e concordes para assegurar o bom sucesso dos próprios interesses materiais, assim os membros de uma associação religiosa têm o grande dever de comprometer seriamente as potências da mente, do coração e do corpo para alcançarem, em grau pleno e seguro, a prosperidade própria, que está na santificação cristã e religiosa.

A razão, a fé, a prática constante de vinte séculos ensinam que cada membro de um Instituto, como tem o dever para si, assim tem também o direito de pretender que cada um, segundo a capacidade própria e a graça que recebe de Deus, para o bem próprio e para o bom exemplo aos coirmãos, empenhe-se com todo esforço para obter a santificação da própria alma.

A santificação da própria alma obtém-se de cada Servo da Caridade mediante o estudo e a prática do célebre discurso que proferiu nosso Senhor, quando, do monte, instruía as multidões, dizendo: «Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus; bem-aventurados os puros de coração, porque eles verão o Senhor; e bem-aventurados também aqueles que têm fome e sede de justiça, isto é aqueles que têm o santo desejo de cumprirem em tudo e sempre a vontade de Deus; estes são bem-aventurados porque serão saciados no seu santo desejo». A doutrina dos Conselhos evangélicos, que é o compêndio das virtudes exercitadas pelo próprio Jesus Cristo, contém a verdadeira prudência e sabedoria cristã; a prática desta doutrina, prática e enérgica até ao heroísmo, prática perseverante até o fim da vida, aperfeiçoa os santos na Igreja de Jesus Cristo e glorifica-os no paraíso beato.

De consequência, todo bom Servo da Caridade deve gloriar-se do estudo e da profissão dos votos religiosos como de suma honra, deve ter querida a profissão dos votos religiosos como o máximo dos tesouros, deve praticar a substância das virtudes com verdadeira emulação.

Bem se sabe que a perfeição dos votos religiosos é como uma escada de oito degraus que se sobe degrau por degrau, segundo as forças que cada um tem e segundo a graça que recebe de Deus. E siga-se também a exortação do Apóstolo que, dirigindo-se aos cristãos de boa vontade, sugere agonizar por amor da justiça e esforçar-se com todo empenho para obter, na luta da vida, a coroa da vitória. E falando mais praticamente, é absolutamente necessário que todo Servo da Caridade entre com reta intenção no Instituto, que tenha as atitudes para observar as suas Regras e nelas se aplique com boa vontade, deixando depois campo à graça do Senhor de conduzir as almas até o aperfeiçoamento.

Segundo o que ensina também S. Tomás, a entrada na congregação, enquanto é bem máximo, é todavia um bem que se concede também aos menos perfeitos, mas que têm o sério propósito de querer melhorar e santificar-se.

Todo cristão, pois, não pode contentar-se de pensar e prover para si unicamente, mas deve também pensar e prover ao bem dos próprios irmãos e, entre estes, aos mais necessitados de ajuda corporal e espiritual; porque, se tal é o preceito do Senhor para todos os seguidores divino Salvador, é preceito tanto mais amável e tanto mais recomendável aos filhos mais queridos, os verdadeiros benjamins de nosso Senhor, que são todos aqueles que abraçam a doutrina e a prática dos Conselhos evangélicos.

Daqui resulta que os Servos da Caridade devem sentir vivo o dever comum do desejo de vir em ajuda do corpo e do espírito também dos próprios irmãos, filhos comuns na família do Pai celeste.

2. Fim secundário dos Servos da Caridade

«Ama o Senhor teu Deus com toda a mente, com todo o coração e com todas as forças... este é o primeiro e máximo preceito – disse Jesus Cristo a todos aqueles que tivessem desejado segui-lo – O segundo preceito, depois, é semelhante ao primeiro: amo o teu próximo como a ti mesmo.

Nestes dois preceitos consiste toda a lei e nestes estão resumidos os discursos e as exortações de todos os profetas».

Agora os Servos da Caridade querem enriquecer-se de virtude e de amor santo para podê-los depois distribuir em abundância aos outros.

A quais outros? De modo especial aos filhos pobres do povo, aos velhos pobres do povo.

Com qual meio obterão o nobre fim? Obtê-lo-ão seguindo perfeitamente as Constituições do próprio Instituto; obtê-lo-ão eficazmente com o exercício da vida apostólica, que é também fim e meio utilíssimo para a santificação própria e do próximo que nos circunda.

Os Servos da Caridade dedicar-se-ão com energia ao cuidado dos filhos pobres, dos velhos pobres e precederão e acompanharão com o exercício da vida apostólica, farão obra de alta glória para Deus, útil a si mesmos e de vantagem social.

Para entender isto, basta recordar os ensinamentos de Jesus Cristo, onde insinua que gosta das crianças como dos anjos do céu, que assegura a quem nutre um pobre uma recompensa abundante, que qualquer espécie de bem faça-se também ao último, ou seja, ao mais desgraçados dos próprios irmãos, é como feito a Jesus Cristo.

Por isso dirá Jesus Cristo aos mortos, no dia do juízo final: «Tinha fome, sede, estava mau vestido e sem alojamento e vós proveste-me de tudo... vamos, as minhas riquezas são as vossas riquezas, o meu paraíso é o vosso paraíso».

E os bons Servos da Caridade, que por muitos anos e por tantas vezes no dia socorreram com fé os pobres, estes bons Servos da Caridade, que ainda viventes não diziam nunca basta nas obras de caridade e de sacrifício, estes bons Servos subirão com Jesus no alto e possuirão aquele reino, que o Senhor, na sua infinita bondade, preparou-lhes desde o princípio da criação. Que ganho! Quanto triunfo!

O mundo dos enganados e dos enganadores, que se consideram patrões dos corpos e mestres do espírito dos homens, estes enganados e estes enganadores verão passar diante deles exércitos de servos e de servas da caridade e perguntar-se-ão atônitos: «Quem são estes e até onde sobem?».

Abri os olhos! São os inocentes da coisa dos outros, são os puros de coração, inocentes e limpos que sempre tiveram aversão das falsidades e das mentiras..., estes estão repletos das bênçãos do Senhor e obtêm plena misericórdia de Deus salvador! E se esta é a triunfal passagem de todos os religiosos e as religiosas que se ocupam da glória de Deus e da salvação do povo, esta mesma passagem será de modo ainda mais singular vivido por aqueles Servos da Caridade que, não com as palavras, mas com os fatos seguiram o exemplo daquele que traçou o caminho do fazer bem, precedendo, antes de tudo com o exemplo da caridade e depois fazendo seguir a palavra da doutrina santa.

Neste sentido, a instituição dos Servos da Caridade é saudada com alegria pelos cristão de fé; neste sentido, a mesma instituição pode ser providencial nos nossos tempos.

Ó, venha como incêndio santo o fogo da divina caridade! Mande o Senhor o espírito da sua divina caridade e será renovado o mundo!

O admirável Pontífice que nos governa grita, incansavelmente, como o Apóstolo: «É preciso *instaurare omnia in Christo*». Para instaurar as pessoas e as obras, deve-se cumprir o desejo do divino Coração, que aparecendo sob forma de imenso fogo, grita: «Vim para trazer no mundo o fogo da caridade e que quero eu, senão que tal fogo acenda-se no coração dos homens?».

Venha do céu a luz da verdade e dissipe as trevas do erro, descenda o fogo da celeste caridade e faça cessar a peste do vício.

Os membros do Instituto, por sua vez, entendam bem isto e ponham mão firme e energia incansável no promover o reino da caridade.

3. *Critérios para a admissão de internados nas casas do Instituto*

Existem critérios que concernem aos diretores destinados ao ofício de recepção; outros critérios concernem à pessoa e às qualidades dos que serão internados; existem também critérios concernentes às pessoas que recomendam.

Aqueles que entre os Servos da Caridade são encarregados de receberem os pedidos, devem ter a reta intenção de sentar-se como juizes da divina Providência, para distinguir, com reto discernimento, quais se possam e se devam admitir e quais não.

Requer-se, para isto, bondade de coração e espírito de muita caridade.

Mas não só, mais do que bondade de coração, requer-se luz prudente de discernimento.

É preciso preferir os mais pobres e os mais abandonados, mas que, ao mesmo tempo, dêem confiança de que se adaptarão à índole do Instituto, que tirarão vantagem do espírito da casa em benefício da própria alma, que não serão um provável perigo para o Instituto, bem entende-se de perigo físico ou moral.

Quanto aos que serão internados, dê-se preferência àqueles que são sem apoio humano e que por isso podem considerar-se filhos prediletos da divina Providência. Estes, de modo especial, farão descer sobre a casa as bênçãos do Senhor.

Devem-se preferir as crianças aos velhos, porque para os órfãos e abandonados existem especiais razões de caridade.

Deve-se seguir a ordem da caridade com o preferir os vizinhos aos longínquos, e também os parentes aos estranhos, ainda que seja perigoso sempre circundar-se de cuidados para a carne e o sangue.

A respeito das pessoas que apresentam e que recomendam os que devem ser internados, deve-se preferir as recomendações de pessoas eclesiásticas ou religiosas, fazendo muita atenção porque tais recomendados confiam-se mormente às sugestões do coração do que à discricção da mente e procuram apoiar as necessidades dos recomendados, sem ter em justa consideração as urgências do Instituto.

Convém igualmente agir com prudência e sagacidade, quando quem recomenda é pessoa de qualidade e ocupa um ofício particular, por exemplo um Prefeito ou um representante de uma instituição de caridade e semelhantes. Não é conveniente que estes, que são encarregados de exercitar eles mesmos a caridade, descarreguem-se em tudo ou em parte o seu peso sobre o Instituto, que no entanto vive de Providência e de caridade.

Mesmo se adotas o princípio de justiça, que quem possui do próprio não viva do alheio.

Os títulos de conhecimento pessoal e também os títulos de alguma benevolência ou de alguma benemerência, em favor do Instituto, não devem fazer pesar demasiado a balança em dano do mesmo Instituto.

Considere-se bom também o critério das mudanças que acontecem na economia: o aumento do preço dos alimentos e as maiores exigências, justas ou presuntas, dos internados. Neste campo, deve-se no entanto notar que, às vezes, os mais pobres são os mais exigentes e quem é mormente beneficiado é, no entanto, o menos grato.

Faz-se notar isto não já para desencorajar a fazer obras de bem, mas por amor de justiça e de caridade.

A Casa da divina Providência deve manter altos os seus objetivos e procurar que o asilo encha-se de pessoas necessitadas, tanto mais queridas por Deus e, portanto, mormente aptas a fazer chover os bens celestes.

Repita-se isto: muita fé devem ter os Servos da Caridade que, ocupando o cargo da recepção dos beneficiados, quase têm em mãos próprias as chaves para abrirem ou para fecharem as portas para quem é enviado em nome da bondade e da caridade do Senhor.

4. *As crianças pobres*

O Instituto acolhe as crianças pobres, com idade que vai dos três aos doze anos mais ou menos, ou seja até aquela idade na qual, razoavelmente falando, a criança possa conservar o candor do bom

costume. A este respeito, porém, deverá ter-se conta de circunstâncias várias de lugar, de família, de capacidade intelectual.

O que importa é que não se recebam corações já estragados, capazes de transmitir a contaminação do mal entre os companheiros adolescentes. Para os incorrigíveis, as nossas Obras não dispõem de um ambiente apto e convém confiá-los a lugares de cura mais oportuna e útil.

Quanto ao estado de saúde, devem-se sempre preferir os doentes e os de saúde fraca, nunca porém os típicos, para não espalharem o contágio na comunidade.

Recebem-se os aleijados, os mancos, e fazem-se votos para que, em tempos não longínquos, possa-se dispor de um lugar para os epiléticos, para os quais a necessidade de asilo é mais sentida.

Devem-se preferir as crianças órfãs de ambos os pais ou de um dos dois.

Não raras vezes, existem crianças com pais pouco aptos e pouco exemplares, e então estas crianças encontram-se em pior estado que os mesmos órfãos, os quais por serem tais, podem mais facilmente gozar da beneficência pública e da caridade privada dos bons cidadãos.

Não raramente, para aliviar a pobreza do abrigo, pode-se racionalmente receber uma criança de condição mais abastada, mas que de bom ânimo corresponde uma mensalidade copiosa, da qual o pio asilo não só não tenha dano, mas alguma vantagem em benefício dos irmãos mais necessitados.

5. Normas para a aceitação das crianças pobres

Além das observações acenadas, convém ter também as seguintes precauções.

1) Informar-se da índole e do caráter dos pais ou tutores ou representantes e acertar-se do estado econômico dos mesmos, na medida em que se pode, e da sua solvibilidade para aquela mensalidade que prometem.

2) Informar-se também sobre a índole e o caráter do internando e quanto possa prometer de bom êxito.

3) Convirá também industriar-se para que das Prefeituras, das congregações de caridade e dos privados recolham-se ajudas, úteis a aliviar o Instituto das despesas maiores e assim obter que a boa semente da caridade propague-se e que, como sopro benéfico, expanda-se para contrastar o egoísmo que torna áridos os corações.

4) Do mesmo modo, deve-se fazer com que os meninos entrem com um enxoval discreto de hábitos pessoais e de roupa de cama.

Será coisa boa confiar a pessoas piedosas e caridosas a provisão de vestiário para um ou mais necessitados, para assim assumi-los como filhos próprios, em nome da caridade de Cristo.

Será preciso procurar médicos caritativos e remédios em boas condições e constituir no abrigo um sortimento dos remédios mais utilizados e permitidos pelos vigentes regulamentos sanitários.

6) Recomenda-se também a prática de ter um enfermeiro que tenha cumprido um curso de estudo de higiene e tenham obtido um diploma ou certificado de exercício como enfermeiro; os meninos precisam de cuidados quase maternos e é preciso tratá-los com fineza de coração e com luz inteligente de ótimo gosto.

Os banhos para o cuidado da saúde e para a higiene são também para sugerir, especialmente na estação estiva, se bem que não seja nunca bastante recomendar a vigilância para tutelar as leis da honestidade e do pudor, tanto rigorosas em cada um, mas sobretudo entre os adolescentes.

7) Quando à alimentação, cuide-se da sua qualidade, para que seja sã, e da quantidade, para que seja suficiente, mas não excessiva; a este respeito é mais fácil cair por defeito de gula do que por excesso de sobriedade.

Abunde-se no repouso, porque os adolescentes têm necessidade de repouso.

8) Nos casos de doenças ligeiras, recorra-se aos remédios e às curas próprias da família, mas quando aumenta a febre não se deixe de chamar o médico.

Com os meninos mais fracos ou com particulares problemas, abunde-se nas curas necessárias. Se necessário e na medida em que se pode, tenham-se separados dos sãos e use-se zelo para que por toda ordem de sofrendores nutram-se sentimentos de fé e de caridade viva, sem que eles se dêem conta; os anjos do céu apreciarão muito este comportamento de exímia caridade.

9) Os primeiros cuidados e os mais diligentes dirijam-se aos meninos que, deixada a casa paterna, movem os primeiros passos no âmbito do Instituto; aqui devem encontrar quem faz as vezes para eles de pai amante e mãe piedosa.

10) Nas Casa da Providência, deve reinar a substância da caridade e não as simples aparências.

Até onde é lícito e até o limite da possibilidade, convém esforçar-se para que os meninos estejam bem vestidos, bem alojados, porque também isto favorece admiravelmente o bom nome do Instituto e contenta o coração humano.

Também isto hoje é meio para atrair a beneficência ou para satisfazer as exigências dos tempos.

11) Seria proveitoso, também para a higiene, introduzir o uso dos tamancos de madeira, preparados em diversas formas para o uso invernal e estivo.

6. *O estudo*

Os meninos pobres frequentemente gozam de engenho e de firme propósito mais do que os filhos dos ricos. Assim o Senhor compensa os seus dons nas pessoas e nas famílias; por isso é preciso cuidar nos meninos pobres o desenvolvimento mental, como também a cultura do coração.

Devem-se iniciar aos estudos elementares, a uma educação que seja própria da situação familiar e social de cada um.

Os estudos das classes elementares devem ser conformes aos regulamentos escolares, de modo que um dia os órfãos tornem-se cidadãos honrados, amantes da religião e da pátria.

Em via excepcional, as classes de primeiro e segundo ano primário podem ser consignadas ao pessoal das Irmãs de Santa Maria da Providência, desde que sejam tomadas todas as oportunas precauções de lugar e de pessoas. A criança sente mormente a necessidade da educação materna e é bom satisfazê-la, mas não além da idade dos cinco aos dez anos e com a prévia salvaguarda dos cuidados que se requerem para o decoro da casa e a plena segurança.

É inútil notar que se devem preparar os exames prescritos pelo ordenamento escolar com vigor.

Recomenda-se estimular a emulação entre os escolares com a prática de exames bimestrais e semestrais.

Quando tenham superado os exames, poder-se-ão aplicar a outra instrução, como será dito nos parágrafos seguintes.

7. *Jovens aspirantes ao Instituto*

Os jovens do nosso Instituto devem ser considerados como alunos de um pequeno sementeiro para obter vocações em favor dos Servos da Caridade, seja como sacerdotes, seja em qualidade de irmãos leigos.

Para serem endereçados aos estudos eclesiásticos do ginásio, os meninos devem ser de boa saúde física, de engenho pelo menos discreto, de ótima conduta moral, de atitude para a vida eclesiástica.

Convém que não só com as palavras, mas também com os fatos, manifestem claras as próprias intenções, e que os pais ou tutores sejam não só contentes, mas com um escrito para conservar-se no arquivo, manifestem a sua sincera vontade de permitir ao menino de dedicar-se ao serviço do Instituto.

No entanto, não se dispensem de corresponder, cada um segundo as próprias possibilidades, uma mensalidade, de modo que os estudos não sejam totalmente por conta do Instituto e para que os mesmos alunos com isto manifestem um sinal mais evidente da sua sincera vontade.

Quando um estudante desse sinais evidentes de não querer servir no Instituto, então poder-se-á mandá-lo para a família, ou então, com caridade e justiça, recomendá-lo a uma outra instituição que, eventualmente, possa ocupar-se dele.

Seria uma caridade mau entendida prolongar por muito tempo a decisão sobre uma vocação muito incerta.

Os estudos, atualmente, realizam-se na casa principal de Como; por exceção, também na casa de S. Caetano de Milão, ou então em Roveredo (Suíça), na espera, depois, de continuá-los em Roma, ao lado da igreja de S. José «al Trionfale», que se deve erigir.

8. *Artes e ofícios*

O Instituto dos Servos da Caridade tem, como fisionomia fundamental, aquela de Instituto-abrigo.

Mas isto não impede que, além de prover a uma instrução religiosa e civil necessária, também possa prover a dar o pão material da vida por meio do trabalho.

O trabalho consiste, especialmente, na aplicação das artes e ofícios e nas colônias agrícolas.

Escolhem-se, para as artes e ofícios, aqueles meninos que demonstram atitudes especiais; para as colônias agrícolas, geralmente, aplicam-se os escassos de mente.

Entre as artes, escolhem-se as mais comuns: aquelas do alfaiate, do sapateiro, do ferreiro, do tipógrafo, do carpinteiro, com o fim de ensinar e dar trabalho ao internados e para um modestíssimo lucro para o Instituto.

Não é de nenhum modo conveniente entrar em empresas comerciais, as quais, com o tempo, podem comprometer a natureza e a continuação do Instituto.

Quanto às colônias agrícolas, observem-se as mesmas medidas de prudência, também em consideração das despesas necessárias para o seu desenvolvimento.

Começa-se sempre com a parcial experimentação e procede-se gradualmente com prudência e sagacidade.

9. *Abrigo dos adultos*

Os adultos, que devem ser internados, podem ser escassos de mente, limitados nas forças físicas, escassos de saúde corporal, não suficientemente capazes de proverem-se o pão cotidiano da vida.

Sempre devem ser de boa conduta moral ou pelo menos devem ser tais que deixem crer não só possível, mas provável a correção dos defeitos do passado.

Quem entrasse sem o propósito de seguir o critério religioso da casa, é melhor que esteja fora dela, porque se faria muito mais malvado para si e perigoso para os outros.

Não devem ser acometidos por doença física contagiosa. Entre as doenças contagiosas inclui-se a epilepsia.

Não se recebem aqueles doentes de doença aguda, porque estaria fora da nossa finalidade.

Certas vezes são-nos apresentados doentes crônicos, próximos já da morte: não é sempre prudência e decência admiti-los. Será melhor sugerir, caridosamente, que sejam designados aos institutos hospitalares ou, melhor, que sejam assistidos na família.

Convém sugerir que todos aqueles que têm possibilidade, apliquem-se a alguma ocupação profícua. Possivelmente, ocupem-se em trabalhos de jardinagem e de colônia agrícola.

Seria também muito desejável introduzir a arte de construção de cadeiras e cestas, mantendo o interesse dos internados com uma retribuição encorajante.

Para os outros incapazes ao trabalho, será caridade oportuna endereçá-los ao espírito de oração e de boa leitura.

Será ótima medida ter uma biblioteca popular, amena, para bem guardar, para distribuir boas leituras entre os internados.

10. *O alimento*

O alimento deve ser plenamente suficiente enquanto à quantidade, mas como se disse acima, cuide-se que não se introduzam abusos.

Acerca da qualidade do alimento, preferem-se os cereais e as leguminosas, porque mais são e mais convenientes e, ao mesmo tempo, também mais econômicos.

As exigências dos tempos requerem também o uso do vinho, mas, na medida do possível, elimine-se o uso das outras bebidas alcoólicas, porque menos higiênicas.

Prepare-se e ofereça-se o alimento com sentimentos de fé e de caridade, conforme o célebre provérbio que um prato dado com o sorriso é pelo menos um prato temperado à metade.

Evitemos os defeitos de parcialidade, porque entre pessoas idosas ou de escassa inteligência poderiam surgir inconvenientes.

Tenha-se igualmente cuidado que os seus hábitos sejam decentes e limpos.

11. *As práticas religiosas*

As práticas religiosas, atualmente em uso, são as seguintes: a santa Missa cotidiana; a visita ao Santíssimo Sacramento de tarde; a bênção com o Santíssimo Sacramento de noite; a santa Comunhão cotidiana no maior número e fervor possível; cada oito dias, dá-se a possibilidade a todos de receberem os santos Sacramentos; nas enfermarias mais amplas, celebra-se a santa Missa cotidiana e festiva, na medida em que se pode; no primeiro domingo de cada mês faz-se o exercício da boa morte; nas enfermarias cada dia organizam-se leituras devotas e orações especiais.

Procura-se dispensar a divina Palavra com abundância. Faz-se uma exortação piedosa cada dia, de manhã depois da Missa, e uma pregação piedosa com referência às Regras antes do repouso da noite.

Nos dias festivos far-se-á uma instrução sobre o Evangelho, uma catequese para todos em geral e para grupos de internados.

Segue-se a prática dos pequenos discursos e discursos piedosos nos meses de São José, de maio, do Sagrado Coração, e de novenas e tríduos em preparação para as pequenas solenidades.

O catecismo é ensinado diversas vezes na semana, nas escolas diurnas e vespertinas.

Ao estudo da doutrina cristã, faz-se seguir a prática da santa Comunhão, a adoração do Santíssimo Sacramento e a prática da adoração perpétua, cada terça-feira e cada sexta-feira da semana.

Alterne-se o ensinamento religioso com o uso do canto popular e litúrgico.

Depois pensou-se a um manual de práticas devotas e a uma coleção de pensamentos piedosos para cada dia do ano e para as diversas circunstâncias, segundo a prática e o critério das casas da Obra salesiana.

Mantenham-se estas práticas, que entraram espontaneamente no espírito da casa, evitando os extremos de uma piedade forçada ou então relaxada.

Favoreça-se a prática piedosa de uma espécie de adoração perpétua diurna, da qual participam as pessoas idosas, que são muito inclinadas à piedade, e também os adolescentes, os quais, caridosamente guiados, saboreiam e cultivam o alimento suave da piedade cristã. Deve-se confiar muito nas orações férvidas dos inocentes.

12. *A disciplina*

A disciplina deve ser aquela de uma família cristã bem regulada.

É preciso conformar-se com o exemplar da Sagrada Família.

Os superiores não devem fazer pesar, na medida do possível, a autoridade do comando.

Os dependentes devem obedecer por princípio de fé e não por força, como escravos.

Quem comanda, pense que comanda em nome de Jesus Cristo, humilde e doce de coração; quem obedece pense que obedecer aos superiores é como obedecer ao mesmo Deus. Os superiores são os representantes de Deus; os pobres são os benjamins da Providência, os verdadeiros senhores e patrões, porque as Obras são instituídas não tanto para quem comanda, quanto para quem obedece e os benfeitores oferecem-lhes o seu apoio para o bem dos internados.

Para que entre os superiores e os inferiores não aconteçam contrastes e reine soberana a concórdia, é preciso que, antes de tudo, reine soberana a caridade. Somente com estas condições uma pessoa pode encontrar-se bem entre as obras da Casa da Divina Providência. É muito melhor abundar em piedade e em misericórdia, do que pecar de rigor e de justiça. Muito mais devendo tratar com pessoas que nem sempre e perfeitamente podem responder dos próprios atos. Se são meninos, a estes falta a experiência; se são velhos, estes tornaram-se quase meninos, fracos nas forças físicas, frágeis nas faculdades mentais, irritadiços e mal-humorados nas já enfraquecidas forças do coração. É preciso, portanto, olhar tanto para os indivíduos como para o conjunto dos hóspedes com coração generoso: ninguém pretende que as Casas da Divina Providência sejam

reguladas com disciplina militar e que nessas reine soberana aquela disciplina extrema que nem sequer existe nas situações que têm muito êxito.

Para decidir se convém conceder alguma liberdade a mais, tenha-se presente que também um miserável que vive na rua ou passa a noite sem um digno asilo, goza também de uma liberdade que lhe é tanto cara. Cuide-se, portanto, de compensar, de algum modo, a liberdade e de permitir, no âmbito da casa e segundo as regras da mesma, aquela maior liberdade de ação que a razão pode permitir.

13. *Nos casos de doença*

Nos casos de doença, é preciso, antes de tudo, conhecer se a doença é real ou antes imaginária e também se se trata de um ligeiro incômodo ou então de sintomas que podem ter consequências graves. Sinal de doença é o grau de febre: neste caso é preciso chamar o médico.

Para com os doentes, usem-se todos aqueles cuidados de caridade e de dedicação, que são conformes com um lugar de asilo e com uma casa de Providência.

Tenha-se, sobretudo, cuidado do bem espiritual dos indivíduos.

Não se tarde a solicitar o sacramento da Confissão; mais tarde, depois, e segundo as circunstâncias, recebam os outros sacramentos.

Quando um doente agrava-se, reze-se na comunidade e, quando está nos extremos da vida, usem-se todas as curas que a Igreja, mãe santa e pia, aconselha.

Sejam visitados, frequentes vezes, pelo sacerdote ou pelos sacerdotes designados e, depois da morte, acrescentem-se as preces de sufrágio na comunidade e aplique-se logo pelo menos uma santa Missa.

Lembre-se, além disso, aos parentes do defunto, que têm o dever de justiça e de caridade de acrescentar e de continuar mais abundantes sufrágios.

Capítulo II

OS MEMBROS DO INSTITUTO

1. *Quais são os membros do Instituto*

Os membros do Instituto podem ser sacerdotes ou então leigos.

Sacerdotes e leigos são verdadeiros coirmãos de Congregação, porque ambas as ordens de pessoas são chamadas por Deus a coadjuvar-se mutuamente e a servir no Instituto, porque ambas as ordens de pessoas comprometem-se no usar todas as suas forças de corpo e de espírito para o progresso do Instituto, porque ambas estas ordens de pessoas obrigam-se aos mesmos votos de pobreza, de castidade, de obediência, para procurarem a si mesmos aumento de santificação para a maior glória de Deus e em benefício do próximo.

Sacerdotes e leigos nutrem-se na mesma mesa da doutrina dos ensinamentos do divino Salvador, para copiar em si as suas virtudes; são coirmãos que se amam e se ajudam mutuamente; são coirmãos que formam uma família de fortes, contra a qual nada podem os inimigos da fé e os adversários das suas almas.

Quanto é nobre esta união de sacerdotes e de leigos que professam a mesma fé e, confortados pelos mesmos Sacramentos e animados pela mesma virtude, formam um corpo de capitães e soldados valorosos no combater as batalhas do Senhor. Estes são feitos espetáculos para os anjos e para os homens que os admiram e recebem edificação, e feitos terror para os demônios que, aterrorizados, fogem muito longe! Como no céu, existem as hierarquias dos anjos e dos santos, que estão em redor de Deus em perpétuo louvor, assim também na terra, um hierarquia de sacerdotes puros e de leigos continentes, vivem de acordo para imitarem as virtudes dos anjos e dos santos e, com os anjos e os santos, cantam perenemente um hino de glória ao Senhor.

2. *Atribuições dos sacerdotes*

Os sacerdotes foram consagrados para que sejam sacerdotes eternamente, sacerdotes para serem a luz que rareia as trevas do mundo, sal de tempero para a terra, palavra de salvação para o coração dos homens.

Cada sacerdote é continuador da obra de Jesus Cristo, canal de graças para os homens e verdadeiro dispensador dos dons celestes.

O sacerdote, para ser elevado ao santo altar, teve que sustentar um longo curso de estudos e um mais longo noviciado de virtude e de disciplina; pelo sacerdote rezou todo o povo cristão; ele, segundo a fé, é a primeira dignidade sobre esta terra e é ministro de tal dignidade que não foi concedida nem aos anjos e nem sequer foi dada à verdadeira Mãe de Jesus Cristo. O sacerdote, que é consciente da sua dignidade, primeiramente para si mesmo e depois para as almas do próximo, em favor da quais foi consagrado ministro e dispensador da divida Palavra e dos santos Sacramentos, não tem igual na família de um Instituto religioso. Por isto, no Instituto dos Servos da Caridade, no qual eles são em prevalência de número, como de virtude e dignidade, aos sacerdotes são destinadas as atribuições de comandar e de dirigir, como em toda Congregação congênere.

Comandam em nome de Deus e para Deus; dirigem em virtude daquela graça de ofício que o Senhor, na sua bondade, acrescenta a qualquer ordem de pessoa colocada a dirigir e que, abundantemente, assegura ao sacerdote, seu ministro e representante na terra.

Os sacerdotes devem, por isto, preceder com todo tipo de belas virtudes, especialmente com a humildade e a doçura; devem ser cristãos para si e sacerdotes para os outros, no sentido que devem ser santamente ansiosos de espargir os frutos espirituais e corporais do próprio ministério santo.

Depositários das divinas vontades, devem fazer com que a santa vontade do Senhor seja feita pelos servos do Senhor na terra, como é feita pelos anjos no céu.

Os sacerdotes são, também eles, homens e é melhor que sejam homens antes que anjos, porque são chamados a serem homens angélicos, mártires de virtude e de caridade, e é bom que sejam homens, porque se fossem anjos não poderiam nem falar ou ver o seu próximo.

Nós pobres homens, que somos compostos de alma e corpo, temos também necessidade de ver e de tocar com os sentidos, para podermos-nos elevar do sensível e natural ao insensível, ao espiritual e ao sobrenatural.

Podem ter também algum defeito os sacerdotes: mas, qual é o homem que se possa pretender sem defeito? O Senhor modelou os homens do barro da terra e os fez frágeis, para que estivessem sempre humildes. Deus, na sua potência e bondade, queria para si a glória de elevar estes mesmos homens por encima do coro dos anjos, acima, em cima no alto, ainda mais no alto, para maior derrota da soberba diabólica, para ocupar as sedes que ficaram vazias depois da queda dos espíritos rebeldes.

Os sacerdotes podem ter defeitos; mas isto lhes predispõe a terem maior compreensão e a conceder o perdão aos pecadores, que diante do ministro de Deus impetram misericórdia.

Estão muito perto dos irmãos leigos no realizar a missão comum e isto faz bem aos mesmos sacerdotes, porque estimula-os a terem maior zelo para não faltarem também ao menor dos seus deveres, e é um bem também para os irmãos leigos, porque estes poderão mais facilmente espelharem-se nas virtudes sacerdotais, seguirem os seus exemplos e servir-se do tesouro do seu sagrado ministério de santificação.

É preciso que estes sentimentos de fé e de caridade animem os corações dos irmãos maiores, os sacerdotes, e dos irmãos menores, os leigos, para que em uns e em outros cresça a força de virtude e duplique-se a alegria que é própria de quem serve ao Senhor, à paz, à caridade.

Por isto, é preciso que entre as duas ordens, sacerdotes e leigos, não exista nunca espírito de partido, nem espírito de ciúme, tanto menos espírito de insubordinação.

Este perigo será tanto mais mantido longe, quanto mais as duas famílias dos sacerdotes e dos leigos serão unidas pela fé, vivificadas pela caridade, para formarem uma família só e serem um só coração e uma só alma.

Neste sentido, vemos Jesus Cristo que, na vigília da sua paixão, rezava: «Pai, fazei que os meus discípulos sejam uma coisa só, como eu e vós o somos!».

3. *Os irmãos leigos*

Os irmãos leigos devem compreender a natureza da sua missão, porque é verdadeiramente grande. O Senhor é o patrão dos corações, portanto, é patrão de confiar a cada um os ofícios que crê oportunos na grande família da sua Igreja.

Grande é a sua missão, porque eles fazem parte de um corpo que é destinado pelo Senhor a difundir torrentes de bênçãos sobre a terra.

Muitas pequenas forças pequenas juntas fazem uma força grande; a união de muitos irmãos é capaz de construir uma torre inexpugnável a toda invasão inimiga.

A graça do Senhor desce no coração dos chamados e, com a graça do Senhor, os pobres filhos que, estando no mundo teriam tido uma vida bastante difícil, nas congregações religiosas encontram abundância de bens espirituais além daqueles corporais.

É preciso sentir-se chamados, sem, porém, pretender a força e a clareza de uma vocação como aquela de Saulo, que foi extraordinária e prodigiosa. Aqueles que entram no Instituto, pelo fato mesmo de apresentarem-se, fazem boa obra. É lícito entrar na igreja impelido e solicitado; basta que depois o homem dobre os joelhos e adore o Senhor, para assim progredir, dia a dia, para que, com o divino fervor e com a própria colaboração, adquira uma maior abundância de graça de Deus e de dons do seu Santo Espírito.

Os sacerdotes Servos da Caridade, que são cristãos para si e sacerdotes para os outros, devem sentir dentro de si o verdadeiro fogo do zelo de caridade, devem sentir neles a chama da caridade de Jesus Cristo e difundi-la para que também os outros sintam o calor do fogo da caridade de Deus e do próximo.

Os Servos da Caridade devem, isto é, comprometer-se com muita oração do coração, com muita atenção e zelo da mente. Com muita fé e caridade, devem saber individuar, no meio do povo e no cumprimento dos próprios ministérios sacros, aquelas vocações que a Divina providência põe diante deles.

Todas as vocações vêm de Deus e os Servos da Caridade devem acolher, com ânimo grato, as vocações que, no tempo, no modo e na pessoa melhor agrada ao Senhor conceder.

Tantas vezes as constituições menos robustas, os engenhos menos dotados conseguem fazer o bem melhor de outros que confiam nas próprias forças.

Lê-se nos livros santos que o Senhor elege aquelas pessoas que, diante do mundo, são consideradas de pouco valor: o Senhor elege estas pessoas confundir os vangloriosos.

Especialmente nos inícios de uma Congregação, é preciso saber contentar-se dos pobres pescadores da Galiléia.

É preciso, pois, ter por eles sentimentos de estima e de caridade, como é requerido pela mesma razão, iluminada pela fé.

Estes irmãos menores são também eles homens e sentem a própria independência e a própria autonomia.

É preciso saber compreendê-los: é preciso também ocupá-los naqueles trabalhos nos quais eles podem provar a satisfação no fazer cotidianamente aquele bem que se possa sensivelmente ver e tocar.

Os irmãos leigos, como irmãos menores, devem ser conduzidos quase pelas mãos pelos irmãos maiores, os sacerdotes, ao pasto frequente e salutar da divina Palavra, no aprender os deveres religiosos, na meditação, no receber frequentemente os santos Sacramentos, nos múltiplos compromissos de caridade que, como bocados de alimento refinado, servem admiravelmente para confortarem as capacidades do homem no exercício dos seus ofícios.

A este respeito, é necessário evitar um duplo perigo. Certas vezes os sacerdotes são todo zelo pelos estranhos e menos pelos próprios coirmãos. Do mesmo modo, há o perigo que os irmãos leigos não tenham em justa consideração a obra e o ministério dos sacerdotes, porque vivem vizinhos a eles dia e noite. É preciso vencer a dupla tentação, porque pode tornar-se mais ou menos funesta para a santificação das almas, para o próprio bom andamento do Instituto.

4. Ofícios dos irmãos leigos

Os seus ofícios, propriamente falando, são aqueles de Maria e de Marta, que são os mesmos praticados por Jesus Cristo e pelos seus apóstolos.

Nada de mais perfeito, nada de mais apto para cultivar com fervor o espírito religioso!

Os irmãos leigos, por meio de exercícios piedosos, cotidianos e abundantes, cresçam na escola dos santos e saboreiem a alegria do conversar com os beatos.

Estando a esta altura, o Senhor dar-lhes-á a graça de conhecer o valor e a prática da humildade, do sacrifício de Jesus Cristo e, então, não haverá mais ofício tão humilde que o bom leigo Servo da Caridade recuse de exercitar. Agrada ao Céu que ele possa deleitar-se nos ofícios, mesmo os mais repugnantes, para poder vencer a si mesmo e tornar-se semelhante ao divino Mestre! O Servo da Caridade dever ter Deus presente em todo seu ofício, deve nutrir fé viva, convicto que obedecer aos superiores é obedecer a Deus mesmo e por isso deve o bom servo fazer de si mesmo um sacrifício de boa vontade a Deus.

Um Servo da Caridade naturalmente nos ofícios de família avança por graus, ainda que não deva de nenhum modo aspirar a isto por fins humanos, mas somente para saber cumprir mais perfeitamente e para a maior glória de Deus os ofícios que lhe são confiados.

Os irmãos leigos, especialmente, devem ocupar-se dos trabalhos práticos e dos ofícios de providência econômica.

Deseja-se, vivamente, que um irmão leigo seja encarregado das despesas, seja também ecônomo, seja procurador, e que, sob a guia do próprio superior, desempenhe ofícios econômicos importantíssimos na Congregação.

Ofícios dos irmãos leigos são aqueles de porteiro, de escrivão, de enfermeiro, de responsável dos laboratórios de arte e profissões ou de colônia agrícola, de ecônomo geral ou local, no vigiar a economia e fazer as compras mais gerais de provisões alimentares, de vestiário, de construções edilícias e semelhantes.

Aos irmãos leigos abre-se também um largo campo de ação na ordem moral e, por isto, fazem-se votos fervidos para que também aos irmãos leigos confiêm-se tarefas na ordem disciplinar e moral.

Um irmão leigo fervoroso pode cumprir atos de zelo, exortando os internados à frequência das práticas devotas, cultivando o espírito de apego e de dedicação à casa; nestes e semelhantes âmbitos, eles podem exercitar atos de zelo melhor do que os mesmos sacerdotes.

Executariam os mesmos ofícios daqueles discípulos de Jesus Cristo que, dois a dois, eram enviados a preparar a estrada nos corações da população para a chegada sucessiva do seu divino Mestre.

Além disso, também os bons irmãos leigos devem-se instruir na doutrina do catecismo, para assim poderem, por sua vez, instruírem os internados da casa ou os alunos dos oratórios festivos e semelhantes. Eles devem, além disso, instruir-se nas disciplinas civis e profissionais, para tirar deles depois bons professores primários, em posse de diploma regular, ou então, suficientemente expertos nas artes profissionais, para a sua satisfação e em vantagem da comunidade.

É também finalidade dos Servos da Caridade, além daquela do cuidado dos filhos dos pobres e velhos pobres, a vida apostólica. Esta vida apostólica exercita-se também em lugares de missão e, em tal caso, não há nada de mais útil do que um Servo da Caridade leigo que, em qualidade de catequista e de cooperador, seja companheiro do sacerdote missionário nas várias estações da missão católica. Mas disto, mais difusamente, será o caso de falar em outra parte.

Desta breve apresentação do espírito e dos ofícios dos irmãos leigos, o Servo da Caridade pode facilmente apreciar o alto ideal do seu estado e conceber no coração o firme propósito de alcançar a alta finalidade da sua vocação.

5. O corpo do Instituto dos Servos da Caridade

Corpo ou corporação chama-se o conjunto de um Instituto que nasce, vive e desenvolve-se como um corpo, ou seja, como a pessoa humana. No corpo humano existe a alma distinta nas três potências do intelecto, memória e vontade. Esta alma sustenta o corpo e dá-lhe vida.

O corpo, por sua vez, tem a cabeça, na qual existem os sentidos mais importantes da vista e do ouvido, e tem depois o conjunto dos membros que obedecem à cabeça.

Esta ordem de disposição é uma ordem natural que não se muda e que é absolutamente necessária para viver.

Numa corporação ou Congregação, deve existir a alma de quem dirige com a mente, de quem recorda as coisas e as pessoas por meio da memória, de quem sabe atuar com firmeza de vontade, tirando de redor todos os impedimentos que se interpõem aos movimentos próprios e à agilidade das ações da vida.

Isto se vê com a simples luz da razão humana.

Acrescenta-se nas corporações religiosas a fé, a virtude, a graça de Jesus Cristo, o que eleva a pessoa e as obras da simples ordem humana a uma ordem imensamente superior: aquela sobrenatural.

Por meio da fé e da caridade, o homem vaga nas esferas celestes e cresce em força de vistas e atua em força da ajuda divina, para cumprir empresas que, com o simples raciocínio humano, não se poderia de nenhum modo explicar.

Neste sentido, o divino Salvador disse aos seus apóstolos e por eles aos seus sacerdotes, herdeiros do zelo apostólico: «Vós sois os meus amigos, porque o que tinha para dizer-vos de mais precioso e de mais secreto vo-lo disse, ajudo-vos e concedo-vos continuamente a graça de executar não só os meus preceitos, mas também os meus conselhos, para que vós sejais uma mente e um só coração como sou eu e o meu Pai celeste».

Este constitui o espírito que deve ser próprio das pessoas que dirigem o Instituto.

De consequência, todos devem rezar para que a graça dos sete dons do Espírito Santo difunda-se na mente e no espírito dos dirigentes.

Os dirigentes devem acrescentar virtude e força própria para merecerem que o fogo da caridade de Jesus Cristo inflame-os, para que possam, com este fogo, apagarem as águas dos defeitos e das fragilidades próprias e difundirem luz e calor no coração da sociedade cristã.

Na casa mãe do Instituto, reside o Conselho superior de governo, que é composto pelo superior geral, pelo superior local, pelo ecônomo geral, pelo secretário geral e por dois conselheiros.

O Conselho superior é a máxima autoridade, como Moisés e os seus anciãos, como o pontífice e os seus cardeais e, na ordem civil, como o rei e a sua câmara e também o prefeito e o seu conselho.

Cada casa sucursal tem também o seu superior local e o seu conselho, que depende dele e, em última instância, do Conselho geral; depois seguem os irmãos sacerdotes professos por ordem e por ancianidade. Seguem depois os irmãos menores leigos, com hierarquia e ordem próprios, com hierarquia de ofícios e com ordem de profissão. Todos estes são como os membros a respeito do corpo. O Conselho superior é como a cabeça, os olhos e as orelhas do corpo. Os Conselhos inferiores, com os próprios cooperadores, são como mãos e pés para atuarem.

A graça do Senhor, como se disse, e a graça do Santo Espírito, como fogo que alimenta o motor de um navio, dá força para sulcar o mar da vida.

A Congregação ou corporação religiosa, portanto, é como o corpo humano, que goza por cada ato próspero da vida, que se magoa por cada padecimento de doença.

Quer dizer, um instituto religioso é um corpo que prospera, goza, triunfa, quando a sua cabeça e os seus membros são guiados pelo espírito da verdadeira graça, sem mistura de imperfeições e de enfermidades malignas.

Mas quando os membros adoecem, então seguirá muito cedo um mal-estar que mais tarde terá as suas consequências.

Pelo qual se deverá ter o máximo cuidado, por parte, antes de tudo, da cabeça e depois também dos membros do Instituto, de retroceder de todo gênero de mal e de avançar em todo tipo de bem.

6. Pessoas e meios para a organização do Instituto

Difícilmente pode-se imaginar ou pensar em dirigir utilmente um instituto religioso sem o pessoal dos sacerdotes.

Os candidatos para serem sacerdotes entre os Servos da Caridade devem conformar-se com as leis do Concílio de Trento e com os decretos posteriores dos sumos pontífices até Leão XIII e o pontífice Pio X gloriosamente reinante.

É muito importante que os sacerdotes Servos da Caridade sejam educados segundo o espírito da Igreja àquele grau de piedade e de ciência que a santa Igreja sugere e que é conforme com as necessidades do tempo.

Não obstante isto, podem-se fazer exceções; tais exceções devem ser plenamente conformes às intenções da mesma Igreja e à bondade e discrição do Santo Padre.

É coisa certa que no cuidado dos filhos pobres e dos idosos necessitados do povo requerem-se ministros que sejam às vezes mais ricos de paciência do que de ciência, em base aos ministérios sutis de caridade que dever exercitar.

Tais ministérios de caridade podem-se e devem-se exercitar mediante um espírito de vocação especial.

Ora, quem pode negar que não se dê, também frequentemente, o caso de candidatos que, pela capacidade apenas suficientes dos próprios talentos, seriam pouco aptos a outros ministérios de cuidado das almas, enquanto podem ser muito aptos na direção de uma sacristia, na disciplina de um abrigo de idosos, na assistência de um grupo de crianças estudantes ou de pequenos artesãos? Aonde é escassa a ciência, requer-se, porém, que superabunde a piedade, aquela virtude de piedade que é tanto útil no tempo presente e no futuro.

Aplicando este princípio aos mesmos sacerdotes, podem ser de ajuda uns aos outros, os mais sábios para o conselho e para a direção, os menos sábios para a prática de vários ofícios de fé e de piedade.

O que importa é que todos sejam dotados de bom espírito, e que o alimentem sobretudo com a frequência dos santos Sacramentos.

A santa Confissão é um sacramento que, para administrá-lo, requer-se a jurisdição eclesiástica.

O superior geral, ou então o superior provincial, apresenta os indivíduos para serem autorizados e, quando o são, suavemente impele-os à reta administração de um sacramento tanto salutar.

Os Servos da Caridade, tanto sacerdotes como leigos, aproximem-se do sacramento da Confissão com sentimentos de fé, de esperança e de caridade.

Tenham presente que o sacerdote confessor é ele mesmo homem e que, como homem, não pode desvestir-se da natureza e fragilidade humana. Tenham, portanto, por ele respeito e compreensão.

Mas o homem sacerdote apresenta-se-lhes como ministro de Jesus Cristo, ou seja, revestido de tal autoridade que o Senhor nem sequer quis conceder à Maria santíssima.

O sacerdote, investido desta autoridade, torna-se não raramente ministro de zelo e até mártir de caridade porque, como ensina São Francisco de Sales, não é só mártir confessar Deus diante dos homens, mas pode ser mártir confessar os homens diante de Deus. Deve-se, portanto, admirar a heroicidade de tal mártirio, ser profundamente gratos por ele e evitar certos atos de leviandade, como por exemplo o exigir que os mesmos confessores levem o peso maior da santificação dos penitentes; os confessores indicam a estrada e encorajam a caminhar, mas não podem levar o peso da pessoa que, mesmo podendo, não quer mover os passos por si mesma.

É indiscrição e indelicadeza mudar de confessor por qualquer fútil motivo.

Não se devem contar, fora da Confissão, com pouca prudência e caridade, discursos e conselhos recebidos durante a celebração do sacramento.

A Confissão sacramental deve ser um bálsamo cheiroso e salutar, que deve expandir o melhor odor de virtude e a melhor força de coragem.

A Confissão sacramental, santamente administrada e utilmente recebida, é um meio potentíssimo de disciplina e de união fraterna.

O Sumo Pontífice emitiu algumas recentes leis restritivas acerca do receber as Confissões dos próprios dependentes, a respeito dos quais o confessor seja depois chamado a pronunciar o voto para a aceitação na casa.

Convém, portanto, que os sacerdotes responsáveis pela disciplina abstenham-se de receber Confissões dos próprios alunos, mas se são pelos mesmos requeridos, não se devem recusar.

O Sacramento da Confissão comporta o compromisso para bem administrá-lo e não menos compromisso para bem recebê-lo; é preciso, por isso, procurar tirar as dificuldades que impeçam a sua prática e de facilitá-lo especialmente entre os velhos e as crianças, os quais podem ser tentados de deixarem a Confissão quando devem superar algum incômodo de tempo, de lugar ou de pessoa.

O Venerável João Bosco tornou-se nos nossos dias o grande apóstolo da juventude, fazendo-se, antes de tudo, apóstolo da Confissão e da Comunhão.

O Venerável José Cottolento precedeu e continuou em tal exemplo e assim continuam os seus sucessores com geral admiração, ajudando assim as almas no compromisso de animação cristã da sociedade.

Capítulo III

OS ASPIRANTES

1. *Sugestões para multiplicar os aspirantes*

Antepõe-se que o Instituto dos Servos da Caridade deve ser como um ímã que atrai a si os corações das vocações. O ímã atrai com o desejo de multiplicar para o Instituto os seus irmãos de trabalho; é ímã de oração, por meio da qual reza a Deus e aos santos do Senhor, e entre os santos, em particular São José, para que multiplique as famílias religiosas, as quais são destinadas a crescer, seguindo o exemplo da mesma Sagrada Família.

A caridade do Instituto deve ser ímã que atrai incansavelmente para a virtude que tem em si, virtude que, nos Servos da Caridade, exprime-se com o amor e o sacrifício.

A caridade do Instituto dos Servos da Caridade é ímã que atrai qualquer tipo de ferro, desde que seja apto para ser trabalhado e para trabalhar.

As vocações dos aspirantes entre os Servos da Caridade devem ser ferro hábil, isto é, possuir as atitudes para ter depois o bom espírito religioso.

O bom critério num intelecto aberto pode suprir em parte as virtudes de oração e de saúde física.

Um espírito simples de oração e de elevação pode suprir à falta de engenho e de saúde corporal.

Uma saúde férrea de corpo pode também suprir ao defeito do engenho e da virtude de piedade, desde que engenho e piedade sejam pelo menos em grau suficiente.

Do mesmo modo, quanto à clareza de vocação, podem-se notar três graus. O primeiro é de quem entra quase arrastado pelas circunstâncias e quase com pesar; o segundo grau é de quem entra ainda titubeante e, com passos quase vacilantes, por temor reverencial e por desconfiança de si; o terceiro grau é o mais benemérito é daquele que, superadas não poucas e não ligeiras dificuldades por parte da carne e do sangue, entra na arena da vida religiosa como soldado que já tem em mãos a palma do triunfo.

É evidente, diante da fé, que a vida moderada e religiosa é tanto superior à vida própria da carne e do sangue, quanto o céu é superior à terra. É preciso, portanto, reforçar os fracos, encorajar os titubeantes e esporear os já vigorosos.

Devem-se também notar duas orientações, que parecem opostas, mas que são ambas excelentes segundo as circunstâncias. Existem guerras que se podem engajar e combater preferentemente com os corpos de um exército compacto e perfeitamente disciplinado, mas existem também circunstâncias para as quais convém improvisar soldados para uma batalha campal e empreender logo a batalha, porque não há tempo para adestrar uma tropa disciplinada.

O venerável Dom Bosco tinha o parecer, contra o conselho do mesmo venerável Cafasso, que a sociedade atual tem necessidade de uma fileira de soldados improvisados. Assim ele, com a energia da sua vontade, improvisou um exército de soldados, ministros de Deus, tirando-os dos campos, das artes mecânicas, das artes profissionais e também da magistratura, de qualquer idade, de todo grau de saúde física, de todo grau de saúde moral, de todo grau de engenho intelectual.

Com este espírito, o venerável Dom Bosco, com surpresa e com maravilha universal, soube improvisar exércitos de sacerdotes religiosos, com ao lado regimentos de religiosos leigos para as artes e para os ofícios e com isto, no espaço de meio século, ele e o seu sucessor, Pe. Michele Rua, souberam fundar mais de trezentas casas para dar instrução e formação profissional nas quatro partes do mundo. E isto que ele soube fazer com a colaboração dos seus religiosos, o mesmo soube também obter improvisando um exército de irmãs, que chamou Filhas de Maria Auxiliadora, às quais confiou colégios e centros de formação profissional feminina.

O venerável José Cottolengo antecipara o espírito do venerável Dom Bosco, mediante a obra da Pequena Casa da Providência, em Turim, a qual, no espaço de cerca de três quartos de século, cresceu até ser uma cidade de sete mil internados. Instituição admirável, para a qual olhava já com surpresa Pio IX e saudava-a como pequena cidade de santos.

A estes dois veneráveis Servos do Senhor e ao espírito desta duas grandiosas instituições, os Servos da Caridade, pequeninos, pequeninos, devem olhar com olhos de grande admiração e com afeto de emulação santa. Assim que, enquanto os Servos da Caridade confiam em Deus, devem também utilizar todos aqueles meios que sugere a prudência humana.

Os Servos da Caridade que já nos inícios da sua instituição vêem-se circundados por centenas e centenas de crianças e de internados de toda condição e idade, especialmente nas duas casas maiores de Como e de Milão, empenhem-se e trabalhem com confiança para que também o seu campo de trabalho torne-se terreno fértil no qual nascem e crescem as vocações religiosas. O mesmo diga-se das outras casas menores.

Os sacerdotes, os quais de preferência aplicam-se à vida apostólica, mediante a pregação, as missões quaresmais e os meses sacros, esforcem-se para tornarem-se verdadeiramente *pastores quaerentes oves*, para obter, junto com a salvação das pessoas, também a ajuda de boas vocações que, arrancadas do mundo, sirvam Jesus Cristo e a sua Igreja. Ó, quantas vocações poder-se-iam ganhar daqueles que estão embebidos pelo espírito da própria fundação e sabem difundi-lo nos corações alheios! Quando, depois, intui-se que numa Casa está nascendo uma vocação, tenha-se cuidado de protegê-la, antes que o contágio do respeito humano ou o escárnio ou a oposição desperca aquele precioso germe de vocação religiosa.

Quanto às vocações que vêm de fora, é preciso refletir que hoje está crescendo o mal no mundo e que as vocações religiosas fazem-se sempre mais raras, por isso cresce a necessidade de cultivar todos aqueles que em qualquer circunstância de tempo, de lugar, de pessoas apresentam-se.

O grande dever de todo cristão é de não tremer diante do perigo, mas trabalhar com todas aquelas forças e em todos aqueles modos que a divina Providência sugere.

Com estas normas, agrade ao Senhor que também o Instituto dos Servos da Caridade cresça não somente em quantidade, que seria coisa mesquinha e ilusória mas que, ao mesmo tempo, cresça nas virtudes morais e no fervor de zelo religioso. *Amen, amen! Fiat, fiat!*

2. Defeitos dos aspirantes

Os defeitos podem ser de mente, de coração, de corpo; podem encontrar-se nos aspirantes ao sacerdócio ou então nos simples aspirantes à profissão laical.

Os defeitos de mente podem consistir numa certa pobreza de critério e de conhecimento, de forma a tornar aquela pessoa pouco capaz de tratar as pessoas e as coisas; ou então numa tal simplicidade que confina com a ingenuidade; ou então da instabilidade e volubilidade de pensamento que torna incapaz a pessoa a assumir tarefas de certa importância.

Evidentemente, se estes defeitos podem-se tolerar nos leigos, é muito mais difícil admiti-los nos eclesiásticos, a não ser que ao defeito de uma certa qual insipiência supra a abundância de virtude moral ou também a abundância de forças físicas.

Um Instituto nascente, que precisa da ajuda de muitos e que, para ter muitos deles, é preciso que receba os discretos de engenho, poderá e quererá comportar-se com vastidão de pensamento e com abundância de coração, refletindo que aceitar na religião indivíduos para subtrair-se dos perigos do mundo é obra tanto boa, que não pode não ser por Deus largamente retribuída.

Num indivíduo podem existir defeitos de coração. Sentimentalidades mais ou menos graves e perigosas, inconstância de propósito, fraqueza no superar as dificuldades, dificuldade de caráter, dificuldade de viver em comunidade e semelhantes defeitos de coração são para discernir com o olhar da fé e com a prática da experiência, como se disse para os defeitos da mente.

É preciso fazer votos que os defeitos do coração sejam pelo menos, de algum modo, supridos pelos dotes de inteligência e também pelas forças físicas e pelas atitudes para diversos e variados ofícios na casa. Só o Senhor é sem pecado e sem defeito.

Para fazer um pouco de bem a si e aos outros, convém servir-se do homem enquanto é homem, isto é, pequeno, frágil, mortal.

Quanto aos defeitos de corpo, estes devem ser tanto graves para tornar menos conveniente a acolhida num Instituto. Para os outros defeitos menos graves, próprios de quem manca, é corcunda, gago ou meio cego..., será necessário ater-se às leis canônicas, tendo em consideração, porém, também a índole e a virtude dos membros do Instituto.

Também aqui repetem-se as mesmas observações feitas acima, isto é, que à enfermidade corporal supram belos dotes da mente e melhores dotes do coração.

Nestes argumentos, dois servos de Deus, ambos veneráveis, Dom João Bosco e o seu mestre e diretor Pe. Cafasso, eram de parecer completamente oposto.

O Cafasso dizia: «Pouco e bem»; e Dom Bosco por sua vez: «Muito, mesmo se malfeito». As pessoas e as obras devem-se improvisar, como se faz quando chamam-se em massa os soldados para combater contra os inimigos que já estão às portas.

Certamente ambos aqueles personagens tinham razão.

O pouco e bom, como os doze apóstolos e como os doutores da santa Igreja, basta nas mãos do Senhor; mas o exército improvisado de Dom Bosco recolheu e recolhe ainda hoje palmas de gloriosos triunfos.

Cada Instituto comporta-se em conformidade com a própria vocação e a divina graça.

Nós, pequeninos, pequeninos, declaramo-nos alunos do venerável João Bosco e temos o desejo de seguir as suas pegadas, como nos é concedido poder fazer com os nossos limites.

Outros defeitos mais particulares são tomados em consideração pelos nossos Regulamentos, segundo o critério próprio do nosso Instituto. Consulte-se, portanto, o espírito e a prática de dita Regra.

Aqui acrescentam-se simplesmente algumas observações.

Todo homem é falaz e só Deus é infalível.

Siga-se, portanto, sempre a palavra do Senhor e menos aquela dos homens.

Somente Deus é santo e todos os homens, mais ou menos, têm manchas de misérias; nós, portanto, aprendamos a conversar sobretudo com Deus e menos com as suas pobres criaturas, homens que percorrem as veredas deste vale de lágrimas. Mas estamos no mundo e devemos também lidar com as pessoas e as coisas do mundo.

Em prática, ajude-nos o dito de S. Agostinho: «Nas coisas necessárias exista sempre unidade de pensamento; nas coisas duvidosas não se negue a liberdade a cada um de fazer e de dizer, desde que com toda pessoa e em todo ato da vida use-se sempre a caridade e suportemo-nos uns aos outros».

A Regra, dado o seu caráter de norma universal e duradoura no tempo, sugere aos superiores de não serem fáceis a dispensar acerca de um defeito reservado ao Instituto ou a requerer dispensa sobre defeitos reservados à autoridade suprema.

Não obstante isto, como repetiu-se em vários lugares e até que o Instituto é nascente, até que há urgente necessidade de ter pessoal, não será somente para perdoar, mas para aconselhar que a direção do Instituto incline-se mais facilmente à misericórdia do que à justiça.

Capítulo IV

OS POSTULANTES

1. Natureza do postulante

É boa coisa que um irmão procure o modo e o lugar para pôr em seguro o mais possível os seus interesses espirituais e corporais. É boa coisa que neste empenho faça-se guiar por Deus. É também boa coisa que um irmão mereça-se tal graça com um sentido de grande fé e de reta intenção.

É igualmente coisa de máximo interesse que o Instituto, o qual assume a responsabilidade de um novo membro, seja garantido do bom sucesso do mesmo, porque se o irmão é bom será de grande ajuda na casa, se pouco apto será mais de estorvo que de utilidade, se inepto de dano e de perigo.

Daqui nasce a necessidade de experimentar-se mutuamente.

No mundo cada um caminha muito cauto antes de confiar a si ou as próprias coisas em mãos dos outros.

Tal prudência e cautela requer-se também no argumento que estamos tratando.

Daqui tem origem a natureza do postulante.

O coração humano é uma potência grande no homem, mas perigosa. Para admiti-lo em casa é prudente proceder gradualmente. Assim é a prática de todas as congregações bem reguladas.

O primeiro passo é entrar na portaria do convento; o segundo passo é ser admitido a qualquer gênero de ocupação; um outro grau é aquele de receber a confiança da família religiosa e ser considerado como um deles, se bem que submetido às provas por um período de tempo.

Este modo de proceder ajuda o aspirante, para que desde os primeiros passos, se claramente vê não estar no caminho designado para ele pela Providência, pode sem inconvenientes retroceder e voltar à família; ao invés, se compreende ser chamado, então toma coragem para vencer toda dificuldade e prosseguir com passo firme.

Este modo de proceder tira ao mesmo tempo o Instituto de uma série de dúvidas e de embarços eventuais e garante-o a respeito das tarefas de responsabilidade que se assume.

2. Comportamento dos Servos da Caridade a respeito dos postulantes

O comportamento deve ser animado por um reverente afeto para com Deus, porque trata-se de receber em nome de Deus uma pessoa enviada por ele.

Convém usar um comportamento de afeto e de zelo para com os que chegaram, para que possam sofrer as primeiras provas para a maior glória do Senhor e para a santificação própria.

Mas como os novos que chegaram são homens e como tais são frágeis e defeituosos, é preciso também usar, junto com a virtude moral de confiança e reverência, aquela discrição que tem em conta também as circunstâncias de lugar.

É preciso, por isso, amá-los no Senhor, mas não ser demasiado expansivos, para obter assim que logo aprendam a desabafar os afetos do próprio ânimo em primeiro lugar e sobretudo com Deus; que do mesmo modo tenham cuidado com o perigoso defeito de nutrir excessiva estima de si como se, vindo ao Instituto, eles cressem fazer maior favor ao Instituto que não o Instituto a eles no acolhê-los.

Outro defeito e perigo que disto derivaria é certamente a tentação de vanglória, que terminaria por danificar as pessoas e as obras.

3. Disposições dos postulantes

Os postulantes devem ser motivados a entrarem no santuário da Congregação, bem se entende, não por fins secundários de interesse próprio, mas pelo único intento da maior glória de Deus e da santificação própria.

Devem depois mostrar-se transparentes nos discursos e nos atos, para serem como livro aberto, dentro de cujas páginas cada um possa ler com clareza e entender o seu conteúdo.

Esta é uma condição importantíssima, para que o postulante possa tirar proveito para si e ganhar tempo para ser introduzido na confiança do Instituto e ser matriculado no número dos noviços.

Deve-se também dizer uma palavra acerca dos interesses materiais concernentes ao dote de quem entra na Congregação ou de quem entra simplesmente no noviciado.

Se bem que o Instituto apoie o seu presente e o seu futuro sobre princípios de fé e de pobreza evangélica, é justo que quem tem do próprio não viva do alheio.

O noviciado requer uma despesa sensível e quem nele se inscreve deve também, segundo as circunstâncias, sustentar em tudo o em parte as suas despesas. No caso no qual alguém dispõe de maiores recursos econômicos, então seja exortado simplesmente para que seja particularmente generoso com o Instituto que, como pai, o acolhe como seu filho. É preciso evitar dois extremos: o excessivo rigor e a excessiva indulgência.

A direção do Instituto deve ser prudente reguladora dos meios que Ihe manda a Divina Providência.

Capítulo V

O HÁBITO RELIGIOSO

1. Normas gerais

O hábito não faz o monge, mas indica-o; e é belo que na sociedade mais perfeita do mundo, a Igreja de Jesus Cristo, existam vários ofícios, congregações de sacerdotes e de religiosos para o desempenho geral das múltiplas atribuições na grande casa do Senhor.

É belo ver o múltiplo número destas famílias religiosas que, ornadas cada uma de um hábito próprio, trabalham na vinha do Pai celeste.

O hábito das ordens e congregações religiosas, seja antigas que modernas, indica na forma a natureza do tempo e das circunstâncias várias dos tempos.

É belo, portanto, que estas famílias militantes levem alto o próprio uniforme segundo as lutas sustentadas nos vários séculos da Igreja.

É por isto coisa boa que cada Congregação ou ordem religiosa conserve sacro o depósito do uniforme recebido e que leve sempre este hábito honrado através das batalhas dos séculos.

Sob esta relação, o hábito das diversas ordens religiosas reveste um não sei que de uniformidade como as fileiras das hierarquias celestes.

Os coros dos anjos no céu cantam os louvores do Senhor.

Os exércitos dos soldados de Jesus Cristo na terra combatem as lutas e celebram os triunfos da Igreja militante de Jesus Cristo.

O hábito religioso não está, porém, tão ínsito no caráter do mesmo religioso que aparece como uma só coisa com a pessoa que o leva. A virtude está no interior do ânimo e o hábito é sinal externo, que simplesmente demonstra virtude e santidade.

O hábito é, portanto, um uniforme accidental, que tantas vezes convém mudar e tirar completamente, como convém fazer em tempo de perseguição, no meio de povos mais ou menos civis, ou então no meio de povos dissidentes ou, pior, infiéis e bárbaros.

2. O hábito dos Servos da Caridade

O hábito do Servo da Caridade é o simples hábito sacerdotal, que consiste na batina e no colarinho branco.

Acrescenta-se uma faixa que circunda a batina, segundo o rito romano.

Esta faixa acrescenta propriedade ao hábito e usa-se em muitas nossas dioceses.

Leva um crucifixo de pequena grandeza sob a batina, segurado por uma cordinha preta que passa sobre o pescoço do Servo da Caridade. Aqui está todo o hábito do nosso Instituto.

É um hábito que se conforma o melhor possível com a natureza dos tempos e com a vida comum dos nossos dias.

O Servo da Caridade leigo veste como o sacerdote, menos o colarinho branco.

Permite-se por outro lado em casa, por atenção às ocupações de enfermeiro, de operário e semelhantes, que o religioso leigo leve uma espécie de sobretudo ligeiro até os joelhos, que será apertado por uma faixa em redor da cintura, como parecerá melhor segundo as circunstâncias e para resultar desembaraçado especialmente no desempenho dos próprios ofícios. Permite-se pelo momento que o hábito dos Servos da Caridade leigos seja também um modesto hábito secular que não distingue o religioso do leigo, exceto que no comportamento sério e modesto.

Mais tarde, como parecerá melhor e segundo as circunstâncias, deve-se esperar que o Servo da Caridade leigo atenda-se estritamente ao hábito de Regra.

A cada um dos Servos da Caridade, sacerdote ou leigo, é imposto o mesmo corte de tecido, de modo que disto venha um hábito uniforme, para conservar-se com limpeza e para consertar ou mudar só em caso de necessidade e depois de um uso periódico de tempo.

Para o Servo da Caridade vale o dito: «A primeira roupa nas costas e a segunda na fossa», quer dizer, que não tenha senão duas mudas de roupa, para não sair do confim daquela pobreza que deve constituir a riqueza e a felicidade de um verdadeiro cristão religioso.

Capítulo VI

O NOVICIADO

1. *Utilidade do noviciado*

Devem-se antepor os seguintes princípios elementares de perfeição cristã.

Ser chamado a seguir os Conselhos evangélicos é graça especial de Deus, por meio da qual um cristão, de simples servo, torna-se amigo na casa do Senhor, confidente do Coração de Jesus.

Quando o Senhor chama uma alma para tanta altura, certamente persuade o cristão a retirar-se na solidão para poder falar o seu coração, quase boca a boca e coração a coração.

Por isto aqueles que entram no noviciado dos Servos da Caridade, devem ser a ele conduzidos pelo Espírito de Deus, isto é, guiados pela reta intenção de agir em tudo para a maior glória de Deus e para a santificação das almas. Sem isto alguém entraria no santuário da Congregação como um ladrão pela janela.

Por sua vez, depois, o Instituto recebe o postulante no noviciado com sentimento de fé, já que é Deus que o manda; usa, porém, prudente reserva, já que aquele que vem é um homem, ou seja, criatura frágil, é um homem do qual ainda precisa bem descobrir os pensamentos da mente e os afetos do coração.

Tal prudência usa-se nas ações civis de interesse material; prudência não menor se requer na gestão das coisas de interesse religioso.

No caso prático, a caridade sugere ajudar, com solicitude, o novo entrado na alta tarefa da sua vocação.

E assim como na época do noviciado deve discernir com Deus, sobretudo o grande compromisso, é preciso, por isto, dar-lhe tempo e comodidade para dedicar-se à oração com Deus e às práticas devotas com o próximo.

Com este critério de caridade e de prudência, o noviço não perde nada daquela liberdade que deve gozar num compromisso de tanta importância; ao mesmo tempo o Instituto, por sua vez, conserva a própria dignidade e independência.

Entre os dois está a graça do Senhor que atua, graça que de ambas as partes deve ser solicitada com espírito de fé e com fervor de caridade.

2. *Três graus de vida religiosa para os noviços*

O primeiro grau é dos incipientes, ou seja, daqueles noviços que são apenas medíocres no engenho, apenas medíocres no propósito da vontade, apenas medíocres no exercício das virtudes religiosas, apenas medíocres no desenvolvimento das forças físicas. Difícil coisa é que um noviço seja completamente medíocre em todos os pontos acenados.

Deve-se desejar que pelo menos emergja em algum dote de virtude moral e também de virtude física.

Um religioso leigo, que seja medíocre sob muitos pontos de vista, mas que emergja em alguma parte, este poderá ser muito útil na casa.

Pelo resto vale o já dito, isto é, que o Instituto recebe com gratidão ao Senhor e com satisfação para si aqueles sujeitos que, se bem que escassos ou apenas medíocres, a Divina Providência manda.

A Igreja é comparada a quem recebe cinco talentos ou dois talentos ou também um talento só.

Ai de quem, tendo recebido até um só talento, não o faz render! Os superiores da casa devem depois, sobretudo, serem razoáveis e discretos e pretender maior lucro daqueles que receberam maior tesouro de dons, tanto de natureza como de graça, e menor lucro de quem recebeu menos.

Noviços profícuos são aqueles que se erguem um pouco do comum nos dotes físicos ou nas virtudes morais ou religiosas.

Por isso, no caso prático, esta segunda classe de noviços devem ser encorajados de modo especial: por sua vez, dever ser de ajuda aos irmãos menos vivazes.

Estes nos exercícios de fadiga corporal devem preceder; no desenvolvimento das virtudes morais devem exercitar-se em competição.

Mas, sobretudo, deve-se desejar que cresçam até a exemplaridade, na prática da piedade e nos empenhos vários das obras de misericórdia.

Por outro lado, nos noviços existirá sempre o defeito de uma escassez de desenvolvimento nos exercícios corporais, uma falta de diligência e de agilidade nas faculdades mentais, um torpor quase inato nos exercício de virtudes difíceis. É então que se devem compadecer e ajudar.

O homem religioso, nas suas primeiras provas, pode-se comparar a uma estátua de mármore esboçada, a qual tem necessidade do trabalho do cinzel do artífice inteligente para tornar-se estátua digna de ser apresentada na casa do Senhor.

E assim prepara-se o noviço não somente profícuo, mas perfeito; relativamente perfeito nas faculdade físicas, morais e espirituais; relativamente perfeito pela sua docilidade e atitude a receber as impressões da graça e da educação própria de uma casa religiosa.

É certo que a classe dos relativamente perfeitos não será numerosa, mas bastam poucos para dar o bom perfume de virtude religiosa; bastam poucos e, se bem que poucos e até mesmo um só, às vezes são suficientes para serem coluna sólida de fundação para um Instituto nascente.

Um bom capitão pode valer como um exército de soldados; uma alma heróica no exercício das virtudes pode dar tal impulso de vida a um Instituto que possa sentir o efeito do seu fogo sacro de vigor também por um período de não poucos anos e de séculos.

Não é demasiado que se empregue a diligência e a oração de uma comunidade inteira, para obter que pelo menos poucos, fosse também um só, alcancem o ápice da perfeição religiosa.

Bem entendido que almas cristãs, tendentes à virtude, defendam-se, como do veneno, de todo confronto; aliás, os Servos da Caridade tendem a inclinar-se e servir de ajuda mútua um ao outro: o mesmo considerar-se superior a um outro em qualquer boa atitude seria um grave defeito e sinal evidente de virtude ainda incipiente.

Quem está na chefia a dirigir o noviciado dos Servos da Caridade deve estudar bem o conjunto das virtudes e dos defeitos, o conjunto dos diversos graus de atitude e de força moral e fazer deles regra para instruir a si mesmo e guiar os próprios dependentes.

3. Finalidade do noviciado

A finalidade do noviciado é dúplice: reformar os próprios defeitos e revestir-se das virtudes necessárias para bem encaminhar-se e continuar no caminho da perfeição religiosa.

É preciso reformar a si mesmos, isto é, é preciso ajustar tanto bem os pensamentos da mente para que sejam conformes ao pensar da Regra e da direção do Instituto.

É preciso purificar todos os afetos do coração, de modo que a própria vontade seja toda e só de fazer o bem do Instituto.

É preciso, além disso, dispor as forças do corpo, para que o corpo sirva, como a alma, de ajuda e encorajamento.

Mas, para obter isto, quantos exames de consciência convém antepor, quantos períodos de meditações devotas, quantas pregações escutar, quantos avisos familiares receber, quantos esforços da mente é preciso enfrentar antes de ter obtido o espírito de perfeita obediência! Devemos em nós mesmos elevar uma construção tão alta que toque o vértice do paraíso: com quantas fadigas é preciso cavar os alicerces seguros de uma sã humildade! Somos soldados e devemos combater as batalhas do Senhor.

Ó, como devemos ser aguerridos para enfrentar as lutas contra a mesma carne, contra o mundo, contra o inferno! Somos pobres enfermos, pobres mendicantes e devemos erigir construções, dirigir batalhas. Devemos desconfiar de nós mesmos e confiar em Deus, destruir o nosso eu soberbo para obter que só o Senhor reine no nosso coração.

«Dá-me o teu coração – diz Deus – e eu o meu coração o dôo a ti e com isto tu tornar-te-ás aquilo que eu quero, grande da minha grandeza, potente da minha virtude, e assim tu serás instrumento digno das minhas empresas nas minhas mãos».

Portanto, no breve período do noviciado, é preciso renunciar a todas as pessoas e às coisas desta terra; é preciso, mesmo não mudando a natureza do homem, viver um comportamento angélico; é preciso não ter vontade própria, mas confiar tudo a Deus e obedecer a ele, de modo que entre o coração de Deus e o coração do homem faça-se um coração só.

Esta é perfeição altíssima, esta constitui felicidade suma.

Nisto é preciso pôr todo nosso esforço.

A isto miram a finalidade do Instituto, as Regras e as Constituições do mesmo; a isto tendem o zelo dos diretores, a experiência mestra de virtude.

De consequência, o noviço deve ser altamente consciente do estado sublime de virtude ao qual Deus o chama.

Existe na casa de Deus muitos ofícios e muitos graus de virtude: o noviço deve subir o vértice do monte santo, o vértice da transfiguração.

Quem subirá o monte do Senhor? O inocente de mão, que não toca coisa ou pessoa que não lhe compita, o puro de coração, aquele que no mundo caminha com simplicidade, que se esforça em fazer o bem a todos e o mal a ninguém.

Este receberá a bênção do Senhor e a misericórdia de Deus sobre a sua obra.

4. *Relações entre noviços e professores*

Deveriam ser poucas as relações e pouco familiares, para que os noviços não tenham que perder o tempo necessário para estudar a própria vocação, para que não sejam distraídos por algum outro afeto, porque algumas coisas que podem ser permitidas aos professores não o são para os noviços.

Por isto se disse que, em geral, as relações deveria ser escassas e pouco familiares.

Tratando-se, porém, de uma Congregação nascente, na qual a Regra não é totalmente completa na prática, pode-se aplicar o dito que a letra mata e o Espírito vivifica. Será para deixar à discricção do superior geral e ao diretor dos noviços marcar os confins de tais relações e estabelecer, praticamente, as suas relações.

Certamente os noviços podem participar das funções religiosas que os professores celebram nas suas igrejas ou oratórios; aliás, é bom que participem de todas aquelas manifestações religiosas, nas quais se vivifica o fervor da fé e da caridade.

Será também conveniente que lhes façam participar de atividades exemplares de fé e de caridade, nas quais o espírito do noviço possa melhorar na inteligência e na vontade para promover todo tipo de bem.

Estas relações, por outro lado, devem ser cautas, para não ofender nem sequer de longe as regras da prudência, da caridade e das virtudes espirituais.

Não devem existir sentimentos de parcialidade e de sensibilidade capazes de influenciarem de qualquer modo a liberdade do noviço no estudo e na escolha da própria vocação.

5. *Os trabalhos*

Também neste campo convém fazer distinção entre trabalhos intelectuais e trabalhos manuais.

Os trabalhos intelectuais devem-se regular com muita discricção porque, se um noviço aplica-se com intensidade a um estudo particular, muito cedo perde tempo e vontade de aplicar-se à reforma do espírito, que é a finalidade primária e máxima de quem aspira à vida religiosa.

Os trabalhos manuais podem-se também, com discricção, permitir como um prêmio, como uma distração e como um exercício corporal para desenvolver as forças físicas; mas também nisto deve-se usar discricção como acima.

Os trabalhos e atividades de caridade, como assistir aos doentes, fazer catecismo aos velhos crônicos e semelhantes, dever-se-iam não só aconselhar, mas comandar.

Antes e especialmente o cuidado dos doentes é obrigação de Regra; porque nada é melhor do que esta atividade para desenvolver no noviço o espírito de fé e de caridade.

Mas também nestes existe um limite.

É preciso que o noviço seja um aluno dócil, que recebe as lições da própria Regra e depois, dada a oportunidade, prepara-se para executá-la.

Deve-se também distinguir entre noviços clérigos e leigos.

Os clérigos têm necessidade de maior cuidado, porque são obrigados a maior perfeição.

Os noviços leigos têm menores obrigações de espírito e poderão, com mais facilidade, aplicar-se aos trabalhos materiais muito mais, porque estes serão a principal ocupação da sua vida religiosa. Eles são menos exercitados nas atividades intelectuais e, portanto, convém que se apliquem mormente às atividades manuais, para que não aconteça o perigo de perderem o tempo numa vida mais de ócio do que de contemplação.

6. *Os Exercícios espirituais*

Os Exercícios espirituais, evidentemente, são úteis a toda classe de pessoas e são úteis de modo especial aos religiosos.

Dado que eles devem ser os pajens e os grandes cavaleiros de honra que estão diante da majestade do Senhor, devem ser bem limpos na pessoa e retos na consciência. Devem ser isentos dos múltiplos defeitos, que são quase inseparáveis da fragilidade humana, mas que também precisa curar e corrigir para merecer de encontrar-se diante de Deus o menos indignamente possível.

Para ter sucesso nisto, ajuda muito a primeira parte dos Exercícios espirituais, na qual se põe diante dos noviços o espelho das verdades eternas, chamadas “Novíssimos”. O Senhor diz que convém bem meditá-los, porque quem bem os medita não pecará mais para sempre; não pecará gravemente, não pecará nem sequer levemente, se com um propósito muito firme aplica-se à meditação de tais “Novíssimos”.

Aliás, esta meditação colocar-lhe-á no ânimo tal firmeza de propósito, que quererá caminhar com passo de gigante na via da perfeição cristã. Para conseguir isto dignamente, aplicar-se-á com empenho para conhecer o Senhor e os seus ensinamentos: a vida de Jesus Cristo para imitá-la, os ensinamentos divinos para segui-los. Tudo isto se faz na segunda parte dos Exercícios.

Os Exercícios espirituais ajudam também a reforçar os ânimos dos noviços e a enchê-los sempre mais do espírito de caridade.

Prudente é o conselho da Regra que obriga a um curso regular de Exercícios espirituais todo noviço que se avizinha ao momento da sua escolha definitiva pelo Instituto e está já próximo da sua profissão religiosa.

Capítulo VII

EMISSÃO DOS VOTOS

1. *Dignidade dos votos*

S. Tomás compara a profissão religiosa a um segundo Batismo.

O Batismo cancela todos os pecados graves e leves; na profissão religiosa o noviço aprende a detestar todo tipo de mal e a proteger-se dele à custa de qualquer sacrifício.

No batismo abrem-se as portas da Igreja para sermos introduzidos como na antecâmara do grande palácio; na profissão religiosa entra-se nos locais mais internos.

No Batismo a pessoa torna-se filho de Deus; na profissão religiosa a pessoa torna-se amiga de Jesus Cristo.

Há o Batismo de água, o Batismo de desejo, o Batismo de sangue.

Na profissão religiosa têm lugar: o Batismo ordinário na profissão, uma espécie de Batismo de desejo na veemência dos afetos que devem sempre animar os sentimentos do coração do religioso fervoroso, uma espécie de Batismo de sangue no sacrifício que o coirmão faz de toda a sua pessoa para a vida religiosa.

Quanto cúmulo de afetos santos e quanto ardor de obras boas e quantos desejos de obras melhores animam, portanto, a vida do religioso! Deve sentir-se queimar o coração de desejo, como quem tem grande fome e sede de justiça; deve caminhar como gigante na via da perfeição, até que chegue à cima do Calvário para morrer mártir com o Rei dos mártires.

2. *Antes da profissão*

O rito sacro da profissão religiosa cumpre-se, mas depois que o candidato preparou-se diante do Senhor, mantendo-se em conversação com ele, estando por dez dias na solidão dos Exercícios espirituais.

Mas, como ninguém pode ser juiz seguro na causa própria, assim requer-se também o testemunho alheio.

Tal testemunho deve ser fornecido pelo mestre dos noviços que, por um bom período de tempo, assistiu e acompanhou o candidato; é depois necessário o juízo maduro e expresso do superior geral, ao qual, junto com o seu Conselho, compete admitir aos votos.

O superior assume informações também de coirmãos distintos e bem informados, os quais possam ajudar a decisão sempre mais segura do indivíduo que está para tornar-se membro e irmão novo da Congregação.

Quando, finalmente, tudo está pronto e decidido, então determina-se o dia e o programa da função para a celebração do ato solene.

Assistem duas testemunhas.

O superior geral ou quem por ele, vestido de sobrepeliz e estola, prostra-se diante do santo crucifixo, invoca a luz do Espírito Santo com o *Veni Creator*.

Suplica a bondade de Jesus Cristo com a recitação das ladainhas do Sagrado Coração, para que quem professa torne-se sempre mais humilde e manso de coração, à semelhança do Divino Mestre; suplica também com as ladainhas da Virgem, para que a Mãe comum receba como filho o postulante ajoelhado.

Depois de tudo isto, finalmente o noviço pronuncia a fórmula de profissão e assim torna-se grato ao Senhor, querido para os irmãos que o circundam, pedra fundamental no edifício da Congregação. Torna-se também ele pai de numerosa filharada espiritual, as vocações que, por sua vez, o coirmão professo saberá ganhar com a oração, com o exemplo, com a sua obra, para a maior glória do Senhor e para a salvação das almas.

3. *Depois da profissão*

O novo coirmão considere a graça que Deus lhe fez, torne-se sempre mais merecedor dela, caminhando sempre com esperança e com temor na prática da virtude. Os coirmãos alegrem-se com isto simplesmente *in Domino*. Permite-se que na mesa acrescente-se um sinal sensível de alegria comum, que um ou poucos coirmãos acrescentem palavras de congratulação e de exultação.

Convida-se o novo professo a não esquecer facilmente as práticas do noviciado e a pessoa do mestre. Aconselha-se a ele de dirigir frequentemente o olhar para a Regra do noviciado, para caminhar com prudência e segurança nas atribuições maiores que lhe serão designadas.

Mas não deve o novo professo abandonar-se a uma excessiva atividade exterior; cuide de reforçar-se sempre mais nas virtudes internas.

Os superiores, por sua vez, terão por ele um cuidado muito diligente, para que os seus primeiros passos nos deveres do ministério santo sejam cumpridos com prudente cautela.

Mais fácil é criar que conservar: é coisa rara que um noviço bom torne-se melhor depois da profissão, se não se observam especialíssimas atenções de cuidado e de solicitude.

O ato formal da profissão é assinado pelo novo professo, pelas testemunhas, pelo superior geral.

Tudo faça-se com fé, para que o nome do novo professo, como aquele dos coirmãos idosos, do livro material da Congregação seja depois escrito no livro espiritual da vida eterna.

Capítulo VIII

VIRTUDE E VOTO DE POBREZA

1. *Em que consiste a pobreza*

Consiste no desapego total das coisas e das pessoas, que não tenham íntima relação com os interesses e com a fisionomia da Congregação.

É preciso que o amor pelo Senhor seja tal que se prefira a qualquer coisa ou criatura.

É preciso também que o amor à Congregação seja tal que faça renunciar por ele a todo afeto de coisa ou de pessoa humana.

Uma palhinha, por quanto mínima, faz mal ao olho; também ao olho da Congregação um afeto mesmo pequeno de preferência ou de apego menos que decoroso faz mal.

Por isso um religioso, antes de emitir os seus votos, deve dispor das suas substâncias como melhor o Senhor sugere-lhe.

Será bom que disponha por testamento, destinando-o a quem melhor crê, também à Congregação, para com a qual pode ter deveres de justiça e de caridade, ou ambos. Deverá ceder a administração destes bens a quem melhor crê, se quiser também à Congregação, se esta interrogada, aceita.

Para caminhar sem obstáculos na prática dos votos religiosos, não deixe sem resolver o enredo de práticas ou dificuldades burocráticas e administrativas.

2. *Méritos da pobreza religiosa*

Os méritos deduzem-se da doutrina e dos exemplos de Jesus Cristo, da prática dos santos, da mesma razão ajudada pela fé.

O primeiro passo para a vida de perfeição é o desapego das coisas terrenas, desapego necessário para amar a Deus com verdadeiro coração, para viver em paz consigo mesmos e em caridade com o próximo.

Com a prática da pobreza, o religioso adquire o tesouro do paraíso, porque é de fé a promessa: «Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus».

3. *Graus da pobreza religiosa*

O primeiro grau de pobreza é daqueles que renunciam ao mundo, à família, às comodidades da vida, às próprias riquezas para serem admitidos ao voto da pobreza religiosa.

Quem faz isto de bom ânimo faz já muito, porque entra na vereda privilegiada dos Conselhos evangélicos, vereda que, mais reta e rapidamente, encaminha para a amizade íntima com Deus e para a aquisição do paraíso beato.

O segundo grau de pobreza religiosa é daqueles que, além de terem deixado todas as coisas, aceitam com fortaleza os mal-estares da pobreza. Um exemplo prático disto seria daqueles Servos da Caridade, que são mandados de modo evangélico *sine sacco*, *sine pera*, *sine calceamentis* para uma fundação de casa, para o ministério ou para o desempenho dos próprios ofícios.

Em tais casos o espírito de sacrifício é posto à prova e será por Deus coroado.

O terceiro grau de pobreza mira mais alto ainda e é próprio daqueles que, não contentes dos mal-estares da pobreza, como se disse, vão em busca de maiores, como tesouros de paraíso.

No caso prático os Servos da Caridade, que são muito observantes, procuram para si o último lugar na mesa, no modo de vestir-se, no dormir e semelhantes.

Os afortunados sentem fazer pouco também quando fazem muito e desejam sentir-se mais humilhados, quanto mais praticam a virtude.

4. A Providência

Viver em muita pobreza e confiar-se completamente à Divina Providência é virtude de alta perfeição.

Mas ninguém deve crer ser chamado a tão alta virtude sem a ajuda especial da graça divina e sem uma diligente cooperação por parte própria.

A ajuda da divina graça demonstrar-se-á patente na pessoa dos superiores e na orientação da Regra, naquele grau que é possível à humana fragilidade.

A cooperação humana ver-se-á mais facilmente na prática da pobreza e no critério geral para ela nos membros do Instituto.

Faria demasiado mal quem, sentindo-se chamado para a estrita observância da pobreza, não confiasse em tudo e plenamente na Divina Providência.

Mas faria igualmente mal aquele que, considerando-se falsamente chamado e exercitar virtude tão alta, pretendesse confiar o encargo à Divina Providência e receber dela, para a sua comodidade, providências sempre oportunas.

Caíram Obras grandiosas também por este pecado de presunção.

A desconfiança, no primeiro caso, seria defeito perigoso; a presunção, no segundo, seria defeito não menos exicial.

Ambos os defeitos devem ser evitados tanto num corpo de Congregação já constituído, como nos membros individuais da mesma Congregação.

A Divina Providência é a mãe natural e caríssima dos seus filhos. Esta mãe divina, porém, é livre de designar a uma ou a diversas pessoas humanas a tarefa de impetrar as suas divinas intervenções.

Temos o exemplo do venerável Cottolengo, que se limita a rezar e confiar em Deus; temos também o exemplo do venerável Dom Bosco, que reza e, ao mesmo tempo, toca a tromba, recruta os milhões dos seus Cooperadores salesianos, para que venham em ajuda das muitas Obras que espalhou já em todas as regiões do mundo.

A arcebispo Davide Riccardi, de Turim, no primeiro Congresso salesiano de Bolonha, concluía: «Siga o Cottolengo o seu espírito, e Bosco igualmente o seu. Ai, se o Cottolengo seguisse o espírito de Dom Bosco, e Dom Bosco aquele do Cottolengo!».

Isto é admoestação grave para os Servos da Caridade, os quais, pelo que parece, deverão, com muita submissão e humildade, continuar o próprio caminho na equidistância entre um e outro dos dois indicados métodos.

Tenham, porém, sempre presente, os Servos da Caridade, que a nossa Obra nasceu e cresceu com visível ajuda da Providência, que não deixará nunca de intervir, desde que não se afastem da finalidade do Instituto.

Lembrem-se que aquele Deus, que veste os lírios do campo de hábito como nunca vestiu Salomão, não deixará nunca faltar alguma coisa a quem trabalha unicamente por ele e para a maior glória do seu nome.

Capítulo IX

VIRTUDE E VOTO DE CASTIDADE

1. *Em que consiste a castidade*

A castidade é descrita naquela palavra do Evangelho: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão o Senhor». O Senhor é espírito puríssimo, criador do céu e da terra, santificador das almas. Os homens são um composto de alma e de corpo; a alma espiritual e racional informa o corpo e dá-lhe vida e o corpo, obviamente, deve obedecer à alma, segundo a razão e segundo a fé.

O cristão casto deve ser puro nas faculdades da alma e nos sentidos do corpo. Na mente deve ser puro e limpo, como espelho que reflita a santidade de Deus. Como não se tolera no olho nem sequer uma pequena palhinha, assim é preciso também afugentar da mente todo pensamento menos que santo. O coração do cristão casto é à semelhança do Coração adorável de Jesus Cristo. Deve ser um coração de ouro, puro, fervoroso de caridade, como o sol que ilumina e aquece toda coisa criada, também as criaturas, sujas mas sem que ele, no seu esplendor, receba da sujeira uma qualquer mancha.

O cristão casto nas faculdades, nos sentidos do corpo, deve ser com a erva sensitiva que não quer ser tocada; deve conservar-se cândido como a neve, nos sentidos do olho, do ouvido, do gosto, do tato, do olfato. A cândida e fofoa neve, para conservar o seu candor, não deve ser pisada com os pés, não é preciso nem sequer palpá-la com as mãos.

Toda pessoa cristã, santamente educada, comporta-se como lírio cândido e perfumado, sempre em ato de recrear a vista e alegrar o olfato.

Eis a virtude que, por excelência, é chamada a bela virtude, virtude que faz o homem semelhante ao anjo.

É a virtude de São Luís, que o faz anjo de virtudes, mártir de penitência; a bela virtude exposta por Jesus Cristo, pureza por essência, como dom de paraíso para todos os homens da terra; eis a bela virtude pregada e praticada pelos apóstolos, querida a todas as almas fiéis e praticada por todos aqueles que puderam alcançar a gloriosa palma do mártir.

A virtude da castidade chama-se virgindade nos cristãos que nunca, depois do Batismo, com um pecado mortal, conhecido e querido, laceraram a veste batismal da inocência. Chama-se continência naqueles cristãos que tiveram a desgraça de dilacerarem muitas vezes a estola batismal, mas que agora arrependem-se disto e propõem-se de estarem atentos a ela. Chama-se virtude da castidade o propósito daqueles cristãos, os quais se casaram, mas que, tendo ficado viúvos, não querem mais ter relações matrimoniais.

2. *Observações práticas*

No caso prático, convém aqui fazer três observações.

Existem religiosos, os quais nunca conheceram nada e nada sabem das misérias humanas; vivem na inocência e na ingenuidade simplesmente.

Estes são singularmente queridos como os anjos do Senhor; no paraíso cantarão o hino bendito de glória a Deus, reservado somente aos virgens.

Estes podem-se comparar a certas gemas de preço inestimável, que é, porém, bom conservar no seu estojo e não expor à vista de muitos, para que não sejam roubadas.

É preciso contentar-se que estes coirmãos conversem com os espíritos celestes: seria inoportuno e imprudente expô-los a múltiplos ofícios de caridade, nos quais a sua inocência, por desgraça, pudesse naufragar.

Existem virgens assim, mas que conhecem também as batalhas do mundo e que sabem caminhar também pelas vias enlameadas, mas sem sujar a cândida veste batismal.

Estes podem ser tanto mais queridos ao Senhor, porque provados; são certamente úteis em vários ministérios da Congregação, porque soldados mais ou menos expertos.

Existem depois outros religiosos, os quais saborearam o cálice de Babilônia, mas agora purificaram-se dele e não tem perigo que ainda aproximem os lábios daqueles cálices envenenados.

O Xavier, apóstolo das Índias, pedia ao seu superior S. Inácio que lhe enviasse também religiosos deste gênero, porque muito mais seguros na batalha dos sentidos e mais perseverantes na prática da virtude.

Os Servos da Caridade devem certamente servir-se destas advertências, que são simplesmente avisos elementares de prudência, merecedores, por outro lado, de muito estudo e de séria aplicação.

3. Meios para conservar a castidade

Os meios são especialmente dois: o espírito de oração, para elevar-se continuamente ao Senhor, e o espírito de mortificação, com o qual domar os sentidos.

Requer-se espírito de oração. «Ninguém – diz o Eclesiástico – pode ser continente se Deus não dá a graça», mas é evidente que as graças obtêm-se com o pedi-las humildemente a Deus.

É preciso, portanto, que o Servo da Caridade seja homem de oração vocal, de oração mental, que saiba elevar-se a Deus como o pássaro que se paira no ar a toda vista de perigo.

Agrade ao Céu que o Servo da Caridade aprenda a gemer como os filhotes da pomba, que aliás eleve-se no alto como a águia! À virtude chega-se por meio de uma oração sem intermissão; e interponham entre o homem e Deus sobretudo a Virgem bendita, mãe de Jesus Cristo e mãe nossa, São José, os santos padroeiros de cada coirmão e da Congregação, os anjos, e também as almas benditas do purgatório e os mesmos justos da terra.

Todos os amigos e os benfeitores devem ser chamados em ajuda para os máximos interesses da própria salvação.

Requer-se em segundo lugar espírito de mortificação.

É preciso mortificar os pensamentos da mente e os afetos do coração: este é um trabalho que requer os esforços de toda a vida de um cristão.

É preciso mortificar os sentidos do corpo, para mantê-los completamente sujeitos ao espírito; também este é trabalho que acompanha os esforços da mente e do coração por todo o curso da vida.

A vida do homem aqui embaixo é um combate contínuo. Não se pode fazer trégua com os inimigos, como são o mundo, a carne, o demônio, porque são implacáveis.

O cristão casto deve viver vida angélica sobre esta terra; o homem angélico deve ter naturalmente asas boas e vigorosas para equilibrar-se no alto e pôr-se em salvo nas altas atmosferas contra os dardos dos caçadores insidiosos.

Por meio da mortificação, o homem torna-se objeto de admiração para Deus e para os homens, objeto de terror para os demônios infernais.

Custa fadiga o espírito de mortificação, mas tem na sua direita a palma do mártir.

Que importa o fadigar, quando por meio da fadiga alguém possa assegurar-se um tesouro indefectível? Quanto alguém deve trabalhar neste campo? Deve mortificar-se com todas as forças da alma, com todas as potências do corpo.

Deve mortificar-se quanto o Senhor lhe dá de graça e quanto o indivíduo possui de força.

Deve esforçar-se racionalmente tanto quanto aconselha a obediência, tanto quanto, repita-se isto, a pessoa sintá-se de força no ânimo, tanto quanto o superior prudente sugere.

Nem mais nem menos.

Com este comportamento, beato o homem que sabe mortificar a si mesmo e combater as tentações, porque, quando será posto à prova plenamente, receberá certamente a coroa da vida!

Capítulo X

VIRTUDE E VOTO DE OBEDIÊNCIA

1. *Em que consiste a virtude da obediência*

Um filho diz-se obediente quando procura conhecer as vontades e os desejos do próprio pai, quando procura executar toda sua vontade e todo seu desejo, quando ama as vontades e os desejos do próprio pai e no cumprir tais vontades e desejos encontra a serenidade do ânimo e alcança a própria felicidade.

Este pai é o Senhor Deus, ótimo pai; daí é preciso que nós, pobres filhos de Deus, esforcemo-nos em conhecer a sua bondade, a sabedoria, a santidade; é preciso que nós pobres filhos, redimidos pelo sangue de Jesus Cristo, creiamos nas vontades dele, que são de dar glória a Deus e santificar as nossas almas.

O cristão religioso deve amar sobretudo Jesus Cristo e conformar o próprio coração aos desejos do Coração de Jesus Cristo e nestes unicamente colocar a própria felicidade. Neste sentido disse Jesus Cristo: «Tornar-vos-eis meus amigos se cumprireis as coisas que vos comando». Nisto conhecer-se-á que vós sois filhos, se fareis o que é de satisfação para o meu eterno Pai, satisfação que consiste na vossa santificação. Um pai é bem feliz quando o filho lhe é perfeitamente obediente; dizer de um filho que é obediente, é como dizer que é dotado de toda eleita virtude.

E assim como o Senhor dispôs sobre a terra aqueles que devem estar no seu lugar e comandar em seu nome, assim ele disse dos superiores: «Que vos escuta, escuta-me, quem vos despreza, despreza a mim mesmo»; tocar os superiores seria como pôr os dedos nos olhos para ferir a pupila de Deus.

É preciso, portanto, obedecer ao superior como a um lugar-tenente de Deus e obedecer-lhe com todo o coração por amor do mesmo Deus.

Neste sentido, os Servos da Caridade serão filhos obedientes do Pai comum.

2. *Mérito da obediência*

É querido ao pai o filho que lhe apresenta o lucro dos seus trabalhos; mais querido é o filho que apresenta ao pai a própria pessoa; lhe é, depois, caríssimo, o filho que lhe doa totalmente a própria vontade.

O filho religioso que doa a própria vontade a Deus Pai, cumpre o ato virtuosíssimo que assemelha ao mistério inefável do Verbo eterno, que se fez homem para cumprir a vontade do Pai.

A vontade é o único dote que o Senhor deu-nos como nosso próprio.

Quando nós, portanto, redamos a ele aquilo que nos deu como nosso, isto é, a vontade, então lhe fazemos o dom mais querido e o mais aceito que nunca; pelo qual o Altíssimo se faz devedor a nós e nós credores de um tesouro máximo, o paraíso, que o Senhor prometeu a todos aqueles que o amam e o servem.

Por isto as Sagradas Escrituras estão repletas de elogios para a virtude da obediência; por isto o Senhor aos obedientes prometeu a vitória contra todas as tentações da carne, ou seja, do sentido, do mundo e do demônio.

O homem obediente torna-se personagem valente que sempre e sobre todos os adversários canta vitória.

Por isto os homens que chegaram ao apogeu da santidade, comprometeram-se todos a estudar a virtude da obediência e a praticá-la.

3. *Graus da virtude da obediência*

Existem crianças, boas sim, mas tais que pouco sabem e pouco comprometem-se a conhecer as inclinações e os desejos do próprio pai; obedecem ao comando do pai, mas mais por temor que por amor, mais por instinto de dependência que por virtude de submissão.

Assim existem filhos também bons, mas que pouco entendem e pouco procuram conhecer os íntimos desejos do Coração santo de Jesus Cristo; obedecem à voz de Deus, que se faz entender no interior da consciência, mas obedecem com pouca fé e, ousaria dizer, com mais sentido de servilismo do que de amor.

Assim são aqueles religioso que obedecem aos superiores com hábito material, mais por sujeição do que por sentimento de fé e de virtude santa.

Estão no primeiro grau da obediência e deve-se rezar ao Senhor para que, de filhos de uma bondade muito comum, eleve-os a um grau superior de virtude.

Existem filhos que obedecem prontamente, cegamente à voz da consciência, aos comandos dos superiores terrenos, porque estão persuadidos que melhor è obedecer que comandar e que o próprio dever é de obedecer sempre.

E até aqui se diriam perfeitos, mas no caso prático são fáceis a críticas, às pequenas murmurações. E às vezes ousam também afirmar que, se estivessem na pessoa dos superiores, diriam de outro modo e disporiam de outro modo, mas no entanto fazem como os superiores propõem, porque ao superior compete a autoridade de comandar e aos inferiores compete a paciência de obedecer.

Este modo de raciocinar e de executar contém um grau de virtude superior ao primeiro acima posto.

Mas o filho, que é superior a todo elogio, é dotado de sutileza de mente ainda maior, de bondade de coração refinada.

Um filho feito assim, emprega todas as potências da sua mente, para conhecer as vontades de Deus em geral, para descobrir também, nos mais minutos particulares, os desejos do Coração de Jesus Cristo, para cumprir tudo e sempre, com firme propósito e com perseverança até o último suspiro da vida.

E como com Deus, assim comporta-se com os próprios superiores que são os representantes de Deus, com a própria Regra que é o código dos mandamentos de Deus, com o próprio Regulamento que é a extensão minuta dos desejos do comum pai celeste, Deus.

O terceiro grau de obediência, portanto, consiste numa perfeita submissão da nossa vontade à vontade de Deus.

Consiste em obedecer sempre e até a morte, também a uma morte apaixonante de cruz.

Obedece-se assim porque, além do *consumatum est*; ao perfeito obediente abrem-se imediatamente as portas do paraíso.

4. *Do voto de obediência*

Existem filhos que não obedecem por virtude; diria-se que têm em si o instinto da rebelião, e quando obedecem o fazem somente por força.

Estes não podem nunca contentar o coração de Deus.

O Senhor respeita a liberdade do homem, e quando o homem foge dele, o bom Deus está atrás dele e suspira com gemidos inenarráveis, para que volte entre os seus braços.

Para arremessar dardos de justiça espera no final e o faz só quando vê que o miserável, abandonado a si, apressa-se de precipício em precipício.

O superior de uma casa, quando com o seu forte desprazer deva tratar com um filho tão pouco devoto, aliás, tanto perigoso para a família, então execute o preceito do Senhor: Admoeste com doçura, como pai com o filho. Se perdura no fazer o mal, então avisa como juiz, chamando igualmente pelo menos duas testemunhas. Se depois o filho miserável prossegue a fazer guerra ao pai como um Absalão rebelde e se, com o escândalo, seduz e tenta atrair a si outros seus irmãos, então é demasiado justo que o pai sente-se no tribunal, na sua majestade de juiz e pronuncie a sentença de expulsão, e chame também os executores da lei e entregue o filho desesperado para que vá para longe.

Nem isto é tirania de autoridade, mas é simples ato de justiça; é sempre a bondade de coração de um pai que segue o simples direito e dever de natureza: afaste-se o filho contaminado para que não infeccione a inteira família na própria casa.

De resto, é fácil entender que um comando absoluto e de tanta autoridade deve acontecer raramente numa família religiosa; aliás, deve-se suplicar ao Senhor que não aconteça nunca.

Em todo caso, se o machado deve-se realmente pôr na raiz da árvore, isto deve ser feito pelos superiores maiores, não já pelos superiores locais, senão em caso de gravíssimas circunstâncias.

Relembramos quanto estabelecem as nossas Constituições no que concerne ao preceito formal da obediência.

Quando realmente convenha fazer isto, então torna-se conveniente que o preceito formal imponha-se por escrito ou pelo menos diante de duas testemunhas, o que é somente dos superiores maiores, não dos superiores subalternos de pequenas casas.

Capítulo XI

A CONFISSÃO E A COMUNHÃO

1. *A Confissão*

É preciso solicitar a facilidade de aproximar-se do sacramento da confissão cada oito dias; por isto o superior, em cada casa, designará, de acordo, na medida do possível, com o superior geral, um ou mais sacerdotes Servos da Caridade para atender as confissões.

Se não há número suficiente de coirmãos nas casas; será bom recomendar-se à caridade de algum pio e prudente sacerdote externo, para que assista, periodicamente, em casa, os Servos da Caridade.

Quando também isto torne-se difícil, será oportuno designar algum confessor externo à casa, a quem, de preferência, aproximem-se os Servos da Caridade.

Será mais fácil encontrar confessores para os Servos da Caridade leigos no âmbito da casa e, se isto é obra fácil, não se negligencie, porque os coirmão têm o direito dela e os superiores o dever.

Tudo isto deve-se fazer com muita prudência e caridade e não se omita depois também de fazer conhecer que o sacramento da Penitência deve gozar de plena liberdade na escolha do confessor e que, em tal argumento, todo Servo da Caridade pode e deve usufruir de tal direito razoavelmente, porque também, por parte dos superiores, não pode e não deve existir oposição.

Caridade e prudência assim, devem-se observar especialmente para com os coirmãos doentes, em favor dos quais não só não se deve negar qualquer pedido de confessor ordinário ou extraordinário, mas é do mesmo modo conveniente prevenir os seus desejos ou, em todo caso, sugerir a sua escolha, por puro e simples ato de caridade.

2. *Disposições para bem confessar-se*

Neste argumento, os Servos da Caridade considerem que se apresentam, na pessoa do seu ministro, ao próprio Jesus Cristo, para analisar a situação da própria consciência, diante de Jesus Cristo, o Santo dos santos, em confronto do qual também as criaturas não só boas, mas santas, são sempre cheias de defeitos, de fragilidades e de pecados. Sob este aspecto não é nunca demasiado um profundo exame de consciência, um desgosto veemente por toda falta, mesmo leve, ou por qualquer defeito que impeça em nós a maior glória de Deus.

Mas, mais que temor, os Servos da Caridade devem ter confiança. E como não? O Senhor sabe que somos frágeis. Humilhemo-nos em ver-nos tais. O Senhor sabe que os Servos da Caridade são consagrados aos serviços de caridade nas obras de misericórdia, tanto corporais como espirituais. Confortem-se os bons Servos da Caridade.

O Senhor prometeu o paraíso para quem tivesse dado simplesmente até um só copo de água a um pobre por seu amor; ora, como não dará um lugar no paraíso e um lugar também um pouco elevado e, portanto, o perdão para as negligências e os defeitos do pobres Servos da Caridade, os quais não um só um copo de água, mas cem porções de alimento e de bebida, tanto corporais como espirituais, oferecem com todo o coração aos muitos pobrezinhos que lhes circundam de dia e de noite?

Encorajem-se, portanto, os Servos da Caridade e persuadam-se também que a primeira condição de uma boa Confissão é a brevidade.

Dela aproximem-se com reta intenção e com bom coração, porque o escrutador é ele. O Senhor, que vê logo e perfeitamente compreende o estado de consciência dos seus servos.

Cuide-se que mais cuidadosa do que de costume seja a confissão que precede o Exercício da boa morte; mais cuidadosa ainda a confissão que se faz cada ano durante os exercícios espirituais.

Nestas duas circunstâncias, pode tornar-se útil dar uma olhada geral no passado para uma confissão mensal ou então anual.

3. *A Eucaristia, alimento da alma*

Os Servos da Caridade lembrem-se da comparação que, na santa Escritura, se faz entre o alimento corporal e o alimento espiritual da alma.

Não se poderia viver no corpo, se não se comesse pelo menos uma vez por dia.

A alma é tanto mais sublime do que o corpo, quanto o céu dista da terra: esta alma tão nobre e também tão pobre, precisa ser alimentada cada dia com o alimento da oração, com a bebida vigorosa do bem exemplo, com muitos exercícios piedosos de caridade, mas, antes de tudo, precisa do alimento grande por excelência, o alimento da santa Comunhão.

Jesus, o Cristo, disse-o: «A minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue é verdadeiramente bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele. O cristão que come a minha carne e bebe o meu sangue dignamente torna-se uma só coisa comigo; à alma deste eu darei a vida eterna; o corpo mesmo será por mim ressuscitado no dia extremo, para que também o corpo goze perpetuamente com a alma».

Pelo sacramento eucarístico, que é a perpétua maravilha dos anjos e dos homens, por este grande mistério de amor, os Servos da Caridade empreguem um constante estudo de intelecto para conhecerem a sua profundidade, acendam no coração chamas sempre mais vigorosas de caridade, para podê-lo amar com todas as próprias forças.

A Comunhão cotidiana aconselha-se a todos os Servos da Caridade; todos aqueles que pelo menos têm um pouco de vontade de sacrificar-se, podem e devem aproximar-se ao sacramento dos fortes.

O grande sacramento é igualmente remédio.

Aqueles que sabem que são fracos e que são combatidos por tentações, precisamente por este motivo, devem-se aproximar mais frequentemente.

Quem tem fome sacie-se, quem tem sede inebrie-se santamente; quem sente frio aqueça-se no fogo da divina caridade, como quem é fraco aproxime-se do pão que a bondade do Coração de Jesus apresenta-lhe, pão celeste, pão dos anjos, que tende a fazer dos homens outros tantos anjos de virtude e de candor.

4. *A Divina Eucaristia, vida do Instituto*

A divina Eucaristia é o sol que ilumina, que aquece, que faz frutificar a terra.

«Eu vim – diz Jesus Cristo – para trazer o fogo da caridade e que quero eu, senão que este fogo acenda-se no coração dos homens?».

Nos nossos dias, o venerável sacerdote Pe. Eymard, para reforçar no amor da divina Eucaristia os sacerdotes e, por meio dos sacerdotes, o povo cristão instituiu a Associação dos sacerdotes adoradores, que já cresceram mais ou menos em centenas de milhares.

O Espírito Santo do Senhor suscitou, também no mundo, o espírito de união e de caridade na celebração dos congressos eucarísticos, os quais já percorreram em edificação todas as nações da Europa e agora passaram a fecundar a terra dos corações americanos.

O Espírito do Senhor suscitou personagens famosos, para que se fizessem apóstolos da Comunhão frequente, últimos por número, mas primeiros por intensidade, o venerável João Bosco e o venerável José Cottolengo.

Os Servos da Caridade, portanto, sigam os exemplos destes grandes, obedeçam ao Espírito Santo do Senhor.

Sigam os conselhos e as indicações do glorioso Pontífice reinante, o qual, para poder fazer nutrir os ânimos dos seus filhos com o alimento da divina Eucaristia, abriu mais numeroso ainda o tesouro das indulgências e dos privilégios.

No caso prático, portanto, os sacerdotes sejam assíduos na celebração santa e induzam os coirmãos leigos à frequente e cotidiana Comunhão.

Sejam propagadores e apóstolos deste divino sacramento no meio das crianças, dos idosos, dos crônicos, dos doentes.

Os sacerdotes depois, que de modo mais particular são chamados pela Providência a exercitarem a vida apostólica, estes sejam de modo especial pregadores e apóstolos do Sacramento nobilíssimo, da santa Comunhão.

Capítulo XII

OS EXERCÍCIOS PIEDOSOS DA COMUNIDADE

1. *Em que consistem estes exercícios piedosos*

A vida do religioso pode-se comparar ao fogo que aquece, que move as locomotivas, que dissolve os minerais e faz liquefazer os metais.

O fogo da caridade de Jesus Cristo dá vida ao cristão religioso, faz movê-lo depressa nas obras de bem, dá-lhe força para inspirar o próprio coração e o coração alheio, tirando as dificuldades, também aquelas maiores, para o caminho veloz na vida da perfeição.

Os exercícios piedosos de uma comunidade consistem especialmente na oração vocal, na oração mental, nas leituras piedosas e, sobretudo, na adoração do Santíssimo Sacramento.

Estas práticas são como instrumento para erigir a estátua da própria santificação.

O Senhor criou o homem do barro da terra e inspirou-lhe depois a alma vivente e o fez semelhante a si mesmo.

É preciso, ao mesmo tempo, que um sopro de Espírito Santo plasme o religioso Servo da Caridade e que o torne semelhante ao Instituto que, como pai, adotou-o.

Os meios e os instrumentos para tal empresa são aqueles acenados; quem emprega com segura experiência tais instrumentos são os superiores que servem a Regra consignada pela Providência.

Convém, portanto, que todo Servos da Caridade adira profundamente à sua Regra e aos seus superiores, porque eles são destinados à formação dos súditos e dão desenvolvimento à Congregação.

2. *A oração vocal*

Os Servos da Caridade, os noviços e os incipientes sobretudo, devem ser comparados aos filhotes da andorinha, os quais bradam com agudos gritos, bradam sobretudo quando se dão conta que a mãe vem a pousar o mosquito nas suas boquinhas.

Assim os Servos da Caridade em geral, mas os jovens especialmente, devem poder obter de rezarem sem nunca interromper.

A oração vocal é como o aço que se bate sobre a pederneira para desenvolver as faíscas de fogo, aptas depois para acender uma grande chama para os usos domésticos e sociais.

Mas os exercícios de oração vocal, para que resultem verdadeiramente de edificação, devem ser feitos com fé e com fervor. Quem reza saiba que conversa com Deus e, por isso, deve entender, pelo menos o sentido geral das palavras, dos discursos que tem com Deus, das graças que pretende pedir e obter.

As orações dos Servos da Caridade são, segundo a prática do Instituto, as orações da manhã, do meio-dia e da noite; é obrigatória a terceira parte do rosário, para suplicar a mãe comum, a Virgem Imaculada.

Aconselha-se: o exercício da Via-sacra cada dia e especialmente nas sextas-feiras e nos dias da Quaresma. O exercício da Via-sacra feito com piedade e devoção pode fazer parte da santa meditação.

Divina entre as orações vocais é a recitação do breviário, que para inflamar mormente o coração do sacerdote será bom que se tenha diante do Santíssimo Sacramento.

Lembremos que na oração vocal bem feita entram os pensamentos da mente, os afetos do coração e tudo coopera para mormente unir-nos a Deus.

3. *Da meditação*

A meditação é feita com a finalidade de suscitar no coração, por meio das reflexões da mente, o fogo da divina caridade.

É preciso que trabalhe a mente, como faz o estudante que, com a reflexão, faz entrar no próprio intelecto o tesouro da ciência.

Conhecida a ciência, esta é amada e quanto mais aprofunda-se o conhecimento, tanto mais cresce o amor, tanto que o verdadeiro cientista vive como num êxtase contínuo de conhecimento e de amor e não tem mais nem sequer afeto pelas coisas e pelas pessoas que o circundam.

Não cuida delas porque, atraído pelos seus estudos diletos, não se dá mais conta do mundo que lhe está vizinho.

Os religiosos contemplativos escondem-se do mundo material para viverem na solidão e aqui encontram o Senhor.

O mundo, porém, tem um verdadeiro sentimento e afeto de veneração pelos homens religiosos, que conversam com Deus e com as criaturas celestes; nas ansiedades da mente, os homens recorrem ao conselho do homem de Deus que é o homem de oração.

Não é, portanto, demasiado, se por Regra o Servo da Caridade seja obrigado, ao menos por uma meia hora por dia, a conversar assim com o Senhor.

Não é demasiado o conselho de aplicar-se ao exercício da Via-sacra em ajuda e compensação de outro quarto de hora de meditação; é igualmente racional que o superior designe outro tempo útil para que os Servos da Caridade possam encontrar-se juntos na hora da meditação comum.

É também muito racional que se ocupe pelos menos um quarto de hora na leitura espiritual da vidas dos santos, da História sagrada e de páginas espirituais edificantes.

Estes exercícios piedosos cumpram-se com fé e com grande humildade, como quem devesse encontrar-se diante da primeira majestade deste mundo: o pontífice vigário de Jesus Cristo; cumpram-se com fé e humildade profundíssima, porque o homem encontra-se diante da majestade infinita do Senhor.

Devemos imaginar o Senhor bom e misericordioso, como no-lo descrevem os livros santos, em ato de fogueiro que se sinta tranquilo e maneja o fole para soprar no forno e atizar os carvões acesos. Como o fogo natural derrete as rochas e liquefaz os metais, assim o fogo da graça de Jesus Cristo separa da nossa pobre alma as escórias dos defeitos e das inclinações perigosas e faz liquefazer a mente e o coração em atos puros de amor de Deus e de amor do próximo.

Disto emerge a verdade do ditado da Escritura: Medita as últimas coisas que nos acontecerão (morte, juízo, inferno, paraíso), medita-as bem e não pecarás nunca mais, nem em muito, nem em pouco e não só não só não pecarás, mas como se disse, poderás adquirir tais virtudes que te tornarás boa estátua, imagem vivente que assemelhe à pessoa adorável de Jesus Cristo.

4. O santo sacrifício da Missa, a bênção com o Santíssimo Sacramento

O Servo da Caridade deve empenhar-se no estudar e meditar o santo e nobilíssimo sacrifício da Missa.

Estude a substância como é descrita nos livros santos, como é ilustrada pelos Padres da Igreja, como a descrevem e falam dela todos os dias os ascetas e os homens santos.

Estude o modo de vivê-lo na prática cotidiana.

Estude os particulares das partes que compõem a santa Missa, aprofunde o sentido das sagradas cerimônias que a acompanham.

Seja como abelha industriosa que se enrola na corola da flor para chupar o seu gostosíssimo néctar e convertê-lo, no próprio estômago, em mel refinado de piedade e de devoção.

Nos costumes e na prática das várias casas é também habitual a prática de dar, com a permissão da autoridade eclesiástica, cada noite, a bênção com o Santíssimo Sacramento.

Os antigos patriarcas acostumavam abençoar os próprios filhos e os filhos consideravam a bênção do pai como um penhor de prosperidade.

Os pais cristãos têm ainda o piedoso costume de abençoar os próprios filhos em algumas circunstâncias solenes da vida e também cada noite, antes que se abandonem ao sono.

O sono é figura da morte; antes de adormentar-se, é belo receber os bons votos do próprio pai! Assim abençoe-nos sempre o Pai celeste e seja penhor daquela bênção que Jesus Cristo dará aos seus eleitos no dia supremo: «Vinde, ó benditos do meu celeste Pai».

Quem nos abençoa cada noite não é simplesmente o nosso pai carnal, não é simplesmente o pai espiritual das nossas almas, o sacerdote, o bispo, o pontífice vigário do Senhor: é o próprio Jesus Cristo em pessoa, que vem para abençoar-nos.

Então nós colocamo-nos aos pés de Maria santíssima e peçamo-lhe que nos faça merecedores de sermos abençoados pelo seu divino Filho.

Sempre à mãe, sempre à mãe, porque é por meio da mãe que o filho apresenta-se com maior confiança ao pai.

Capítulo XIII

MORTIFICAÇÃO E PENITÊNCIAS

1. *Necessidade da mortificação*

É tanto necessária que sem ela não se poderia racionalmente conduzir a vida sobre esta terra; é tanto necessária para a ordem natural das coisas do mundo e para reparar às desordens do mesmo.

A razão, ajudada pela fé, sugere na mortificação o modo de aperfeiçoar a si mesmos, de tornar-se válidos, de vir em ajuda aos outros.

Por meio da mortificação, tornam-se célebres as pessoas do mundo; bem mais frequentemente e bem mais eficazmente pela mortificação fazem-se santos os personagens ilustres na virtude cristã.

2. *Da mortificação interior*

A mortificação interior consiste na morte do homem velho e na ressurreição do homem novo, segundo Jesus Cristo.

No homem velho existe a soberba da mente, é a perversidade do coração; no homem regenerado por Jesus Cristo, existe a humildade da mente, existe a caridade do coração.

O grande compromisso dos dias, dos meses, dos anos, de toda a vida de um cristão é ver as coisas como as vê Deus e saber-se conformar com isto; é preciso amar a verdade que é o mesmo Deus, fonte de luz e de caridade, e emular a sua semelhança. Não é preciso cansar-se nunca, porque com o exercitar-se assiduamente na prática da mortificação cristã, obedece-se perfeitamente às palavras de Jesus Cristo: «Quem quer vir após mim, tome a sua cruz e siga-me».

A vida do cristão está compreendida nas duas palavras: *Abstém-te, suporta*».

Da boca sacerdotal e do coração dos santos não podem sair discursos mais eficazes do que aqueles da mortificação e da paciência.

A paciência é depois necessária para que se possam realizar em vós as promessas do divino Salvador.

Tudo isto vale para os cristãos em geral. Para os religiosos, os quais são obrigados por Regra à vida de perfeição, vale sobretudo a força das doutrinas acima expostas.

Estes, sobretudo, devem almejar estarem escondidos aos olhos do mundo e serem considerados inúteis para toda obra boa.

Quando mais o homem religioso eleva-se para conhecer a altíssima santidade do Senhor, tanto mais humilha-se no reconhecer-se humílimo verme e abjeta criatura.

A isto induz o exercício da cristã mortificação interior.

3. *A mortificação exterior*

É preciso castigar os olhos sem parecer afetados; é preciso castigar o ouvido sem ser e parecer selvagens; também por meio do olfato pode insinuar-se o sentido perigoso de concupiscência; é preciso, sobretudo, castigar o gosto, porque nisto está o princípio da perfeição cristã; é preciso castigar a língua, o falar, porque está escrito que é beato aquele que nunca caiu em erro por causa da língua; é preciso castigar o tato, porque este pobre corpo humano é um miserável inferno chagado, que diz continuamente: «Não me toque, não me toque!».

É preciso frear as próprias ações no tratar com o nosso próximo. Convém não ser excessivamente expansivos com os jovens e não se aborrecer com os velhos. É preciso saber suportar os defeitos dos amigos e é preciso saber ganhar os adversários com repetidos atos de caridade e de doçura.

Difícil é tratar cotidianamente com os santos; mais difícil é tratar com os pecadores; o trabalho custa fadiga, o fazer pouco ou nada aborrece o ânimo.

Miserável o homem, se não é guiado pelo espírito de mortificação; mais miserável o homem religioso que não sabe progredir na santificação própria por meio do espírito de mortificação.

4. Mortificações próprias dos Servos da Caridade

Os Servos da Caridade observam com diligência as mortificações de jejum e de abstinência que são próprias de todos os fiéis da Igreja de Jesus Cristo; nisto procuram ser verdadeiramente exemplares.

Para elevarem-se depois pelo menos de um palmo sobre os fiéis comuns, observem o jejum em toda sexta-feira da semana, em memória e em adoração da paixão e morte de Jesus Cristo.

Se alguns entre os Servos da Caridade são de modo especial chamados por Deus a exercitar atos de virtudes extraordinários, nem sequer então devem confiar em si mesmos, mas submeter-se à obediência da Regra e ao critério dos superiores.

Deseja-se que os Servos da Caridade alcancem o máximo no exercício da mortificação com o assumir-se e com o submeter-se a um trabalho suave, mas continuado, nos ofícios que lhes são próprios.

Fazem-se votos que cada um deite-se cansado e enfraquecido, como quem é abatido por golpes de pauladas, de modo que, assim castigado, tome com alegre satisfação e gosto o sono da noite. À imitação de São Paulo, que escrevia: «Humilho o meu corpo e o reduzo em escravidão, para que não aconteça que, depois de ter pregado aos outros, eu mesmo me torne réprobo».

Nos nossos dias, o mundo dispersa-se em gozos, e os homens morrem antes do tempo pelo abuso dos falsos prazeres humanos. Hoje é necessário que o religioso seja introduzido na carreira da perfeição com um sistema de vida completamente contrário; é necessário que o homem religioso não perca um minuto de tempo e que empregue todas as forças do corpo e do espírito para assegurar a santificação própria e a salvação do próximo que lhe pertence.

Capítulo XIV

AJUDAS PARA A DISCIPLINA E A VIDA ESPIRITUAL

1. *Caráter do Instituto dos Servos da Caridade*

Cada família religiosa tem um espírito particular, sugerido pela graça do Senhor e pela qualidade dos tempos e das circunstâncias de lugar. Este caráter ou marca é o que distingue um Instituto dos outros semelhantes.

O caráter do Instituto dos Servos da Caridade pode considerar-se desde o ponto de vista econômico, moral e espiritual.

O caráter do qual se fala brota simplesmente da natureza própria do Instituto e da finalidade que se propôs: o cuidado dos filhos pobres, dos velhos pobres e a vida apostólica, que de consequência estende-se especialmente em favor do povo pobre.

Deste conjunto, emerge que o caráter econômico dos Servos da Caridade seja de tal natureza que eles devem ocupar-se de todo tipo de trabalho tanto servil como moral.

Com efeito, não podem e não devem ter ajudas manuais de serviço no desempenho dos próprios ofícios.

Isto concerne, sobretudo, aos Servos da Caridade leigos, se bem que convenha também aos sacerdotes: ou seja, eles devem pôr as mãos em todos aqueles ofícios de caridade, requeridos tanto pela pobreza da instituição, quanto pelas circunstâncias de tempo e de lugar.

O caráter distintivo moral dos Servos da Caridade deve ser um modo de comportar-se bastante caritativo, muito popular nos modos, nos discursos, na conduta em geral, em casa e fora. Deve ser de sua natureza conforme aos ofícios e à natureza da instituição e também conforme àquele espírito de democracia cristã. A este espírito quis aludir Leão XIII, quando recomendou ao clero em geral que saísse da igreja e andasse para a praça, ou seja, que descesse para as necessidades particulares do povo pobre em ordem econômico, social, espiritual, religioso.

Nisto distingue-se a caridade dos ministros de Jesus e nisto convém ater-se com verdadeiro zelo e abnegação.

De consequência, também o caráter, ou seja, o distintivo dos Servos da Caridade na ordem espiritual, religiosa, deve ser um espírito de muita tolerância, um espírito de amplas perspectivas, orientado para a misericórdia mais do que não para a justiça.

Agrade ao Céu que os Servos da Caridade revistam-se daquele espírito que é próprio dos santos dos nossos tempos e dos personagens ilustres, que também surgem continuamente para imitar o exemplo dos mestres santos! Os Servos da Caridade devem estar profundamente penetrados da altura dos próprios ministérios, devem ser profundamente impressionados por eles, para poderem impressionar e comover os ânimos dos outros.

Deste modo devem, dia a dia, proporem-se crescer no caminho de zelo e de caridade, para tornarem-se imagens vivas e falantes do divino apóstolo da caridade, Jesus Cristo salvador.

2. *O Servo da Caridade no interior da sua casa*

No coro das igrejas antigas encontra-se pintado, com auréola de paraíso, o cordeiro imaculado, Jesus salvador, e seguindo-o as ovelhinhas, os fiéis seus seguidores, que olham e seguem diligentemente os passos do divino pastor.

Ovelhinhas boas devem ser as almas dos Servos da Caridade no seguir os passos do divino Cordeiro e, depois dele e com ele, devem percorrer o caminho indicado pela Regra e pelos próprios superiores.

Tudo na casa dever estar ordenado.

O Servo da Caridade santifica-se na própria cela e lá santifica-se tratando sozinho com Deus e com os próprios deveres.

Não se permite que, nas celas, encontrem-se dois Servos, que ali introduzam-se crianças ou internados, que tanto menos ali introduzam-se forasteiros.

Em toda casa existe um lugar especial designado para os colóquios e os encontros, que se chama o locutório.

Do locutório devem servir-se toda vez que têm necessidade de conversar longa ou brevemente.

Conversar dois a dois em lugar privado daria logo lugar a vários inconvenientes e ao perigo de prejudicar a ordem, a disciplina, a caridade dos coirmãos e do Instituto.

E, além disso, não é bom que os Servos da Caridade escrevam ou recebam correspondências secretas.

Podem e devem escrever aos superiores imediatos e destes devem receber resposta, que não pode ser controlada por nenhum superior de quem dependem.

Fora deste caso, que é de pleno dever e direito, os Servos da Caridade reflitam que devem proceder com simplicidade, devem ser como cristais dentro dos quais espelha-se a imagem da verdade e da caridade.

Com isto crescerão sempre ingênuos e queridos como as crianças e merecer-se-ão sempre mais vivas as bênçãos do Senhor e a benevolência do próprio Instituto, o qual é seu pai e eles Servos, filhos distintos por afeição e por docilidade.

Ainda, os Servos da Caridade são os ministros e os cooperadores ilustres de Jesus Cristo na celebração dos sacros ministérios e na santificação das almas.

Sejam respeitosos disto e, na medida do possível, no silêncio antes da celebração da santa Missa ou antes de receberem a santa Comunhão.

Estejam em silêncio e com respeito ainda maior na sacristia, antecâmara do grande templo do Senhor, para poderem morar, com máximo respeito, na casa de Deus e mostrarem a máxima devoção diante do altar do Santíssimo.

Ainda os Servos da Caridade são aqueles dos quais diz o Senhor: «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados».

Devem, portanto, sentir contínua fome da divina Palavra, dos discursos santos, das obras santas; ao meio-dia e de noite, quando sentam-se à mesa para alimentar o corpo, não se esqueçam de alimentar o espírito com a leitura de algum trecho da Sagrada Escritura, da vida dos santos e semelhantes.

Abençoados os Servos da Caridade quando poderão recolher memórias edificantes dos próprios coirmãos e recordar com edificação os seus exemplos piedosos e caritativos.

Ainda os Servos da Caridade devem amar a sua própria casa como as abelhas a própria colmeia. Quando devem sair para ofícios de caridade, avisem os superiores e sejam depois solícitos em voltarem, como as abelhas industriosas são solícitas a reentrarem na sua colmeia carregadas do precioso mel que cada uma depõe no próprio favo.

Não devem depois os Servos da Caridade serem tanto sensíveis que, se o próprio Superior considera seu dever dirigir um aceno de admoestação, seja disto impedido de podê-lo fazer livremente para não perturbar os ânimos.

Os filhos bons recebem do próprio pai, com prazer, os atestados de mérito e, com resignação, os atestados de demérito.

O Senhor é justiça e caridade.

Num Instituto religioso, deve sobretudo sobressair rainha e soberana a caridade; mas é preciso também refletir que é caridade florida o chamar logo e energicamente o negligente que, também em pequenas coisas, demonstra-se cordeiro com a tendência a deixar o rebanho e a afastar-se do balido da mãe.

3. *Conduta fora de casa*

É bom que o Servo da Caridade, antes de sair de casa, faça o sinal da cruz e que forme um bom pensamento sobre o grande dever que tem de dar o bom exemplo a todos, para ser um verdadeiro espelho no qual cada um possa refletir o caráter, ou seja, o indício do verdadeiro servo do Senhor.

A sua conduta seja grave, mas ao mesmo tempo desenvolva e espontânea.

Ponha atenção para dirigir, a quem de conveniência, a saudação e responder a esta com sinais de afetuosa estima.

Não se distinga do comum dos bons cristãos e sacerdotes e não pretenda ser algo mais do que eles.

Ao falar, procure ser sucinto e rápido e apresente-se com linguagem desenvolta, para não constringir o outro a pedir a repetição do discurso exposto.

Cuide dos sentimentos da alma e do corpo, para não cair em algum erro e causar algum dano espiritual para si e para os outros.

Devendo tratar com mulheres, use discurso também mais breve, se bem que a mulher por si possa induzir a mais longas demoras.

Não se fale com mulher em casa e fora, sem testemunho de pessoa que possa ver, e não se esteja nunca com as portas fechadas.

Da mulher é fácil servir-se para muitas boas obras, mas é preciso servir-se dela com prudência rara.

Não importa que a mulher seja pessoa de muita piedade e virtude: a mulher é sempre mulher e pode sempre ser causa ou ocasião de alguma espécie de perigo ou de mal.

Seria também perigoso e mau entreter-se fora de casa, por qualquer honesta razão de conversação, passado o som da Ave-Maria.

Não convém aceitar convite em casas alheias, nem convém a frequência com pessoas de qualquer condição.

Saindo para ofícios de ministério e devendo tratar com pessoas eclesiásticas, procure-se evitar o perigo de cair em qualquer discurso menos favorável à caridade cristã, ou seja, em qualquer ato que indique perda de espírito e debilidade de respeito humano.

Voltando à família, não seja impaciente de contar coisas vistas ou ouvidas ou que possam induzir distrações nos coirmãos.

Cada um encontre modo de tornar amena em casa a conversa com os coirmãos e alegre o breve período de recreio, com a narração de coisas úteis e agradáveis, mas que estejam bem longe de ofender a caridade cristã.

Capítulo XV

OS ENFERMOS

1. *Os enfermos diante da razão e da fé*

Os enfermos, segundo a razão ajudada pela fé, devem ser a porção eleita dos superiores e de cada membro do Instituto.

Dize-o a razão: os membros do Instituto deram um adeus perpétuo à família, ao mundo, às próprias comodidades para servirem o Senhor na virtude e nos votos de pobreza, castidade e obediência, em favor do Instituto que escolheram como pai e próprio superior.

Entre o Instituto e cada membro do mesmo interveio um verdadeiro contrato bilateral, pelo qual os indivíduos consagram as próprias forças para a conservação e para o crescimento do Instituto. Por sua parte, o Instituto obrigou-se a prover às necessidades corporais e espirituais dos membros, sempre, mas especialmente no momento da necessidade.

A necessidade grave e urgente é principalmente nas circunstâncias de doença e no perigo mesmo de morte.

De resto, os membros uniram-se para constituir o Instituto, para encontrarem na ajuda mútua um apoio no caminho da virtude, um vínculo de amor fraterno, uma força de virtude de caridade, para ter não só o pão material da vida, mas para assegurar-se o que é o amor fraterno, o verdadeiro afeto.

Acrescente-se o que mais claramente sugere a fé em redor dos filhos do Instituto, os quais, antes que disto, são filhos de Deus e verdadeiros membros de Jesus Cristo; e assim a razão ajudada pela fé convencerá cada Servo da Caridade a estar sempre unido com o sacro vínculo da religião, a ajudar-se eficazmente no momento grave da dor, ou seja, nos casos de doença.

2. *O que devem fazer os superiores*

Recomenda-se aos superiores de toda casa, ou pelo menos das casas principais, que tenham disposto um local que possa servir de enfermaria, em favor dos Servos da Caridade que caem doentes.

O superior deve tomar cuidado do estado do doente, apenas prevê que o coirmão caiu em alguma doença grave ou perigosa.

Então, na medida do possível, deve designar um enfermeiro cheio de bondade, inteligente e prático, para que possa eficazmente exercitar a obra importante de misericórdia para com o próprio coirmão.

O superior deve pôr atenção em redor da escolha dos alimentos que podem mormente ajudar, observando os seguintes critérios: o primeiro é aquele de usar para os doentes as curas necessárias e de sustentar as suas despesas convenientes, segundo a doença e como o permitem as forças e o critério do Instituto; o segundo é de efetuar curas também maiores, quando se preveja que certamente ajudarão. O terceiro critério é de mostrar-se e de ser coirmão de sincera caridade, disposto sempre a exhibir os serviços da própria inteligência e a boa vontade de coração.

Deste modo deve-se poder tirar da mente do enfermos qualquer tentação de arrependimento por ter deixado, por amor de Deus, a família e os próprios bens, e também o suspeito que o superior ou os irmãos estejam aborrecidos pelos mal-estares que a doença obriga-os a suportar.

Os Servos da Caridade são os filhos da divina Providência e é precisamente no caso de doença ou de qualquer dificuldade que devem mostrar a sua confiança no comum Pai celeste, o qual apascenta bons e malvados e para os seus filhos e servos tem pronta a promessa de especial predileção.

3. *O que deve fazer o enfermo*

O enfermo Servo da Caridade deve comportar-se como enfermo e deve procurar ser um bom doente.

Um bom doente, como bom cristão e como fêrvido religioso, começa com o resignar-se.

Para obter o dom de uma mais perfeita resignação e, portanto, o alívio de uma consciência sempre mais segura e tranquila, bem cedo deve munir-se do sacramento da Confissão e mais vezes daquele da santa Comunhão e, no entanto, reza e faz rezar.

Isto é remédio eficaz para uma cura mais rápida e segura.

Depois, um bom enfermo confia-se ao seu médico, porque está escrito que é preciso obedecer ao médico quando surge uma doença. Quando alguém está doente, geralmente falando, não tem intelecto capaz de distinguir por si mesmo os remédios, não tem vontade eficaz para ajudar-se: há realmente necessidade do médico.

Igualmente um bom doente obedece ao seu enfermeiro, porque precisa dele, mas também por espírito de fé.

O Servo da Caridade, tendo caído na doença, tem direito e dever de conhecer o grau de enfermidade que o oprime e o perigo mais ou menos próximo de morte.

Tem o direito e o dever e, em tão grave causa, não pode ser iludido por ninguém, pena a culpa em quem, por imprudência ou por leviandade, ou por um mal-entendido sentimento de caridade, use engenho para esconder ao enfermo o perigo em que se encontra.

Esta desordem não é tolerável nem sequer entre os seculares do mundo, tanto mais deve-se condenar entre as pessoas religiosas, as quais, mediante a profissão dos votos, prometeram renunciar ao mundo e a si e estão prontos a viver cada dia como se cada dia devessem morrer.

4. Cuidados espirituais para com os enfermos

Os cuidados espirituais devem ser postos absolutamente no primeiro lugar. Todavia, tratando-se de religiosos, a caridade quer que se pense bem do estado do seu ânimo, ou seja, é lícito pensar que por toda a vida eles tenham provido à sua saudação eterna, e que sejam capazes de prover ainda nestes momentos de doença.

Mas, com palavra doce e enérgica, é bom que se persuadam a receber frequentemente os santos Sacramentos, segundo a orientação da Regra dos Servos da Caridade. É bom, pois, que os coirmãos, com visitas breves, quase como aparições de anjo, venham exortá-lo à paciência e à resignação. Será bom, sobretudo, preceder os seus desejos sobre a escolha de algum confessor extraordinário que se creia ser de sua satisfação.

Será também boa coisa que o superior dê ao enfermeiro sugestões úteis, para que nos momentos de receber os santos Sacramentos não se perturbe o enfermo com o pretexto de qualquer útil serviço.

Se o enfermo não tivesse ainda feito testamento, obtenha-se logo a permissão do superior geral e, na falta deste, do superior local, e faça-se executá-lo.

Na casa onde encontra-se o enfermo, ordenem-se públicas e privadas orações em favor do mesmo enfermo.

Nenhum coirmão dever ser subjugado por uma dor extraordinária, nem deve ter aquela confusão de pensamentos ou aquela desordem de afetos de coração, que demasiado frequentemente acontece em casos semelhantes nas casas e nas pessoas dos seculares.

Isto seria indício de pouca fé, que pouco edificaria e poderia também perturbar a virtude de confiança do doente.

Nem sequer, porém, devem-se mostrar certos sinais de frieza e quase de indiferença, que podem fazer pensar em negligência pelos mesmos coirmãos.

Também este é excesso para evitar.

A caridade dos coirmãos é caridade mais de efeito que de afeto, por isto é caridade veraz.

Quando o enfermo apresenta perigo de vida, então não é preciso retardar o sacramento da Extrema Unção, que bem se sabe ser também medicina corporal.

O enfermo não deve tomar o remédio para sarar quando já é moribundo, para não pretender de Deus um milagre extraordinário de graça.

É depois pio costume no Instituto que, quando o coirmão está já vizinho à morte, o sacerdote assistente recite e replique com devoção as orações da Igreja, e os coirmãos, acesas as velas, aberto a portinhola do santo tabernáculo, rezem com fervor diante do divino Sacramento.

Capítulo XVI

SUFRÁGIOS PELOS COIRMÃOS DEFUNTOS

1. Princípios gerais

Devemos refletir que a nossa fragilidade é tanta: somos inclinados a conceder ao corpo satisfações além do direito humano e cristão, somos inclinados com a mente a cometer mais defeitos de amor próprio e com o coração somos atraídos a satisfazer a nossa vontade nem sempre conforme com as vontades de Deus.

Para apresentar-se com grande confiança diante do tribunal de Jesus Cristo, é preciso que em nós seja muito viva a fé, bastante enraizada a esperança, multiforme e ardente a caridade.

É preciso que em nós resplandeçam como archotes ardentes as virtudes cardeais da prudência, da justiça, da fortaleza e da temperança.

Este é o espelho das virtudes para sermos admitidos ao paraíso beato.

Mas, pobrezinhos de nós! Ainda no exercício das boas obras nós sabemos e queremos misturar nelas não poucas imperfeições e defeitos, pelo qual realiza-se o dito do Senhor que diante dele as obras boas dos justos são um pano sujo.

Misericórdia grande, porém, é a misericórdia de Jesus Cristo, e o profeta no-la põe diante, comparando Deus a um fogueiro, que maneja o fole e sopra na fornalha, para que as chamas avivam-se sempre mais.

As chamas são chamas, mas que importa! Dentro da fornalha existem as pedras que contêm ouro.

As pedras, os nossos defeitos, derretem-se e sai fora como ouro puríssimo a alma purificada numa corrente que, recolhida e trabalhada, derrama-se no mundo para torná-lo próspero e feliz.

Assim as nossas almas, purificadas no lugar de purificação, sentem-se resignadas, como na presença de Jesus Cristo pio e santo, que dispõe as nossas almas para amá-lo e gozar dele eternamente no céu.

2. Sufrágios particulares

Bem se sabe que é preciso ajudar as almas do purgatório.

O Senhor justo e bom deseja que nós as ajudemos.

O vigário de Jesus Cristo na terra, por encargo do mesmo divino Salvador, dispôs um tesouro imenso de indulgências, de práticas piedosas em sufrágio das almas benditas.

A primeira caridade para fazer aos nossos coirmãos é ajudá-los, enquanto são ainda vivos, nas suas doenças e, sobretudo, naquelas mais graves, que preparam a viagem do peregrino na terra para a sua verdadeira pátria no céu.

Então, no devido tempo, é preciso, com caridade, colocar ao lado do coirmão um diretor espiritual, por ele desejado; é preciso fortificá-lo, também cotidianamente, com o pão dos fortes, e nos momentos extremos os coirmãos devem prostrar-se diante de Jesus Sacramentado, para impetrar que os anjos desçam do céu e apresentem a alma do coirmão nas mãos de Maria e José e, por eles, nos braços piedosos de Jesus salvador.

Seguirão depois os sufrágios, ou seja, os afetos de fé, de esperança, de caridade; seguirão logo as orações que a mãe pia, a Igreja santa, põe nos lábios dos irmãos viventes.

Quanto antes os sacerdotes aproximem-se do altar, cada um pelo menos por três manhãs consecutivas, a oferecerem a hóstia santa e os fiéis leigos para receberem o divino Sacramento, em sufrágio da alma do querido defunto.

Os coirmãos das Congregações religiosas acostumam escrever, num álbum de mérito, o nome bendito dos coirmãos que morreram na fé e na caridade de Jesus Cristo.

Nós, encontrando-nos com aqueles nomes benditos, somos obrigados a pensar e dizer: «Aquilo que vós fostes, nós o somos no presente, e aquilo que vós sois no presente, nós o seremos num próximo tempo, peregrinos nós também que desde o exílio suspiramos a pátria».

Nós nos alegramos por isto quando, durante a parca mesa, sentindo ler os nomes benditos dos nossos coirmãos, elevaremos um fervido olhar ao céu para obter sempre a sua mais válida proteção.

Assim fala-nos a voz do coração; assim guia-nos o esplendor da fé; a tantos altos pensamentos impele-nos o anjo da esperança cristã.

Assim o querubim celeste, o anjo do santo amor, torna-nos beatos na caridade do Coração de Jesus Cristo, que todos vê e tudo compreende.

Capítulo XVII

DEMISSÃO DO INSTITUTO

1. *Utilidade do castigo*

A demissão do Instituto é como a sentença capital sobre um membro do mesmo Instituto.

Não se pode pronunciar tão grave sentença por ninguém e muito menos pelos religiosos que se denominam Servos da Caridade, senão quando exista gravíssima razão de justiça e de caridade juntas.

O Senhor manda os castigos para a nossa correção, mas também quando castiga, usa misericórdia e a maior misericórdia, porque o castigo é remédio salutar.

É também remédio salutar o castigo que se inflige a um membro do Instituto que o mereceu; é remédio para o culpado e é remédio e salvaguarda para o Instituto.

Mas os castigos devem ser infligidos por quem tem a autoridade: o Conselho superior do Instituto para as gravíssimas causas de culpa; o Conselho subalterno de casas filiais para causas menores e imediatas,

O castigo-remédio oferece-se com caridade, como é evidente; a qualidade pois do castigo – remédio deve ser conveniente e digno da pessoa e do Instituto.

Trata-se de Congregações religiosas, ou seja, de um corpo respeitável por zelo e virtude; trata-se de membros do Instituto, os quais são religiosos por eleição e são sempre respeitáveis pela dignidade ínsita neles.

O castigo-remédio deve ser, portanto, nobre e apropriado para o fim.

Pode-se distinguir em três classes: o castigo-remédio moral, o castigo-remédio espiritual, o castigo-remédio físico.

2. *O castigo-remédio moral*

É aquele que usa a mãe com o filho, quando vê que ele abusa da bondade do coração da mãe, que já compreende a habitual indiferença e desobediência, não obstante os tantos cuidados maternos.

A mãe, em vista de tal filho, sem faltar contra o amor do mesmo, encerra-se no recinto de solidão e de dor, quase para dizer ao filho: «Tu mesmo me encarcerastes o coração e cobriste o rosto ao sorriso como num cárcere de dor».

Assim fazem o mestre ou o superior que, vendo-se partir o estudante e o dependente, escondem a própria perturbação e fingem de não cuidar dele, na confiança firme que o pequeno príndigo afeiçoe-se de novo ao pai dileto.

Estamos num conselho de pessoas religiosas espirituais. Proceda-se, portanto, com grandes atenções por parte dos superiores, esperando sempre que os inferiores respondam com semelhantes atenções.

Os superiores pios e benévolos, enquanto exultam de alegria por todo bom ato dos dependentes e coirmãos, entristecem-se igualmente por todo ato menos que decoroso cumprido pelos irmãos menos devotos. Tenha-se compaixão pelo coração dos mais sofredores e dos negligentes de modo que possam chegar a mudar o coração.

3. *O castigo-remédio espiritual*

O castigo-remédio espiritual pode considerar-se em relação a Deus, ao Instituto e a quem segue os passos do príndigo. A misericórdia e a justiça do Senhor está toda na parábola do filho príndigo.

Permite-se que caia num abismo de miséria para que finalmente ressurja.

Assim o Senhor permite que as almas pouco devotas caiam no horror das trevas, no vazio do coração, que caiam também na pobreza e miséria do corpo, para que, finalmente, se emendem.

Neste sentido, disse o Senhor: «Tu não és nem quente nem frio; se fosses tu pelo menos frio, assim me darias maior esperança de cura!».

O mesmo acontece no Instituto. Quando um coirmão se fosse tornado insensível às admoestações, então deve-se naturalmente proferir este raciocínio: «Por que dar tantos conselhos, se não são seguidos, ou tantas correções, se são desprezadas? Por que dar comandos, de depois são ignorados? Curamos Babilônia e ela não sarou, abandonamo-la!».

No entanto, que coisa fazer? Que o soberbo seja evitado pelos outros, que ao indócil ninguém mais comande nada, que o caprichoso seja recusado como um sarnento e assim ele, que se considerava um pequeno rei no Instituto, finalmente perceba-se uma mixaria e desprezado, inútil para si e de aborrecimento para os coirmãos que o circundam.

Abaixará finalmente a cabeça! Mas é preciso pedir com vivo afeto a misericórdia do Senhor, porque em caso contrário precisaria pegar o machado para cortar, nas raízes, a árvore.

4. *O castigo-remédio físico*

Este é o remédio último e bastante humilhante.

Quando em redor de um doente deve-se reunir em consulta o congresso de diversos médicos, então teme-se que para o enfermo esteja já para ser decretada a sentença final.

Grave atribulação é para o Instituto quando deva reunir juízes e sentir acusações, escutar mais uma vez as defesas e temer de dever-se pronunciar pela demissão! No entanto, é melhor cortar uma mão, antes que pereça o corpo inteiro.

Quando alguém, pelo mau exemplo, torna-se pedra de tropeço e, como tumefação de peste e de cólera, ameaça o estender da epidemia moral no Instituto, então gritam com igual voz o direito natural junto com o direito canônico: «Seja segregado o enfermo miserável, para que todos não devam perecer».

Afaste o Céu tanta desventura e cure-se o doente com sentidos de grande misericórdia.

5. *Modos de correção*

O modo da correção fraterna no-lo ensina o próprio Jesus Cristo.

Avisa o irmão desviado; avisa-o tu só para não contristá-lo mormente.

Discute a coisa entre ti só e o culpável e o anjo do Senhor, que é testemunha disto, rezará contigo e dirá ao Senhor belas coisas da tua caridade prudente.

Mas se o desviado não quer escutar a ti só, então toma contigo duas ou três testemunhas, testemunhas das obras malvadas do irmão, testemunhas e médicos que saibam com arte aliviar as chagas, testemunhas e pais em cujos lábios sorria sempre a esperança do arrependimento e, portanto, a alegria de poder perdoar.

Se depois, e o Senhor não o permita nunca!, o pródigo despreza também as orações de muitos e abandona-se de cabeça para baixo nos caminhos tenebrosos da iniquidade, então seja mesmo com dor, mas com igual sentido de justiça e de caridade, chame-se em ajuda a Igreja, ou seja, os superiores imediatos e o superior eclesiástico, que fazem parte da alta hierarquia com a finalidade de premiar os bons e admoestar e castigar os culpados.

A males extremos, extremo remédio: dissemos que o requer o dever e o direito natural, de lei civil e de ordenamento canônico.

Curam-se e consideram-se até queridas as doenças corporais, talvez nem sempre contraídas por excesso de zelo no desempenho dos próprios ofícios; mas não se poderiam por muito tempo suportar as doenças do espírito, quando evidentemente tornam-se contagiosas.

Poder-se-á, por abundância de bom coração, fechar os olhos diante de um defeito corporal, que se teve oculto no ingresso no Instituto, mas não se poderia por muito tempo suportar um defeito moral que ameaça de gangrenar.

Os corações bons saibam que fazem descer do céu, em abundância, as bênçãos divinas.

Mas saibam também que os corações perversos são de tal maligna natureza que atraem, sobre a casa e sobre os seus habitantes, as desaprovações e o afastamento das graças e da assistência de Deus.

SEGUNDA PARTE

Capítulo único

O GOVERNO E O ORGANISMO DO INSTITUTO

1. *A direção em geral*

No homem está naturalmente ínsito o princípio da própria conservação; está também ínsito o princípio de perpetuidade; mas, não podendo o homem viver por muitos séculos, é pela natureza chamado a sobreviver nos descendentes.

Isto é também conforme àquilo que disse o Senhor, na criação de Adão e de Eva: «Crescei e multiplicai-vos».

Com maior razão o cristão religioso sente o impulso da graça de viver de uma abundância de energias espirituais e, devendo no entanto morrer no corpo, sente insuperável desejo de sobreviver nos filhos ou nos coirmãos do Instituto.

Neste sentido confortava-se Santo Afonso: «Alegra-me o pensamento que, na morte, serei assistido pelos meus bons coirmãos; alegra-me o pensamento que, depois da morte, os meus pobres coirmãos rezarão para a minha alma e alivio-me o ânimo nas amarguras, pensando que os meus bons coirmãos e filhos espirituais, esperando no Senhor, farão o bem e o Senhor confortá-los-á com uma ajuda especial».

Em conformidade com isto, também o Instituto dos Servos da Caridade provê para expandir-se no futuro.

Para tal fim, requer-se um corpo diretivo; o corpo diretivo está na ordem da natureza, na ordem da graça, na ordem canônica e no uso prático da Igreja de Jesus Cristo.

Existem três circunstâncias particulares nas quais o Instituto deve apressar-se para eleger o seu chefe.

O primeiro caso é na circunstância de morte do mesmo superior geral; o segundo caso é quando o superior geral decai do seu mandato depois de ter governado por seis anos, segundo a Regra; o terceiro caso é quando o superior quisesse de todo modo demitir-se ou que fosse aconselhado a demitir-se.

Em cada um destes três casos, o Instituto deve solicitar a nomeação de outro superior, porque a família não pode estar sem um chefe e a família religiosa espiritual, pelo seu aspecto humano e a sua natureza, tem também necessidade de uma direção para não se tornar membro de um corpo sem cabeça.

2. *O Capítulo geral*

Um corpo diretivo é bom que se mude de quando em quando, por motivo do mesmo corpo diretivo e por motivo dos dependentes.

O corpo diretivo ou Conselho superior de administração é composto de homens certamente prudentes e piedosos; mas, por quanto sejam prudentes e piedosos, com o tempo são submetidos também eles, como toda criatura humana, a peripécias de corpo, de mente, de coração: o arco sempre teso quebra-se.

Um corpo diretivo, por quanto prudente e piedoso, com o passar do tempo é sujeito a enfraquecimento. É natural que o homem, depois do trabalho áacre de vários anos, sinta a necessidade de um pouco de repouso.

Por motivo, depois, dos dependentes; estes são homens e por quanto sejam homens piedosos e dóceis, sentem a necessidade da variedade.

Por isto a Regra e a Igreja determinam o período de tempo de uma direção religiosa, para que seja os superiores, seja os dependentes não sintam e não provem, como incubo demasiado grave, o pensamento de um peso de direção sempre igual e sempre o mesmo por um período demasiado longo.

Por esta razão, os Servos da Caridade elegem, por seis anos, o superior geral e os membros do Conselho superior.

Destas disposições deriva, para todo o Instituto, a boa vantagem de uma emulação maior, de uma atitude mais extensa e de uma utilidade mais enérgica nos vários ofícios da mesma Congregação.

Estes princípios gerais, que se expõem para a nomeação do Conselho superior, valem igualmente, como regra de critério, na eleição e na formação dos Conselhos inferiores das diversas casas do Instituto.

Cada membro do Instituto, naturalmente, olha para o superior como filhos ao pai e procuram conhecer intimamente o espírito de mente e de coração do próprio superior; seguem o seus exemplos, mostram-se dóceis e reverentes com ele.

Depois, sobretudo, rezam profundamente, para que do próprio coração e do coração dos superiores seja feito um só, segundo a sapiência infinita e a bondade infinita do Coração do divino Salvador.

Quando uma família religiosa procura seguir este espírito, então não há dúvidas que, procedendo à nomeação dos membros do Conselho superior ou do Conselho subalterno, toda dificuldade aplane-se.

Os encarregados de convocarem o Capítulo geral, três meses antes ou então seis meses antes, segundo quanto a Regra prescreve, darão o aviso da convocação aos membros do Instituto, para a eleição do superior geral e dos membros do Conselho superior. Os coirmãos receberão isto como voz do anjo e, com as asas nos pés, apressar-se-ão a cumprir também nisto as divinas vontades, as divinas vontades unicamente e não nunca os interesses do amor próprio.

Por ocasião destas mesmas eleições, tratar-se-ão também os negócios do momento em favor do Instituto. É bom, portanto, que os membros da Congregação sejam detalhadamente informados também disto, para que, em tempo, possam responder às perguntas que lhes serão propostas. Todos, também os que chegaram por último (os mais escassos de perspectivas segundo o mundo, mas que, ao invés, são mormente iluminados nos caminhos do Senhor), todos digo, podem apresentar esclarecimentos e ajuda de mente e de coração, como fruto da sua experiência e de virtude própria.

3. Coirmãos que têm direito ao voto no Capítulo

«Eu sou a videira – diz Jesus Cristo – e vós os ramos; aquele que permanece em mim, como eu nele, esse dá muitos frutos».

O representante de Jesus Cristo é o pontífice e depois dele e com ele os cardeais, os bispos, os párocos, os sacerdotes, os quais estão unidos com a mente e o coração ao vigário de Jesus Cristo e, portanto, ao próprio Jesus Cristo.

Então a linfa, que forma a vida no lenho da videira, passa nos sarmentos; os sarmentos vivem do mesmo vigor da videira e assim tornam-se capazes de produzirem frutos gostosos.

No Instituto dos Servos da Caridade há o superior geral e existem os superiores imediatos do Conselho maior. Existem os superiores das casas filiais com os próprios conselheiros. Existem depois os membros das diversas famílias, unidos estreitamente e ligados com o lenho da videira maior, que é o superior geral do Instituto; estes vivem do vigor deste e do seu Conselho, desenvolvem-se e produzem frutos copiosos, que depois preparam a mesa para o alimento espiritual das almas e também para a mesa corporal nos múltiplos ramos do mesmo Instituto.

O Instituto é como uma família que tem a sua cabeça, o pai; tem os seus membros, os filhos de maior idade e de menor idade; para que a família prospere, é necessário que o chefe da casa governe com bondade e prudência e, com igual docilidade, obedeçam-lhe os membros.

O Instituto é uma escola, na qual o professor e os professores põe na mente dos alunos rios de saber, nos seus corações chamadas de ardor para operar.

O Instituto é, da mesma forma, como lugar de cura no qual médicos valorosos, os superiores, devem saber criar e reforçar os membros fracos dos próprios dependentes, não ainda hábeis na gestão das casas, não ainda robustos para sustentarem as suas graves fadigas do dia e do sol e do calor sufocante.

Nem todos os sarmentos da videira são igualmente vigorosos; nem todos os filhos de família são de igual idade e força; nem todos os alunos de uma escola são de igual perfeito engenho; não

obstante isto, todos, segundo as próprias capacidades, participam tanto do vigor da videira, como do afeto de família, como do ensino da escola ou das curas de saúde na enfermidade.

Quais serão, portanto, os membros do Instituto que mais de perto são chamados para dirigir o mesmo Instituto? Serão aqueles que, como sarmentos, estão mais perto do lenho da videira e que mais são capazes de absorver o vigor da mesma.

Na linguagem canônica são melhor chamados de voz simplesmente ativa, porque têm direito de dar o voto de eleição, mas eles depois não podem ser eleitos.

Existem também os membros de voz simplesmente ativa, porque têm direito de dar o voto de eleição, mas eles depois não podem ser eleitos.

Em geral, são membros de voz passiva os Servos da Caridade, unidos como sarmentos robustos, perpetuamente ao Instituto, com votos ditos, precisamente, perpétuos; são membros de voz simplesmente ativa aqueles Servos da Caridade os quais, como sarmentos novos e cultivados, para experiência, pelo momento estão unidos ao lenho da videira do Instituto por meio dos votos simplesmente temporários.

No caso prático, depois, são chamados como ramos maiores a proverem à sucessão do superior geral e do relativo Conselho os seguintes:

1) todo e cada membro do Conselho superior;

2) todo superior das casas filiais. No caso em que a casa filial tivesse menos de seis membros, então une-se à casa mais vizinha e assim manda o próprio representante.

Mas do momento em que a eleição do Conselho superior é ato de máxima importância para o andamento e o desenvolvimento do Instituto, prescreve-se que ao superior local seja agregado um outro membro da mesma casa, isto é, aquele que será nomeado com a maioria dos votos.

No caso em que fossem eleitos dois com a paridade de votos, será nomeado o mais idoso por profissão religiosa que, agregado ao superior local, representará a casa.

Se depois no futuro, agradando ao Senhor, o Instituto dos Servos da Caridade, crescendo em número, devesse dividir-se em Províncias, então será suficiente que intervenha o superior local com dois coirmãos agregados, nomeados como dito acima.

Os cristãos são chamados a gozarem da liberdade, da qual Jesus Cristo, com a sua morte fez-lhes dom, a abolição da escravidão dos pecados e dos vícios.

A Igreja, filha do céu e mãe de todos os viventes, educa os seus filhos para esta liberdade de espírito.

Por excelência, nas congregações religiosas, que são as hortas e os jardins eleitos para ali cultivarem as almas para a santidade, a Igreja provê com diligentíssimos cuidados para que os superiores e os diretores de uma família religiosa sejam pessoas que façam dignamente as vezes de Deus e conduzam as pessoas a eles confiadas no caminho da prosperidade e da paz: paz e prosperidade que se adquirem no exercício da virtude e que se gozam com alegria espiritual no abraço da caridade de Jesus Cristo.

Ao Capítulo geral do Instituto, numa tão solene circunstância, os Servos da Caridade devem ir às pressas com felicidade, com zelo e com alegria, porque vêm para dar a sua contribuição importante para o prosperar do Instituto.

Devem intervir no maior número possível.

Se por qualquer razão não estivessem presente pelo menos os dois terços, a reunião capitular não poderia acontecer.

4. Eleições para fazerem-se no Capítulo: presidente, escrutinadores, secretário do Capítulo

Uma boa eleição do superior geral e relativo Conselho é coisa importante, como numa família ter um bom chefe e numa escola um bom professor.

Tanto pode valer um bom chefe como podem valer todos os membros unidos em conjunto; por isso recomenda-se sempre que de todo o Instituto em conjunto e de cada membro do Instituto dirijam-se orações especiais ao Dador das luzes, como se disse muitas vezes.

Os representantes, pois, de um Capítulo geral, devem recapitular a personalidade de todos os membros da Congregação, devem ser iluminados para conhecerem, devem ser fornecidos de ótimo

critério prático para saberem adivinhar as intenções de cada um e os desejos do Instituto, para poderem contentar cada um em particular e o inteiro corpo do Instituto.

Devem, portanto, ir com a reta intenção de seguir em tudo e sempre a vontade de Deus e procurar o melhor proveito dos indivíduos e da Congregação.

E como o Senhor fala a quem mora na solidão, assim recomenda-se de ir ao Capítulo geral com útil recolhimento e não se distrair em expansões inúteis e tanto menos procurar discussões preliminares e discursos clamorosos e interessadas, porque estariam em contraste com o bom sucesso numa reunião, na qual deve prevalecer mais a oração do que a discussão, mais a Providência divina do que a providência humana. De resto, o mesmo Divino Salvador disse claramente: «Se dois ou mais reúnem-se no meu nome para rezar, eu estarei no meio deles». Se o Senhor nisto põe a sua voz e a sua mão, isto ajudará certamente para aplanar toda dificuldade, para chegar a feliz meta, para contentar os corações de todos.

A preparação do capítulo prevê a designação do vigário que, enquanto isso, faz as vezes do geral, a designação dos escrutinadores, cujo ofício é receber as cédulas, confrontá-las, lê-las.

Requer-se a nomeação de um secretário, para que rediga com diligência as atas do Capítulo.

5. Eleição e reeleição do superior geral

Para ser bom diretor é preciso ter boa cabeça e bom coração.

«Quem é prudente comande, quem depois é pio reze», diz o provérbio.

Prefere-se a prudência à piedade, mas ambas as virtudes devem ser irmãs que se ajudem mutuamente.

Os superiores chamam-se pais e um pai deve ter boa cabeça para dirigir e bom coração para prover aos próprios filhos.

Tanto requer-se numa família de ordem natural.

Com quanta maior razão deve-se requerer cabeça e coração para dirigir uma família espiritual no árduo caminho da ordem moral e da vida espiritual.

Virtude de mente e caridade de coração são as virtudes principais e como virtudes principais e rainhas têm depois no seu seguimento outras virtudes morais, aptas a formarem um cortejo de ótimas qualidades: um tesouro de virtude, em redor do qual os membros do Instituto têm os olhos fixos e o coração feliz, à vista de uma bondade que alegra os ânimos.

Neste sentido, personagens ilustríssimos na história eclesiástica mereceram ser saudados como a consolação de um povo, a alegria de uma inteira nação.

Tais são os dotes que devem refulgir num diretor qualquer, tanto mais no superior geral, posto como sol no meio do firmamento da Congregação.

O superior geral deve ter pelo menos trinta e três anos de idade e cinco anos de profissão religiosa.

O superior geral permanece no cargo pelo espaço de seis anos, ou seja, por um período razoável de tempo, no qual um Servo da Caridade pode conhecer minuciosamente o Instituto e prover a ele e no desenvolvimento dele empregar com fruto as próprias energias físicas, morais e espirituais.

Depois de um trabalho incansável de seis anos, é bom que se recolha para entreter-se ainda mais intimamente com Deus, para avantajá-lo os interesses da própria energia pessoal e dispor-se para aquilo que de melhor a divina Providência quiserá.

Todavia, um superior geral pode ser reeleito, quando isto o requeiram circunstâncias particulares e juntamente o melhor andamento do Instituto.

Se se quer reelegê-lo pela terceira vez, então requer-se o voto favorável dos dois terços dos membros do Capítulo e que dita reeleição seja confirmada pela Santa Sé.

O superior geral pode ser eleito no primeiro escrutínio, ou então no segundo ou no terceiro.

Se nem sequer no terceiro escrutínio consegue-se, então a eleição é transmitida exclusivamente à Santa Sé, se se trata de eleição que acontece na Europa.

Acontecida a eleição, o presidente verifica que tudo se tenha desenvolvido segundo as regras prescritas.

Somente então apresenta o superior ao Capítulo, o qual por sua vez e bem cedo apresenta os seus obséquios, os seus votos, exprimindo pensamentos de fé e sinais respeitosos de caridade religiosa.

6. *Eleição dos conselheiros gerais, do secretário e do ecônomo*

Os Servos da Caridade que ocupam o ofício de conselheiro, de secretário e de ecônomo são como o grande Conselho do superior geral, são o seu sustento válido e formam unidade com ele, para dirigir o Instituto com orientação única, segundo as regras de razão e de fé.

Nomeia-se do mesmo modo do superior geral o primeiro conselheiro, o qual é quase vice-superior geral.

Nomeiam-se depois o segundo, o terceiro e o quarto conselheiro, o secretário e o ecônomo.

Mas na nomeação destes não se procede além do terceiro escrutínio.

No terceiro escrutínio resultam nomeados aqueles que obtiveram relativamente o maior número de votos.

Os coirmãos assim eleitos permanecem no ofício até o primeiro Capítulo que se fará.

Não se poderiam depois depor senão por graves causas, reconhecidas pela Santa Sé.

Os coirmãos, os quais terão obtido cumprir com ânimo tranquilo, com caridade recíproca os atos solenes de nomeação dos próprios superiores, terão motivo de alegrarem-se com isto nos seu coração e de oferecerem vivos agradecimentos ao Altíssimo.

A este ponto o presidente do Capítulo agradeça também ao Senhor por ter cumprido os próprios ofícios e dê de boa vontade o seu lugar ao superior geral eleito.

7. *Negócios para tratarem-se no Capítulo*

Encontrar-se juntos e unidos muitos irmãos para um ato de tanta importância, como é a eleição dos superiores gerais, é ocasião favorável para tratar coisas importantes de ordem interna do Instituto, ou seja, qualquer argumento que concirna ao desenvolvimento e crescimento do mesmo Instituto.

Coisas para tratarem-se no Capítulo geral serão o fruto de experiência, recolhido nos anos que passaram desde o precedente Capítulo; serão disposições e fatos que concernem a alguns membros especialmente da Congregação, ou seja, fatos particulares e gerais e juízos relativos para avaliar.

O presidente do Capítulo deverá recolher, num elenco especial, as coisas para tratar-se e apresentá-las à Santa Sé para a aprovação.

Será também conveniente fazer a sua apresentação aos membros de voz passiva, no ato mesmo da comunicação do Capítulo, para que tenham conhecimento delas, e possam com tempo estudar os temas propostos.

Os argumentos dos quais se fala são discutidos pelos membros do Capítulo sob a direção do superior geral.

Se o superior estivesse ausente, seja esperado para que presida.

O período de continuação do Capítulo não se pode precisamente fixar.

Tenha-se cuidado do tesouro precioso que é o tempo.

Os capitulares devem ter cheio de ardor o coração para empenharem-se, com zelo, para satisfazerem os justos desejos dos próprios coirmão e proverem às particulares necessidade do Instituto.

Não se deve negligenciar o estudo da constituição *Conditae*, de Leão XIII, naquela parte que concerne aos Institutos aprovados e louvados pela Santa Sé.

TERCEIRA PARTE

Capítulo I

O SUPERIOR GERAL

1. *Autoridade do superior geral*

O superior geral vive de fé e, mesmo tendo que exercitar a autoridade, humilha-se com convicção e dirige piedoso o olhar ao Senhor, dizendo: «Vós me pusestes neste lugar, cuidai, portanto, vós da minha fragilidade e iluminai o meu intelecto para bem conhecer, movei o meu coração para amar retamente, dado que me fizestes pai e diretor de uma nobre e generosa família».

O superior geral deve, naturalmente, estar disposto a cumprir o seu ofício, circundado sempre pelos sentidos de amor e de alegria para tantas obras boas dos seus coirmãos dependentes, de temor e de tristeza por aquele tanto a mais que poderiam fazer e não fazem e pelos múltiplos que podem chegar de todas as partes.

No curso do seu mandato, pense nas alegrias e nas dores de São José e imite o santo patriarca no exemplo de respeito, de humildade, de confiança, sendo ele constituído, pelo Pai eterno, pai e guardião da Sagrada Família.

O superior geral foi nomeado para ser pai espiritual de uma numerosa família e, como o é de direito, deve sê-lo também de fato.

Empenhe-se logo a exercitar os seus direitos e os seus deveres de superior geral.

Empenhe-se a dar, com segurança, os primeiros passos e fazer conhecer a todos a sua reta intenção, a segurança de critério; sobretudo dê exemplo solícito da sua caridade pelo Instituto, do seu vivo afeto por todos e cada um dos membros do mesmo.

Com estas boas disposições, deve, naturalmente, procurar que os coirmãos dependentes possam, explicitamente, olhar para ele com respeito de pai e com a confiança de irmão.

Agrada ao Céu que os coirmãos participem das suas preocupações e considerem-no como vítima de amor e de dor, sacrificando-se para a prosperidade do Instituto.

2. *Os colaboradores do superior geral*

Foi dito que o superior é cabeça e que os conselheiros do Conselho superior estão em relação com ele como os membros estão com a cabeça no corpo humano.

Por isso o superior geral não pode não se servir dos membros, ou seja, da cooperação dos seus coirmãos maiores.

Vivem com ele, conversam com ele, com ele pensam, atuam e provêm.

O superior geral, pelo menos uma vez cada três anos, visita todas as casas do Instituto; aquilo depois que não pode fazer ele, faça-o através dos membros do Conselho superior.

A eles pode conferir uma específica procuração para tarefas de relevo, pode delegar um ou mais deles para que sejam visitantes gerais.

Usa com eles aquela medida de respeito, de discrição e de afeto, como deseja para si mesmo.

A união e a confiança com os membros do Conselho deve ser respeitosa, íntima, exemplar, para que o bom afeto dos seus corações desça como luz luminosa para enriquecer as mentes de todos e cada um dos membros do Instituto e como fonte salubre de água perene para matar a sede dos seus corações.

Para obter o feliz fim, os membros do Conselho superior favoreçam o mútuo acordo e concórdia.

Seria bom que, pelo menos uma vez por semana, não o podendo fazer cada dia, o superior geral, como pai e irmão maior, reunisse os membros do Conselho em discurso familiar para tratar, de modo eficaz, dos interesses do Instituto.

3. *Considerações*

Não será injusto para ninguém o insistir em redor do preceito da humildade: quanto mais estás colocado no alto, tanto mais humilha-te diante do Senhor.

Com tal sentimento de conhecimento de si mesmo, cada um poderá agradar a Deus e aos homens.

O superior geral é melhor que peque mais de misericórdia do que de demasiada justiça.

Virtude edificante é saber tolerar nos próprios dependentes aqueles defeitos de caráter e semelhantes que, por serem quase inerentes à natureza humana e, portanto, quase impossíveis de corrigir-se, todavia não são de grave prejuízo para os indivíduos e para o Instituto.

É inútil advertir que o homem prudente não crê facilmente nos boatos e não perde o tempo em escutar discursos inúteis, para não cair no laço das fofocas.

Ele tem a faculdade de interpretar, em certos casos particulares, com benignidade, as Constituições e Regulamentos, sem lesar a substância das mesmas Regras.

O superior geral conserve o decoro do seu encargo e não se deixe nunca transportar pelas resoluções precipitadas. Lembre-se do motejo de São Vicente de Paulo: «Deixai-me ir devagar, porque tenho pressa».

Evite a confusão, a precipitação, o temor, o medo e os estados emotivos, porque tais paixões não levam ao bem e não podem ter princípio de espírito bom.

Nas adversidades e contrariedades, mostre-se paciente e não atue até que não tenha cessado nele toda perturbação de ânimo.

4. Relações com o ordinário diocesano

Mesmo se a Congregação dependesse de Roma diretamente e não fosse sujeita à jurisdição diocesana, no entanto a conveniência, a justiça, a caridade exigem que ao ordinário do lugar mostre-se de coração todo bom ato de devoção; com todo o coração prestem-se todos aqueles ofícios e serviços razoáveis e caritativos que o Instituto pode prestar.

Sempre, depois, é preciso depender do bispo em diversos casos.

Ao bispo deve-se declarar os legados que foram deixados em favor dos seus diocesanos.

Sempre o bispo pode e deve vigiar as regras de fé e de costume do Instituto.

O dito de Santo Inácio, que é de seguir o bispo como Jesus Cristo depende do seu eterno Pai, sugere normas e medidas acerca da devida dependência da legítima autoridade eclesiástica.

Capítulo II

O CONSELHO DO SUPERIOR GERAL

1. *O Conselho une com Deus*

No céu, a hierarquia dos anjos, a ordem perfeita dos santos, distintos em diversas ordens e com diversos ofícios, ajudam-se mutuamente, por assim dizer, no louvar e bendizer ao Senhor, acompanhados e exaltados por nosso Senhor Jesus Cristo, o qual apresenta as suas chagas gloriosas ao Pai eterno e com as chagas e os méritos recebe e apresenta o esplendor dos anjos e o esplendor dos seus santos.

Este espetáculo maravilhoso verifica-se na terra, na Igreja de Jesus Cristo.

O Vigário do divino Salvador tem as mãos elevadas para Jesus Cristo, o qual recebe aquelas nobres mãos elevadas e, por assim dizer, abraça-se em ato de amor e de apoio divino ao seu vigário na terra.

A hierarquia da ordem eclesiástica, as fileiras das congregações religiosas, as grandes famílias dos povos crentes na terra, por sua vez, unem as mãos e seguem os caminhos do Vigário de Jesus Cristo.

Deste modo, a Igreja militante prepara os seus soldados para conduzi-los na luta das batalhas do Senhor e assegurar-lhes o feliz triunfo e a palma gloriosa no céu.

Não há dúvidas que também uma simples Congregação religiosa tem a sua cabeça, que na Congregação mantém os membros intimamente unidos ao vigário de Jesus Cristo e através dele com o mesmo Jesus Cristo, o qual vive, reina e comanda eternamente.

O superior da Congregação, por sua vez, está circundado pelos conselheiros íntimos, que vivem ao seu lado, e por meio deles está unido aos superiores locais das várias casas, distribuídas em várias regiões.

2. *Coisas para tratarem-se no Conselho superior*

O superior geral, como bom pastor, deve conhecer as suas ovelhas e as ovelhas devem conhecer o pastor. O superior geral precisa de conselheiros para conhecer os seus dependentes; tem também necessidade da obra dos Conselhos subalternos das diversas Casas.

Como o bom Pastor, deve ter os seus registros e deve saber distinguir os graus de saúde física, os graus de saúde moral, os graus de saúde ou de perfeição religiosa dos seus coirmãos, para saber servir-se deles segundo a oportunidade.

Por sua vez, os conselheiros devem olhar o superior geral, como filhos maiores ao próprio pai, e conhecer as intenções da sua mente, os desejos do seu coração.

Devem estar ao seu lado, para imitarem os seus exemplos, para ouvirem os seus discursos, como alunos de um mestre experimentado. Também eles devem aplicar-se com continuidade para conhecerem, o melhor possível, os Conselhos subalternos e os membros da inteira Congregação. Com efeito, trata-se de procurar a felicidade dos indivíduos, a prosperidade do Instituto. As fadigas, que nisto se gastam com reta intenção, não poderão não serem por Deus abençoadas.

Outro tema para tratar-se é tudo o que concerne às provisões econômicas, isto é, o alimento, a roupa e o alojamento. Tratando-se de comunidade, é preciso razoavelmente e segundo a intenção da santa Igreja procurar, em regra geral, que a comunidade seja discretamente abastada, ainda que a nível pessoal desejar-se-ia ou poder-se-ia exercitar a pobreza no mais alto grau de perfeição.

Os Servos da Caridade renunciaram a tudo para contentarem-se de um alimento, de uma roupa, de um alojamento necessário. Pode-se, neste campo, aplicar o que se lê nos Provérbios: «Senhor, não me faça rico, porque tornar-me-ei soberbo; nem sequer demasiado pobres, porque não me sustentaria a paciência».

Coisas importantes para tratarem-se no Conselho superior são a fundação de novas Casas, a consolidação daquelas já abertas, a estipulação de hipotecas e outros negócios que são distintamente descritos na Regra e que podem emergir segundo os tempos e segundo as circunstâncias.

O importante é que, por meio de circulares a todos os membros da Congregação, ou seja com comunicações orais por parte dos superiores locais das várias casas, todos e cada um dos membros do Instituto conheçam o que, no Conselho superior, decide-se e é útil e oportuno levar ao conhecimento dos membros do Instituto.

3. *Deliberações do Conselho*

De toda reunião do Conselho o secretário redige as atas, que devem ser assinadas pelas partes.

Convém depois confiar a uma pessoa determinada a execução das deliberações acontecidas: não basta dar a comunicação delas.

Além disso, é preciso que, ao dar a sua comunicação, determine-se o tempo e o modo no qual cumprir as deliberações; obrigam-se depois os Servos da Caridade, aos quais compete cumprir tais injunções, a prestarem, no seu relativo tempo, as contas. Os negligentes em fazer isto desmereceriam certamente tanto a confiança do Conselho como a benemerência do Instituto.

Convém também que se insista *fortiter et suaviter* sobre o dever de executar com empenho as deliberações, porque não há nada de mais nocivo do que a tibieza quando tratam-se os negócios que concernem ao serviço para Deus e para a religião.

Nas atas de deliberação, é bom notar se o Conselho superior chegou a uma decisão de modo unânime por aclamação ou então mediante o voto e com quantos e com quais considerações aprovou-se a deliberação.

Aonde não se trate de eleição de pessoas, no caso de igualdade nos votos, decide-se em base ao voto do superior geral.

Capítulo III

OS CONSELHEIROS

1. *O Conselho em geral*

Oferecer conselho por si é obra de misericórdia; é, por isto, obra de mérito e requer empenho diligente de reta intenção e de mortificação interna e externa, para saber não ensoberbecer-se se o conselho é aceito e não se afligir se é recusado.

Quem aconselha deve estar plenamente persuadido de não querer e poder influir sobre a eficácia da vontade dos superiores, quando o conselho seja simples e unicamente requerido em forma consultiva e não deliberativa.

Um conselheiro, depois, pode apresentar o seu parecer simplesmente, ou então pode apresentá-lo munido de demonstração e de argumentação em favor ou contra. Ele tornará mais convincente o seu parecer, se saberá haurir da sabedoria de um coração reto.

Temos prova disto do convite do Senhor: «Quando tu tens necessidade de conselho, vai encontrar o homem de Deus», isto é, o homem de muita oração.

Também por isto, os Servos da Caridade devem ser para si mesmos religiosos de ótima oração e conservar reputação digna para os coirmãos que possuem um especial dom de oração.

O dom do conselho é dom de Deus, mas é também faculdade adquirida. E enquanto é faculdade adquirida, ocorre que o conselheiro tenha um mestre, que o enderece e o guie, e por sua parte ocorre que se aplique com firme propósito e com energia de fé a procurar a vontade de Deus. O mestre poderá ser o superior geral ou o superior da casa mãe ou de uma Casa filial, segundo as circunstâncias.

2. *Deveres dos conselheiros*

A este ponto, podemos perguntar-nos: quais são, praticamente, os deveres do bom conselheiro Servo da Caridade? Os seus deveres são de estudar atentamente a Regra e o Regulamento e o espírito dos mesmos.

Será também bom que penetre ainda melhora o seu espírito no conhecer as vicissitudes da Casa da Divina Providência. Deve meditar atentamente sobre os fatos, o modo e o tempo no qual aconteceram, como é contado no nosso periódico *A divina Providência*, que entra já no seu décimo oitavo ano de vida.

Ajudará também, e não pouco, um espírito tranquilo, observador, sério, atento e caritativo a respeito das pessoas dos coirmãos e do desenvolvimento gradual que teve a nossa Obra.

Isto favorecerá, no indivíduo, um espírito escrutador que, ajudado pelo espírito de oração e de caridade, suscitará no ânimo do Servo da Caridade pensamentos muito práticos, propósitos de eficaz virtude.

Então resulta oportuno servir-se da pena com preciosas anotações que, reeditadas depois na mente e expostas diante do Senhor, em humilde ato de súplica, farão com que no seu tempo o conselheiro, chamado a falar, exponha coisas úteis e, interrogado, possa responder com palavras de confortante segurança.

3. *Ação prática dos conselheiros*

Pergunta-se ainda aqui: em quantos modos um conselheiro pode desempenhar a sua tarefa? E responde-se, igualmente, que pode fazê-lo de três modos.

O primeiro é o mais simples: quando o conselheiro expõe simplesmente, num encontro informal com o superior e os coirmãos, o que considera seu dever comunicar; o segundo modo é quando vários coirmãos reúnem-se expressamente para discutirem; o terceiro modo depois é quando, de

tempo em tempo, no mês e segundo as urgências, o superior convoca o seu Conselho *ex officio*, para discutir expressamente de argumentos econômicos, morais, religiosos.

E durante a sessão, que comportamento terão os coirmãos?

Tenham simplesmente um comportamento tranquilo, sério, devoto; não se levante alguém para falar antes que tenha terminado o seu discurso o coirmão: será maior perfeição esperar que o superior chame-o por nome para convidá-lo a expor. Ao falar o coirmão não mostre apego à própria opinião. Como se disse, se o seu conselho é seguido não se gabe disto, se é recusado, não se desmoralize. Sobretudo tenha cuidado de conservar o silêncio em redor daqueles argumentos que são indicados pelo superior ou simplesmente pela prudência, pela caridade e pela justiça. Fale aos coirmãos de outras notícias úteis e interessantes, aptas a contentar o ânimo de cada um. Nisto consiste a caridade fraterna, que quer ser simples como a pomba, prudente como a serpente.

Capítulo IV

O SECRETÁRIO GERAL

1. Deveres do secretário geral

O secretário geral deve conhecer todas e cada uma das pessoas do Instituto.

Deve interessar-se também, pelos menos, das suas principais necessidades, para prover a elas, na medida que lhe seja possível.

Para tal fim, deve ter como pai o superior geral e compreender o seu pensamento e o seu coração.

Deve ter como mãe a Regra do Instituto e sabê-la interpretar e aplicar com coração materno.

Deve conhecer os defeitos e as virtudes dos coirmãos, as suas atitudes e os seus diversos caracteres.

É muito importante que, devendo responder a respeito das pessoas e das obras, conheça o seu caráter e a sua entidade.

A força e a prosperidade de uma Congregação vem do saber colocar com precisão cada figura de santo no nicho que lhe é próprio.

2. União com o superior geral

Para alcançar tal fim, é necessário que o secretário e o superior geral sejam como amigos e irmãos em Cristo, que se sirvam das próprias virtudes físicas, morais e religiosas para comunicarem-se o bem próprio, como acontece entre amigos que nada têm escondido entre eles e agem concordemente em espírito de fé e de amor.

Esta íntima união, como de pai a filho, suscitará espírito de graça e de santificação na mente e no coração dos próprios coirmãos os quais, por sua vez, como pintinhos, correm para a galinha choca, que lhes ensina a procurar-se o alimento para prosperarem na vida.

Com este admirável trabalho de zelo e de caridade, será fácil alcançar os graus daquele viver que nos assegura a eterna Verdade, quando diz: «Ó quanto é belo e agradável que os irmãos vivam juntos e tenham um só pensar e um só querer!».

3. Ação prática do secretário geral

Neste trabalho industrioso de fé e de caridade, é preciso proceder com ordem e, a partir dos interesses materiais, ir para o bem moral e religioso.

O secretário geral deve cuidar dos interesses materiais.

Deve saber ter presente o quadro bem distinto das diversas realidades do Instituto, que são como o corpo no qual floresce a vida moral e religiosa, isto é, a alma do Instituto.

Somos homens e devemos viver no meio dos homens e é preciso que cada coirmão encontre não só nas motivações de fé divina, mas também naquelas da prudência humana o sustento na grande luta da vida. Estas atenções de ordem humana favorecerão também a ordem moral, que consiste na disciplina e na vida regular da Congregação.

Segue, em terceiro lugar, a ordem religiosa, na qual consiste a maior perfeição do homem.

Para alcançar tal perfeição faça-se referência à autoridade suprema da Igreja que, com as suas leis salutares e com os seus preceitos e conselhos, transmite-nos a experiência dos grades homens que ilustraram os vinte séculos da Igreja.

O campo para ceifar é bastante extenso. O secretário geral poderá pelos menos respigar onde é mais útil e mais necessário para formar-se um critério válido para um juízo prático.

Até aqui o espírito que deve informar a mente e o coração do secretário geral.

Com tal espírito, examine os artigos da Regra e cumpra o ofício que pela Regra foi-lhe designado e saiba servir-se disto para a maior glória de Deus e para a salvação da própria alma e dos coirmãos do nosso Instituto.

Capítulo V

A ECONOMIA

1. *A economia em geral*

A economia é necessária na Congregação como na pessoa humana são necessários o alimento, a roupa e o alojamento, para que o homem possa viver e prosperar. Econômico, segundo as simples leis da natureza, é aquele que sabe satisfazer as suas necessidades segundo medida. Na ordem moral, econômico é aquele que se compromete a fazer frutificar os próprios recursos nos diversos casos da vida. Segundo a fé, econômico é o homem religioso que sabe penetrar a força das palavras evangélicas que dizem: «Bem-aventurados os pobres de espírito. Procurai a glória de Deus e a vossa santificação, porque o Senhor proverá largamente em tudo quanto é necessário para vestir...».

Os apóstolos do Senhor diziam: «Quando nós temos com que viver e vestir, nós estamos contentes». Aos Servos da Caridade para viver basta o que prescreve a Regra: um alimento simples que é mais salutar; para cobrir-se uma veste por cima do corpo e a outra no fosso e para alojar um teto decoroso: com isto devem estar contentes, segundo as circunstâncias de saúde, de idade, de trabalho, de lugar.

Nisto está a felicidade de servir a Deus, nisto está a prosperidade da vida espiritual.

2. *Relações econômicas entre a casa mãe e as filiais*

A casa mãe da Congregação oferece ajuda para erigir e disseminar outras casas sucursais para a glória de Deus e para o bem do próximo.

Provê às fundações e ao desenvolvimento das mesmas, até quando serão capazes de viverem de vida própria.

Depois, por sua vez e segundo as circunstâncias, as casas filiais prestam ajuda à casa mãe.

A Regra determina que do avanço anual pelo menos um terço seja entregue à casa mãe. Nisto consiste a regra de justiça e de caridade, conforme também os conselhos do Senhor na Sagrada Escritura.

3. *Prática da pobreza econômica*

O religioso considera como fundamento da economia o viver as virtudes evangélicas da pobreza, tolerando os seus mal-estares, segundo os exemplos dados pelo divino Salvador e também segundo os exemplos praticados pelos santos.

Os mal-estares neste campo consistem no engenho e na solicitude do coração para satisfazer as múltiplas necessidades da casa, mas também no saber mortificar e ter sob controle as mesmas exigências corporais, para que não excedam além dos confins da reta razão, da fé e da Regra.

É preciso, por isto, cuidar com diligência que às necessidades da vida não se conceda para cada um além do devido, porque o Senhor obrigou-se plenamente a conceder-nos o necessário, mas não do mesmo modo a subministrar o supérfluo e o deleitável da vida.

É preciso, depois, que cada um, segundo a sua capacidade e segundo o dom de Deus, preceda com o exemplo de uma vida muito sóbria e mortificada.

Há quem viu o venerando superior dos Salesianos, Pe. Michele Rua, nutrir-se das sobras do pão que tivesse encontrado nos corredores ou nos ângulos do pátio.

O venerável Dom Bosco introduzira a prática de limpar inteiramente, com o miolo do pão, o prato da comida e de esconder, no guardanapo, o pedaço de pão que sobrou, para servir-se dele depois na refeição seguinte.

Cada fragmento de alimento é graça do Senhor. Pelo qual o respeito que se usa nisto agrada a Deus e atrai também a beneficência dos homens. Com tão pouco, pode-se dar bom exemplo ao próximo, aos próprios irmãos e pode-se crescer em virtude.

É preciso rezar, para que mesmo uma simples migalha de bem não seja deixada de lado por parte do Servo da Caridade.

4. *As dívidas*

Às vezes será necessário também aumentar o peso das dívidas. Em todo caso, o Senhor proverá sempre, quando as dívidas contraem-se com reta intenção, com juízo prudente e para uma obra santa.

Se demora um pouco, não desconfiemos; se parece-nos que atrasa muito e que o grupo dos devedores estrepitam porque não podem esperar ulteriormente, também então solicite-se a divina misericórdia com as orações e com o jejum. No entanto, peça-se aos nossos credores um pouco de paciência, fazendo-lhes entender que vir em ajuda dos pobres é emprestar a Jesus Cristo, que a prosperidade das suas casa não faltará, mas será avantajada seja pela obra pia, seja pelas bênçãos especiais do Senhor.

O venerável Dom Bosco, não raras vezes, recebia cartas com o seguinte teor: «Não ao senhor cabe agradecer-nos, mas somos nós que devemos agradecer o senhor, porque do momento que começamos a subministra e beneficiar os seus pobrezinhos, as nossas casas e os nossos negócios prosperam admiravelmente».

A estes discursos de fé e de humildade, os nossos fornecedores mudarão o juízo de mente e mudarão para melhor as disposições do coração.

Para animar-nos neste compromisso para superar as dificuldades, é preciso reavivar a fé e crer que o bem não se pode fazer senão subindo o caminho fadigoso do Calvário, com a forte convicção que o Senhor nunca faltou para aqueles que confiam nele, que doce é sempre o pão que vem das mãos do Senhor providente, doce especialmente quando custa suores de fadiga.

Estes são os sentimentos de fé a respeito da economia que os Servos da Caridade devem ter e conservar na própria Congregação.

Outras práticas mais concretas para observar, em particulares circunstâncias, estão acenadas no corpo da Regra.

Capítulo VI

O MESTRE DOS NOVIÇOS

1. *Dignidade e dotes do mestre dos noviços*

O mestre dos noviços deve ser tal sacerdote que, cheio do espírito de Jesus Cristo, possa verdadeiramente resplandecer com a luz do bom exemplo e aquecer com o fogo da caridade.

Esta é coisa necessária, porque ninguém pode dar o que não há. Se queres que eu chore, mostre antes de tudo tu mesmo a dor do teu ânimo.

O mestre dos noviços é como pai, que educa em redor de si um grupo de filhos. Ora, é claro o provérbio que *qualis pater, talis filius*. É preciso que o exemplo da própria vida transmita-se à pessoa do filho.

Ao lado do pai, deve estar depois a mãe de família. Esta mãe, na Congregação, é a Regra; a Regra é veneranda, porque é mãe saída do Coração de Jesus Cristo quando pregava sobre o monte das Bem-aventuranças: «Bem-aventurados os pobres de espírito etc.». Ela foi dada em herança à Igreja, na pessoa de Nossa Senhora das Dores e de S. João, aos pés da cruz. Tal mãe, através dos séculos, foi constantemente objeto de cuidados, de amor, de veneração dos sumos pontífices, dos sagrados concílios, dos Padres e Doutores da Santa Igreja, dos santos que, com archotes de esplendor, foram guia e conforto para os peregrinos em viagem que da pátria terrestre caminham para a pátria celeste.

2. *Necessidade do bom exemplo*

O mestre dos noviços, para ser tal, deve sustentar-se continuamente com o espírito de oração: é com o sopro dos lábios que se acende e se reaviva o fogo material e é com o sopro espiritual da oração que se reavida o fogo do zelo e da caridade.

Está escrito que o exemplo aquece o coração e o arrasta.

O exemplo virtuoso é por si mesmo um sopro incessante da virtude do Espírito Santo; o exemplo é como o sol que é luz e calor e faz crescer as flores e amadurece os frutos na horta espiritual da virtude e da santidade.

Numa Congregação bem regulada, tem-se em alta estima a virtude e o bom exemplo: o homem virtuoso é um tesouro inestimável para fazer prosperar a vida de uma família religiosa.

Disto deriva, portanto, que todos os Servos da Caridade, mas o mestre dos noviços de modo especial, devem evitar toda espécie de mal para conseguir fazer um grande bem.

Deve estar atento também aos defeitos de caráter, defeitos que serão desculpados diante do Senhor, mas que produzem na sociedade humana impedimento ao progresso da virtude.

Um caráter sombrio e pouco alegre, um caráter fechado e pouco expansivo, um caráter sensível, mas irritadiço, um caráter bom, mas sentimental, um homem de fé, mas demasiado tenaz, um homem piedoso, mas rígido e de visão curta, um homem de zelo, mas inoportuno e pouco prudente: tudo isto dificulta o bom andamento de uma família religiosa e desagrade o grupo dos alunos noviços, os quais são as abelhas na sua colmeia. Têm necessidade de um governo pacífico, espontâneo, cauteloso do pai, que é o seu mestre, e da mãe, que é a Regra da própria Congregação.

3. *Comportamento com os noviços*

A respeito dos noviços, o mestre deve considerar que são como pássaros que do bosque foram chamados para a vida doméstica. Não é preciso ameaçá-los sem um razoável motivo. Não os intimidar: prendem-se mais moscas com uma colher de mel do que com um barril de vinagre.

Como regra geral, os noviços devem ser tratados com o alimento de leite, como as crianças e, sucessivamente, acrescentar pouco a pouco alimentos mais robustos.

É preciso também ter respeito pelo fraco ar moral que respiram e que é tanto propenso à liberdade e à independência.

Aos poucos, devem-se corrigir os defeitos e as tendências também perigosas.

Devem-se formar caracteres afeiçoados ao Instituto, cheios de competição santa pelo aumento e o progresso das nossas casas e, portanto, fortes para alcançarem o fim.

Devem os alunos terem muita virtude no coração e, eventualmente, mostrá-la menos na conversação com uma sociedade que, à vista das virtudes austeras, ficaria intimidada excessivamente.

É preciso serem educados segundo a oportunidade e as necessidades do tempo.

Para tal fim, o Senhor suscita o espírito de novas e múltiplas congregações.

Ai daquelas congregações que não seguissem o critério de tal espírito.

Capítulo VII

AS PROVÍNCIAS

Nós somos como pintinhos sob as asas da divina Providência mãe.

Devemos em tudo e sempre confiar-nos àquela divina Providência que tudo dispõe em tempo, em peso e em medida.

Os Servos da Caridade devem ter um grande desejo da santificação própria e alheia e depois esperar, com serenidade, a hora da misericórdia divina para o desenvolvimento e o cumprimento dos seus desejos. Não se podem prevenir as vontades do Senhor.

Certo é que, dada a tristeza dos tempos, pareceria oportuno estabelecer-se em diversas nações, com a finalidade de que, perseguidos numa cidade, seja possível refugiar-se numa outra, mas atualmente os Servos da Caridade com dificuldade podem comprometer-se em outros territórios, porque é mormente necessário que se consolidem nas casas de recente fundação.

De resto, dado que as obras abrem-se e desenvolvem-se pouco a pouco, não passará muito tempo que será necessário constituir alguma ‘inspetoria’, ou seja, ter casas provinciais, que progressivamente adquiram uma sua real autonomia. Em tal caso estas casas provinciais serão como as filhas maiores do Instituto e como irmãs menores da casa mãe.

E por agora baste quanto até aqui dito.

Capítulo VIII

CASAS SUCURSAIS E SEUS ASSISTENTES

1. *Condições de ereção*

Numa Congregação, ainda que nascente, é inato o desejo e a propensão a estender-se em outras casas e a difundir-se.

Mas, para que tal desejo seja razoável e para apoiar, requerem-se as seguintes condições.

I. É preciso sentir profundamente no coração o desejo de tal obra e prevê-la no seu desenvolvimento, como fosse vista já cumprida. É preciso que esta previsão seja partilhada pelos superiores legítimos ou diretamente ou então indiretamente.

II. Naturalmente os superiores agirão com sentido de fé e, segundo as circunstâncias de tempo e de lugar, realizarão a obra desejada.

III. Dificuldades, dúvidas, oposições não faltarão nunca, mais isto, antes que enfraquecer, deve reforçar os bons propósitos.

2. *Meios para a ereção*

Pode acontecer que o Senhor disponha a ereção de uma casa com meios puramente providenciais. Neste caso é bom alegrar-se, porque a bondade do Senhor fará mais daquilo que o homem possa crer. Mas requer-se muita fé e a reta intenção por parte de quem o Senhor chama a ser instrumento da sua providência. A experiência passada oferece aos Servos da Caridade claras sugestões a este respeito.

Ou então a Providência dispõe que uma obra seja iniciada também com um pouco de providência humana, se bem que não suficiente ao fim. Então crescem as dificuldades, seja por parte de quem é chamado a iniciar a obra, sejam por parte da mesma Congregação ou dos benfeitores da mesma. Muito melhor é encontrar-se em tais circunstâncias de dever depender da ajuda divina do que da providência do homem.

3. *Assistentes e Conselho*

O que falta geralmente nas fundações não é a economia material, mas aquela moral, ou seja, a disponibilidade do pessoal. Na maioria das vezes a dificuldade está na escolha de um pessoal dirigente apto.

Um bom diretor deve ter intenção reta, para que possa merecer a ajuda de Deus. Deve ter uma prudência pelo menos suficiente para o despacho das obras e para a direção do pessoal que depende dele. É preciso que seja forte no superar as dificuldades, que seja enérgico no iniciar e prosseguir as obras de desenvolvimento da casa, se bem que o diretor não deva empreender obras extraordinárias de alvenaria ou de intervenção extraordinária, sem o conselho dos seus superiores.

O diretor se faz ajudar pelo Conselho que depende dele.

Nesta situação podem acontecer três casos.

O diretor pode possuir força de iniciativa, clareza de direção, experiência iluminada, e então poderá servir-se delas com discrição no dirigir a casa, favorecendo o crescimento dos coirmãos dele dependentes, os quais aprenderão muito da sua escola.

Ou então uma casa pode gozar de um maior equilíbrio de coirmãos com suficientes luzes e energias, e então é preciso ater-se ao provérbio que diz: «Vêem mais quatro olhos do que dois».

Pode acontecer que, em todo modo e até que cada membro do Conselho seja perfeitamente experto, dirija sobretudo a mente do diretor. Neste caso, ele usa discrição para não exceder em autoridade. Esteja atento a considerar sempre os seus dependentes como verdadeiros irmãos, para não faltar contra a caridade religiosa.

Quanto à duração na sede do diretor, deve-se desejar que, normalmente, não ultrapasse os três anos. Mas se o requerem as circunstâncias de sucesso por um lado e a escassez de pessoal do outro, ou por outros motivos razoáveis, será bem confirmar a nomeação por parte do Conselho superior.

4. Assistentes e pessoal

Toca aos superiores formarem os sujeitos dependentes e deles servirem-se depois eficazmente.

Formar os sujeitos segundo o espírito e o critério da obra é coisa essencial, como é essencial um bom levedo para cozer uma massa em bom e substancioso pão.

Nesta obra de zelo, de paciência, de aplicação assídua, devem os superiores, tanto imediatos como mediatos, repor todo cuidado próprio.

Pouco a pouco aprendem-se as artes, as ciências, e pouco a pouco chega-se aos compromissos altos na sociedade.

É preciso que não transcorra dia sem que o dependente exercite-se em trabalhos úteis e o superior deve dirigi-lo para isto, à custa também de cometer alguma falta, porque o provérbio diz que quem faz, falha; mas, no entanto, quem falha hoje, aprende a fazer melhor amanhã.

Nas obras da Casa da divina Providência, quando um Servo da Caridade tenha-se demonstrado de reta intenção, bom e piedoso e capaz de comprometer-se do melhor modo, então basta olhá-lo de longe sem obstaculizá-lo no seu trabalho e conceder-lhe espontânea e quase plena liberdade, no âmbito da qual o Servo da Caridade deve comprometer a própria energia e cumprir os ofícios, que em nome de Deus são-lhes confiados.

5. Modo de comportar-se com os dependentes

Aqui poderá objetar-se: quando poder-se-ão aceitar com segurança os conselhos de um coirmão e quando, com segurança, introduzi-lo nos negócios? E responde-se que, naturalmente, quando, como o pássaro, cresceu as asas e é já capaz de voar.

Tal capacidade, depois, é relativa às pessoas, às condições do lugar, do ofício e semelhantes.

Por outro lado, é certo que, quando percebe-se claramente o caminho da Providência para começar e prosseguir uma obra de bem, é preciso confiar muito na ajuda da graça, como na fé simples e viva do Servo da Caridade que é chamado para as obras de bem.

Uma Congregação nascente é Congregação menina, que o Senhor quer ajudar, que o próximo dos irmãos inclina a compadecer.

O que fará, portanto, um superior local? Faça quanto segue e ponha-o em ação muito cedo.

Como Moisés, considere só e absoluta a autoridade do comando; mas uma autoridade mansa, humilde, benévola.

Seja autoridade desejosa de ser comunicada em boa parte aos próprios coirmãos, como Moisés esperava com ânsia de dividir a graça do comando em parte iguais aos setenta anciãos do povo.

Os coirmãos, quando verão isto, apressar-se-ão ansiosos, trabalharão com confiança de irmãos, interessados na grande obra da santificação própria e das almas do próximo. Aprenderão a amar sempre mais a vida do Instituto e a sacrificarem-se de bom ânimo pela prosperidade do mesmo, como o bom filho sacrifica-se pela prosperidade do seu ótimo pai.

Deve-se contar pouco com as observações que, em geral, os dependentes fazem sobre os próprios superiores, quando tais lamentos não sejam confirmados por prudentes e razoáveis motivos.

Todos temos defeitos; é preciso insistir que a caridade bem entendida está toda no suportar mutuamente os defeitos uns dos outros.

O diretor de uma casa sucursal seja sincero e fiel com os seus superiores imediatos.

Capítulo IX

O SACRISTÃO E O PORTEIRO

1. *Do sacristão*

O sacristão é escolhido pelo Conselho de casa, com as seguintes normas de fé e de prática.

Escolha-se um sujeito digno de assistir a casa de Deus e de servir nos santos altares do Senhor.

Admire-se e siga-se o exemplo da santa Igreja que, por meio de quatro Ordens menores, dispõe os alunos do santuário à guarda e ao serviço da casa de Deus.

Prefiram-se os adultos às crianças, porque nos adultos é mais enraizado o sentimento de fé e a prática das virtudes.

As crianças não se devem nunca usar por muito tempo e com serviço continuado de muitas horas no mesmo dia, porque cansar-se-iam excessivamente e diminuiriam na piedade e na devoção.

O sacristão mantenha sempre o espírito de fé e a reta intenção e que com consciência cuide dos móveis sacros. Deve submeter-se a um exame para o desempenho devoto das sacras funções. Atenha-se às prescrições da Igreja, aos conselhos e ao critério do próprio Instituto.

2. *Da portaria e do porteiro*

A portaria deve considerar-se a antecâmara de uma casa da caridade, porque é destinada aos peregrinos e aos viajadores, que vêm para pedidos de socorro ou para visitarem os próprios parentes ou por motivos semelhantes. Por isso a portaria deve, entre outras coisas, ter uma mobília modesta com sinais de fé e de caridade religiosa.

Além disso, a portaria deve considerar-se como local que indica o estado moral, educativo do pio asilo e, por isto, deve ter locais pobres sim, mas limpos. Está bem que exista uma mesa no meio e cadeiras e bancos ao lado das paredes. Sobre a mesa exista sempre alguma imprensa que se refira às obras da Casa da Divina Providência, como o boletim mensal, as biografias de algumas irmãs da casa, um álbum das várias Casas da Providência, com algum outro livro de leitura amena e espiritual.

No devoto convento dos Passionistas de Roma, aos Santos João e Paulo, o material de imprensa é ligado com uma corrente às cadeiras da entrada, para que nada seja perdido.

Além disso, a portaria pode considerar-se como lugar de guarda, para assegurar-se contra pessoas não bem intencionadas ou contra fatos que poderiam volver em dano da casa.

Sob este aspecto, a portaria deve estar num lugar mais ou menos destacado dos lugares do asilo e, sobretudo, deve ser prudentemente defendida.

3. *Dotes do porteiro*

Tendo isto em conta, vem como consequência que o porteiro deve ser apto para o seu ofício. Como lugar de guarda, o porteiro deve estar sempre como uma sentinela no seu lugar de dia e de noite. E assim como não se pode obrigar a esta vigilância contínua uma pessoa só, segundo a importância da mesma portaria será, por isso, necessário que o porteiro tenha alguém que o ajude e o substitua segundo a necessidade.

Dado que a portaria deve representar o grau de caridade e de civilização do abrigo, será também conveniente que o porteiro, por alguma deficiência ou defeito corporal, represente e indique o gênero do abrigo.

Mas deve depois ser pessoa de garbo e de uma inteligência capaz para exercitar o seu ofício.

E dado que a portaria é lugar de caritativa hospitalidade, o porteiro tenha no coração doçura de modos, expansão de discursos piedosos.

Na medida em que se pode, tenha-se uma imagem ou estátua devota de Nossa Senhora ou de São José o do Anjo da guarda e possivelmente a imagem que indica o padroeiro especial daquele

Instituto, com vizinho um cômodo genuflexório para que aqueles da casa, entrando e saindo, recitem uma breve e devota oração. Os forasteiros depois, vendo, conceberão com isto bons pensamentos de fé.

4. *Obrigações do porteiro*

Os deveres principais do porteiro serão, portanto, os seguintes.

Não deve nunca abandonar a portaria, e especialmente nas horas de visita, deve fazer-se suprir, como foi dito. Deve conhecer quem entra e quem sai, para saber responder convenientemente. Deve observar esta regra, especialmente a respeito de certas pessoas, pelas quais seja necessário uma vigilância especial.

Não deve abrir as portas antes da hora fixada de manhã e não as deixe abertas de noite, além da obra determinada.

O diretor da casa, segundo as circunstâncias, exponha num quadro visível os deveres do porteiro e as regras da portaria.

Para favorecer a boa organização da casa, tem-se uma ficha para anotar a entrada ou a saída ou o lugar aproximativo do ofício dos responsáveis para que, segundo as ocorrências, possam ser encontrados logo. É regra que os principais responsáveis sejam chamados com toques determinados da campainha da comunidade.

O porteiro deve estar muito atento ao dar os sinais para os diversos ofícios de igreja e de trabalho e dos horários da comida e do repouso.

Por quando é possível, o porteiro deve conhecer não só o nome, mas também o caráter de cada internado da casa, para que possa responder a todo evento. Para facilitar isto é útil ter um registro particular em ordem alfabético.

Naquelas casas, nas quais o porteiro goza de tempo livre, é preciso procurar que ele se possa entreter com algum trabalho útil de arte ou de estudo.

Será também bom que o porteiro tenha um simples registro para anotar o nome dos visitantes ou alguma incumbência especial deixada por eles ou por outros.

Para tudo isto, no ofício do porteiro, precisaria admitir uma pessoa capaz e competente, coisa esta que não se poderá facilmente obter nos inícios de uma casa, mas que pouco a pouco poder-se-á obter segundo o desenvolvimento da mesma casa.

Capítulo X

OBRIGAÇÃO DA REGRA

1. *A Regra em Geral*

A Regra, na sua natureza, deve ser considerada uma boa companheira de vida.

Moralmente, ela é como uma boa mestra da vida.

O sentido religioso da Regra é como a aparição de um Anjo bendito, que indica o caminho do céu.

A vida religiosa, bem explica S. Bernardo, é como uma cidadela forte, circundada por uma tríplice muralha que se torna inexpugnável contra os ataques do inimigo.

A Regra é um modo de viver em comunidade religiosa, por meio da qual os ânimos unem-se como grãos de farinha molhados, para formar uma massa; dentro mistura-se um punhado de fermento, uma migalha de divina caridade, que prepara a massa para cozer como pão, que depois distribui-se sobre a mesa dos grandes e dos pequenos, a todos os homens da terra.

Quanto querida é a vida religiosa para todos aqueles que compreendem o seu valor, quanto admirável é o vínculo de caridade que assim une os ânimos!

2. *A Regra e a consciência*

A Regra pode considerar-se, pela sua natureza, como o instinto de união que é comum a todos os homens filhos de Adão e de Eva, e sob este aspecto a Regra abraça todos os deveres e goza de todos os direitos que pertencem a toda sociedade de homens.

Neste primeiro caso, é preciso, naturalmente, servir-se daqueles direitos que, simplesmente, permite a sociedade natural.

Neste primeiro sentido, é preciso observar os deveres, os quais se resumem no adorar a Deus criador e no fazer aos outros todo aquele bem que nós gostaríamos para nós mesmos.

Neste caso, o mérito e o demérito da observância da Regra é evidente.

A Regra pode considerar-se sob o aspecto moral, no sentido de uma sociedade já educada à virtude, que espera de aperfeiçoar em si as faculdades da mente, da memória, do coração e do mesmo corpo.

Neste sentido a Regra, que dirige uma sociedade moral, é mestra da vida, que se deve escutar e seguir como aluno o professor e como filho o pai.

É evidente, neste segundo grau de associação, a obrigação de consciência de fazer o bem e evitar o mal, como deve ser para um bom aluno que se faz iluminar na mente e para um ótimo filho de coração sensível.

3. *A Regra e a Igreja*

Em sentido religioso, depois, deve-se seguir o ensinamento e a prática da Igreja católica, que aprova a Regra de uma Congregação religiosa, para melhor guiar no caminho da virtude e da santidade os seus membros. Com a finalidade santa de fazer prosperar os membros de uma Congregação religiosa na santificação, comprometem-se as mentes dos mais sábios do mundo católico. Consideram-se tesouro caríssimo os cuidados e os ensinamentos dos pontífices da Igreja e dos santos que na mesma Igreja refulgem como estrelas no firmamento.

O primeiro e máximo cuidado teve-o o divino Salvador que, depois de ter por três dias preparado os seus ouvintes sobre os montes do lago de Genesaré, comunicou-nos uma doutrina até então desconhecida. Disse-lhes: «Bem-aventurados os pobres de espírito; bem-aventurados os puros de coração; bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça», ou seja, aqueles que para nutrirem-se plenamente disto submetem a mente e o coração aos superiores da comunidade, que

representam o mesmo Deus, segundo a palavra do divino Salvador aos seus apóstolos: «Quem vos escuta, escuta-me».

Os Conselhos evangélicos são conselhos, ou seja, incitamentos tais que se podem acolher ou não. Isto está no beneplácito dos cristãos.

Mas quem será aquele cristão que, percebendo com clareza a voz do Senhor: «Vem, que eu tenho sobre ti planos especiais de benevolência. Não sentes sensivelmente no coração a minha voz? Vem ao meu coração, que do meu e do teu coração faremos como um só coração e tu, rico da minha virtude e investido da minha autoridade, tornar-te-ás patrão do coração de tantos teus irmãos» e não queres seguir os desejos e as palavras do Coração de Jesus Cristo?

A liberdade é nossa; mas quem não quisesse aderir ao convite divino, não deverá talvez temer que lhe aconteça a sorte daquele jovem do qual fala o Evangelho que, chamado por Jesus Cristo à perfeição, duvidou e assim foi esquecido e deixou de si o horrível suspeito que nem sequer tenha-se assegurado a salvação eterna? Isto se diz dos cristãos que se sentem chamados, mas que ainda não se esposaram com a Igreja santa por meio da emissão dos votos religiosos.

Mas depois que aconteceu o casamento com Jesus Cristo e a Igreja, então, com corpo e alma, o religioso deve ser fiel ao sacro casamento que se torna para ele como nó indissolúvel.

Então seja-lhe de exemplo e de ajuda a vida imaculada, pura e santa de José com a Virgem Maria.

4. Faltas contra a Regra

Disto deriva que quem quer ser perfeito religioso, não com o só pensamento da mentes, nem com o só afeto do coração, e nem sequer somente com o corpo, deve deixar fora do limiar do santuário tudo aquilo que, material ou moralmente, não se condiz com o Instituto religioso a cujo serviço consagrou-se.

Isto constitui altíssima perfeição de vida; mas quem pode dizer de fazer em tudo e perfeitamente o próprio dever? Também as obras do homem justo, lê-se no Evangelho, diante do Senhor estão misturadas com graves defeitos. Somos frágeis e fracos todos; humilhemo-nos no abismo das nossas misérias!

Confiemos na profundidade incomensurável da bondade e misericórdia de Jesus Cristo, que sempre pode e quer tudo aquilo que serve para a nossa santificação.

Jesus Cristo é um médico tão paciente, que se serve também das nossas misérias para fazer-nos progredir, como o médico serve-se do arsênico, que é um potente veneno, para curar não poucas doenças corporais.

5. Obrigação da Regra

A que coisa obriga, portanto, a Regra? Já o dissemos em parte.

Obriga aos deveres de uma sociedade natural, de uma sociedade melhor que a moral, de uma sociedade perfeita, aquela religiosa. Na sociedade religiosa, considera-se o que é de substância, os votos religiosos, e o que deles deriva, ou seja, a disciplina religiosa e a vida de comunidade.

Em que coisa ela consiste? Consiste em cumprir juntos as obras de bem que concernem ao corpo, à mente e ao coração: portanto, o comer juntos, o dormir sob o mesmo teto, o comunicar-se mutuamente os tesouros da ciência e da sabedoria, sobretudo o permanecer unidos pela fé e a caridade na meditação, na leitura espiritual, na recepção dos santos Sacramentos e nas outras práticas da Regra; nisto consiste a vida de comunidade religiosa. O próprio Jesus Cristo considerava com complacência o compromisso de tal disciplina devota: «Ó quanto bom e feliz é o habitar de muitos irmãos num só coração!».

S. Bernardo deixou escrito que a vida comum é penitência máxima. O que significa isto? Significa que, certamente, onde existem homens, ali estão defeitos. Significa também que a santidade e, portanto, a felicidade do homem, consiste tudo no observar os preceitos da caridade, mesmo quando as provas são graves e difíceis de sustentar-se.

Neste caso, a obrigação até que ponto chega? Certamente cada um é obrigado, absolutamente, a observar a Regra com pontualidade, segundo o grau de conhecimento que lhe é concedido, segundo

o grau de Virtude que pode possuir e, mais do que tudo, segundo o grau de graça que a pessoa pode obter de Deus. Todo religioso, portanto, deve entender-se com a própria consciência e com Deus. No julgar depois o valor de cada religioso em particular, é preciso ter muito critério no juízo, muita dose de caridade e de prudência, para distinguir os graus de virtude e saber com justiça aplicar os seus pesos.

A este respeito, ajuda também recordar que quem julga é o Senhor e que o homem não deve ser fácil a julgar e condenar para não ser julgado ou condenado.

Deve-se também presumir que todo religioso está cumprindo, com boa consciência, o seu ofício e, portanto, também na dúvida, ninguém deve presumir-se malvado.

É melhor usar misericórdia do que justiça

Isto vai aplicado certamente a um indivíduo que se conhece ser de reta consciência, e de uma comunidade que conserva a própria disciplina.

Neste sentido, diz-se que a Regra por si não obriga sob pena de culpa.

Mas obriga certamente se a transcuramos, mesmo num só ponto, por culpável negligência, pior se por desprezo, pessimamente se exista ao mesmo tempo o escândalo.

Muitos pássaros numa jaula dourada divertem-se também em comer e beber, em pular, em cantar harmoniosamente e para a própria satisfação; basta que não saiam dos confins para eles designados.

Certas vezes podem existir casos de transgressão da Regra, como de quem o faz pela lei civil, quando, mesmo não existindo culpa, deve-se, porém, pagar a pena fixada pela lei.

Assim não é falta de caridade admoestar os coirmãos em confiança e sobre fatos certos, bem desejando que em tudo e sempre aconteça o que S. Agostinho diz: «Nas coisas necessárias para crer e fazer, todos somos como um só, porque isto é necessário; nas coisas duvidosas cada um pense também e atue como a consciência lhe dita; desde que em tudo e com tudo observe-se a caridade».

APÊNDICE

O REGULAMENTO DE 1910: UM DOM AINDA ATUAL

Complemento às Constituições de 1907

Há cem anos da publicação do belíssimo Regulamento que o Pe. Guanella deixou-nos como “monumento” da sua amadurecida experiência e sublime espiritualidade, parece-me obrigatório chamar todos a uma tomada de consciência profunda do espírito que o Pe. Guanella soube infundir neste escrito, para confrontar a nossa vivência de hoje com as fontes do carisma.

Ao apresentar aos coirmãos o Regulamento, é o próprio Pe. Guanella que nos sugere o sentido deste documento, isto é, aquele de ser o complemento e a explicação das Constituições que apresentara à Santa Sé, em 1907, para a aprovação do Instituto e sobre as quais ele e os nossos primeiros coirmãos fizeram a profissão: «*A Regra pura e simples é como um código de lei, que precisa de estudo, de explicação, de interpretação. E isto tem-se intenção de fazer com o Regulamento, que vos apresento e vos peço de acolher de bom ânimo, de estudá-lo e segui-lo com propósito firme*».

Nos documentos da Igreja, publicados a partir do Concílio Vaticano II, tivemos a ocasião de aprofundar muitos aspectos, também inovadores sobre a vida religiosa, que enriqueceram as nossas motivações para um renovado ímpeto de bem e de santidade e que foram acolhidas abundantemente nas nossas Constituições renovadas.

Atualmente as constituições, redigidas em base às diretrizes da Igreja, contêm, além dos elementos jurídicos constitutivos do Instituto, o patrimônio espiritual e o projeto apostólico da Congregação. Pelo qual, diversamente dos tempos do Pe. Guanella, as Constituições já são um compêndio da espiritualidade e do carisma do Fundador. Mas é, no entanto, necessário chamar à memória e aprofundar a palavra mesma do Fundador, especialmente nós que temos a fortuna de possuir um verdadeiro patrimônio de seus escritos para as duas Congregações (Todo o IV volume das Obras Completas!).

É o próprio Pe. Guanella que é consciente disto: «*Cada família religiosa tem um espírito particular, sugerido pela graça do Senhor e pela qualidade dos tempos e das circunstâncias de lugar. Este caráter ou marca é o que distingue um Instituto dos outros semelhantes*». Isto vale para a missão específica (o que o Pe. Guanella chama “o caráter econômico”, para o estilo de vida (o que o Pe. Guanella indica como “caráter moral”) e para a espiritualidade (isto é, “o caráter ou distintivo na ordem espiritual e religiosa).

Importância para a formação dos Servos da Caridade

Há só dois anos da morte do Fundador, Mons. Aurelio Bacciarini assim escrevia na circular aos coirmãos, de 15 de outubro de 1917:

«A sua memória não se é enfraquecida entre nós: pelo contrário, quanto mais o tempo leva-nos longe da hora da sua desapareção terrena, a sua doce figura revive em nós mais sentida, mais querida, mas amável.

Nós conversamos cada dia com o Pe. Luís... a ele nos apoiamos como filha ao pai. Mas, não basta esta permuta afetuosa e de confiança. É necessário sobretudo que nós levamos esculpidos no coração, na vida e nas obras, os seus exemplos, as suas máximas e especialmente a sua Regra, na qual ele tranfundi, como sopra inextinguível, todo quanto o seu espírito».

Alguns anos depois o mesmo Mons. Bacciarini, no final dos exercícios espirituais dos coirmãos (verão de 1919) assim exprimia-se: «Dizei-vos que ontem de noite, ao terminar a leitura do admirável Regulamento do Pe. Luís, impressionou-me a sua palavra. Ele diz que “o melhor modo de reforçar a nossa Instituição é aquele de assimilar o espírito religioso e a observância da Regra”. Este deve ser o nosso novíssimo e grave compromisso para o qual aplicar todo o nosso desejo e as nossas energias.

O pensamento do Pe. Guanella é claro como o luz esplendente do sol. Ele quis pôr os alicerces de um grande Instituto religioso, de uma verdadeira Congregação religiosa no sentido mais real da palavra.

Toda a sua vida o diz: todas as suas meditações repetiram-no, todos os Regulamentos que esboçou no meio das labutas das suas fundações confirmam-no. O seu último Regulamento é tão quente e flamejante de via religiosa que faz pensar que, na medida em que ele se aproximava da eternidade, o Pe. Luís cobiçava de traduzir em prática o seu pensamento.

Eu ouvi dizer de sacerdotes de valor, que leram este Regulamento: “na sua simplicidade, na sua praticidade e no fogo que o anima, este é uma obra prima de vida religiosa. Quanto quereríamos nós sentir palpitar a alma do Pe. Luís em tudo o seu entusiasmo pela vida religiosa. Nós pegaremos sempre nas mãos este Regulamento tanto é belo e no qual tanto vivamente o Pe. Luís transfundiu o seu grande espírito”.

Ouvi dizer, por parte de alguém, que o Pe. Luís não queria religiosos no verdadeiro sentido da palavra. Eu creio que esta é a injúria máxima que se possa fazer ao Pe. Luís. Injúria à sua palavra, porque demasiado constante, demasiado clara e demasiado eloquente a este respeito! Injúria à sua mesma clarividência, enquanto a sua mente era demasiado intuitiva para não ver que um Instituto religioso, se não tem as bases de um Instituto religioso, é semelhante à casa fabricada insensatamente sobre a areia...

Não se diga, portanto, o que o Pe. Luís não disse nunca!».

Também o Pe. Mazzucchi faz uma contínua referência ao Regulamento de 1910, quando fala da formação que o Pe. Guanella queria para os seus.

Pe. Mazzucchi assim exprime-se: «Particularmente no último Regulamento, que nos presenteou em 1910, e para nós tão querido e precioso, o Pe. Guanella quis como resumir todo o seu ideal do Servo da Caridade. Mesmo não escondendo o ápice sonhado e almejado e insistindo sem fraquezas sobre a substância irrenunciável de uma interioridade e de uma observância exemplar feita de fadiga e de sacrifício, ele tinha em conta também a menor ou maior capacidade e iluminação de um ou de outro dos seus chamados.

Este regulamento, na sua redação simples e clara, juntamente com a consideração do nível e do grau no qual cada coirmão encontrava-se no seu caminho espiritual, traça e estimula para um caminho de alta espiritualidade. Nele insiste-se não só sobre a necessária prioridade da vida interior diante da atividade exterior, mas também sobre a atenção e compromisso a progredir cada dia na observância dos votos, propostos em forma prática como um caminho por graus sucessivos: a pobreza unida a uma grande confiança na Providência, a excelência singular da castidade (para conservar imaculada desde o Batismo, como a sua, ou para reconquistar firmemente depois das caídas do passado), o valor máximo da obediência na sua positiva motivação de amor filial a Deus e de espontânea generosidade do coração, a importância indispensável das várias práticas de mortificação.

Referindo-se depois à atmosfera de piedade na qual a alma religiosa deve respirar para viver viçosamente e para encontrar os recursos necessários para os seus progressos interiores e para o apostolado externo, com quais belíssimas e claríssimas expressões apresentava a oração confiante do coração e a meditação santa – mais afetiva do que especulativa – e a devoção da Eucaristia!».

Ao propor a sua reimpressão, em 1941, o Pe. Mazzucchi depois escrevia:

«Permanecem sempre válidas as palavras com as quais o Pe. Guanella, o nosso doce Pai, apresentava e doava, cinco anos antes que nos deixasse, as páginas simples e bastante preciosas do seu Regulamento espiritual e moral... Este guarda e transmite-nos o espírito genuíno e o critério imprescindível do santo Fundador, ao qual cada um de nós deve, inevitavelmente, permanecer fiel por uma sacra obrigação e por um interesse fundamental. Nele encontramos abundantes páginas, ricas de impressionante e comovente eloquência e eficácia.

As nossas abençoadas Constituições são e serão sempre para todos o livro fundamental para a nossa vida, e este Regulamento, que é o seu comentário moral e espiritual, seja para todos nós um alimento vivo e substancioso para o nosso atuar e para a nossa espiritualidade de filhos desejosos de tornarem-se dignos do Pai querido e santo.

O estudo e a aplicação fiel desta Regra do vida trará a todos um benefício maravilhoso de santidade pessoal e de obras fecundas, como era na mente e no coração do Pai, que nos abençoa e nos assiste até o nosso rever-nos lá acima!».

“É preciso que o Servo da Caridade, vivamente desejoso de promover a sua perfeição religiosa e com esta a prosperidade do Instituto, não desista nunca de estudar com amor as Constituições e o

Regulamento, com o intento santamente cheio de boa vontade de aprender o seu espírito e de aplicar, na medida em que se faz possível, toda a sua letra” (Pe. Luís Guanella).

QUADRO HISTÓRICO E COMENTÁRIO

Pe. Pietro Pasquali SdC

A respeito do Regulamento de 1910 para os Servos da Caridade, o Pe. Attilio Beria exprimia este juízo.

«Sem dúvidas, nós temos neste Regulamento o texto maior do Fundador-Pai-Mestre».

Texto vercamente precioso, continuava o Pe. Beria:

- por inspiração carismática,
- por profundidade de doutrina espiritual,
- por sabedoria de direção.

Este juízo do Pe. Beria retoma na substância aquele do Pe. Leonardo Mazzucchi no prefácio para a reimpressão do *Regulamento* feita em Como, em 1941.

Ele afirma que tal *Regulamento* «guarda e transmite-nos o critério imprescindível do santo Fundador» e releva nele «páginas ricas de impressionante e comovente eloquência e eficácia».

De resto, o mesmo Pe. Guanella, numa sua circular, de 20 de outubro de 1910, preanunciando o eminente *Regulamento*, declara-se convicto que teria sido «*um guia segura para tornar-se em tudo e para sempre Servos da Caridade como o quer o Senhor e como dará a cada um a ajuda e a graça para isto*».

Poucos meses depois, aos 15 de fevereiro de 1911, fazia notar aos coirmãos ter dedicado à sua formação espiritual tempo e energias menores a respeito das Filhas de S. Maria da Providência, mas reafirmava ter querido suprir com a redação das *Constituições* de 1907 e, sobretudo, com o *Regulamento* de 1910.

Neste Regulamento, assim escrevia: «pretendi expor o meu ânimo para formar mais amplamente o ânimo dos próprios coirmãos ao espírito da Regra».

E exortava: «Queiram [...] estudar as máximas que no Regulamento proponho-vos e, com isto, crescer em ardor de caridade a Deus, de afeto ao instituto que o Senhor abençoe».

1. O horizonte dentro do qual nasce o Regulamento

O Regulamento dos Servos da Caridade foi impresso em Gatteo (Forlì) e apresentado pelo Pe. Guanella aos coirmãos no Natal de 1910.

Repetidamente o Pe. Mazzucchi testemunhou que o Pe. Guanella escreveu e ditou este Regulamento, sem interrupções, uma parte em Gatteo e outra parte em Como, no ano de 1910. Escreveu e ditou: com efeito, o manuscrito que nos chegou ocupa 253 páginas de papel ofício de diversas dimensões e consistência: o Pe. Guanella redigiu de próprio punho as páginas iniciais (1-21), aquelas concernentes aos conselheiros (215-223) e aquelas conclusivas sobre a obrigação da Regra (241-253). As outras páginas foram escritas, ditadas por ele, por al menos cinco copistas; a pessoa de quem o Pe. Guanella serviu-se mormente foi o então clérigo, que depois fez-se sacerdote, Santino Busnelli.

O Pe. Guanella, portanto, escrevia ou ditava este Regulamento em 1910, quando já tinham-se transcorrido quase vinte e cinco anos dos inícios da sua missão de fundador e faltavam só cinco para o final da sua preciosa existência. Por um lado, podia assim recolher o fruto maduro de uma experiência espiritual e de uma operosidade sempre mais arrastadora; por outro lado, respondia à urgência de deixar aos seus filhos espirituais pontos de referência claros e precisos para um caminho de santidade e de caridade.

* Uma *primeira constatação* é que este texto não foi composto durante um período totalmente dedicado à oração e à reflexão: *ele brota do coração e flui com o mesmo ritmo da vida*. Este texto confirma que o Pe. Guanella alcançara um robusto equilíbrio interior, pelo qual a alma estava constantemente sob a influência da ação de Deus, enquanto ele não cessava de ocupar-se, energicamente, no consolidar as Congregações por ele fundadas e de ampliar o seu raio de ação.

No curso de 1910, o Pe. Guanella, pelo menos por três vezes, foi para Roma; no final de janeiro, no começo de abril e mais ou menos na metade de novembro. Não eram certamente viagens

nem breves nem cômodas, também porque, no ir e no voltar, aproveitava para visitar as outras casas do Vêneto, da România, das Marcas e do Lázio.

A ele, com frequência, irmãos e irmãs faziam referência, para terem critérios e/ou confirmações sobre como direcionar as comunidades, sobre as escolhas do apostolado e para obter permissões, conselhos e também dinheiro para dar início e consolidar as casas.

São confirmação disto as múltiplas cartas do Pe. Guanella aos seus colaboradores, cartas certas vezes muito breves, quase telegráficas, das quais resulta o seu interesse não só pelos problemas mais urgentes e graves, mas também para a condução da vida de todos os dias. É oportuno dar uma rápida olhada à situação das casas no ano de 1910, sobretudo daquelas que requeriam dele particular atenção e cuidados.

Em Vicosoprano, no Cantão Grigioni, estava-se edificando a nova igreja de S. Gaudêncio. O Pe. Guanella, precisamente naquele ano, escrevia que ela «custou enormes sacrifícios à Casa da divina Providência, não só de dinheiro, mas de preocupações e de presença».

Na casa de Nuova Olonio, iniciada desde um decênio, ferviam os trabalhos, tendo presentes não só as necessidades da casa, mas também aquelas da igreja e do povoado. Tinha-se já aceito a idéia de dar espaço para que surgisse o novo povoado. Estava colocando-se ao lado da igreja a torre sineira; para as necessidades do povoado colocava-se o aqueduto, iniciava-se o cemitério e construíam-se as salas de aula da escola.

Em Milão, conviviam, uma ao lado da outra, a Pia Casa dos Pobres em S. Ambrósio ad Nemus, sede da repartição feminina e o Instituto São Caetano que acolhe meninos e idosos.

Depois da morte do Pe. Luigi Ghinelli, acontecida em março de 1909, o Pe. Guanella enviava a Gatteo o coirmão Pe. Martino Cugnasca, com a tarefa de prover aos meninos e aos idosos acolhidos na casa e de levar a cabo os projetos do Fundador: desenvolver a tipografia, publicar um boletim trimestral, restaurar o edifício para uso de asilo, dar melhor organização ao pequeno hospital.

No Vêneto, precisamente em Trecenta, chegavam as irmãs para gerir o jardim de infância, a escola feminina e o oratório festivo; no entanto, trabalhava-se para abrir um asilo para pessoas idosas.

O Pe. Guanella chegou em Ferentino em 1908; também nesta casa hospedavam-se meninos e idosos; além disso, era preciso servir a adjacente igreja de S. Ágata.

Todavia, as maiores preocupações do Pe. Guanella, já desde 1908, concerniam à igreja para construir, de S. José al Trionfale, em Roma. Ao Pe. Giovanni Bruschi, o Pe. Guanella escrevia: «As fundações custam suor de sangue». Iniciada praticamente em 1909, será inaugurada em março de 1912.

As preocupações para o início de novas casas, como por exemplo em Senigaglia, e para a consolidação de outras não eram, porém, para o Pe. Guanella as mais atormentadoras.

* E eis a *segunda constatação*: desde mais de um decênio ele, mesmo se confiante na Providência que o guia e o sustenta, sentia a necessidade urgente de dar às duas Congregações uma definitiva colocação na Igreja, através da aprovação pontifícia.

Exigiam-no motivos de ordem prática: as Congregações guanellianas já atuavam em várias dioceses, da Itália e da Suíça, e era difícil reconciliar os pareceres e os critérios dos vários bispos, mas sobretudo requeria-o a necessidade de sermos garantidos pela mesma Igreja sobre a genuinidade do carisma e sobre a fidelidade à própria vocação.

Em 1907, o Pe. Guanella, pela quarta vez, enviara à Santa Sé o pedido de reconhecimento das suas Congregações e apresentara os textos das Constituições redigidas com o conselho e sob a guia do redentorista Pe. Claudio Benedetti.

A Congregação das Filhas de S. Maria da Providência recebeu, da Santa Sé, o reconhecimento oficial aos 27 de setembro de 1908 e, contemporaneamente, as Constituições foram aprovadas *ad septennium*; aquela dos Servos da Caridade teve que esperar outros quatro anos.

O Pe. Guanella e os primeiros coirmãos, seguindo a sugestão do Pe. Benedetti, aos 24 de março de 1908, emitiram os votos perpétuos, conforme o texto constitucional de 1907; mas só aos 15 de agosto de 1912, depois de ter superado outras dificuldades, será dado o *decretum laudis*, primeiro e significativo passo para uma aprovação definitiva e será concedida a faculdade de fazer ordenar sacerdotes um determinado número de coirmãos diretamente em nome do Instituto.

Pe. Mazucchi escreveu:

«Em 1912, arrebatado da Bondade do Senhor pelos gemidos, pelas súplicas, pelos padecimentos do Pe. Luís, que para consolidar e assegurar o futuro da sua Congregação teve que subir um longo e doloroso Calvário de fadigas e afãs, foi concedido ao nosso Instituto o decreto de louvor».

Entre 1907 e 1912, o Pe. Guanella era completamente ocupado em dar execução às diretrizes da Santa Sé que, entre outras coisas, impunha uma mais clara delimitação das finalidades ou fins institucionais, uma nítida distinção entre irmãs e coirmãos, uma mais atenta formação dos novos membros; mas, mais do que tudo, era atormentado pela necessidade de infundir nos coirmãos um autêntico espírito religioso.

Nos apontamentos feitos durante os últimos anos da vida do Fundador e Pai, o Pe. Leonardo Mazzucchi atesta:

«[Pe. Guanella] disse um dia (1911) “poderei viver no máximo oito ou dez anos”. Mas, repetidamente, em 1912, dizia-se cansado, velho, não longe da morte: gostaria de conduzir-vos a Roma material e moralmente e depois ir embora».

Nos últimos anos, 1907-1910, o Pe. Guanella, tendo chegado à plena maturidade espiritual, dedicou-se intensamente à consolidação das suas Congregações. O seu programa era:

– «*Conduzir-vos a Roma materialmente*». Com efeito:

- ❖ em 1903, chegava com os Servos da Caridade em Monte Mário;
- ❖ em 1904, ali levava as irmãs, primeiro em S. Pedro «in Montorio» e depois, em 1907, para S. Pancrácio;
- ❖ em 1908, adquiria o terreno em vista da igreja de S. José «al Trionfale», ereta entre 1909 e 1912.

– «*Conduzir-vos a Roma moralmente*». Penso que o Pe. Guanella referia-se à aprovação pontifícia dos dois institutos, que foi concedida em 1908 para as irmãs e em 1912 para os Servos da Caridade.

A este programa do Pe. Guanella, a Providência, mais ou menos no final de 1912, acrescentava uma nova e mais entusiasta aventura: a chamada nos Estados Unidos da América. A obra guanelliana de Roma preparava-se para espalhar-se no mundo inteiro.

* Uma *terceira constatação*: o *Regulamento* de 1910 ocupa um lugar central entre os *Escritos para as Congregações*. Naqueles anos, 1907-1915, o Pe. Guanella tem no coração e na mente as duas congregações; para elas publicava várias Constituições e Regulamentos.

O *Regulamento* de 1910 coloca-se, portanto, no centro deste itinerário espiritual, do qual emerge sempre mais claro, no Pe. Guanella, o homem de Deus, isto é, a pessoa que se doa toda para a construção do Reino da Caridade e, ao mesmo tempo, vive na intimidade com o Senhor, a pessoa que não se deixa deter pelas provas e pelas dificuldades, mas em tudo entrega-se com ânimo filial à guia da Providência, a pessoa que acolhe na própria vida, na sua inteireza, o projeto de Deus e que o quer transmitir íntegro àqueles que Deus associa e associará à sua missão. No Pe. Guanella emerge, portanto, sempre mais distinto o homem de Deus. Penso que seja esta a razão que explica este Regulamento e a sua originalidade a respeito daqueles análogos que o precederam (1899 e 1905).

Interrogado pelo Pe. Beria sobre o porquê deste Regulamento, o Pe. Mazzucchi duas vezes respondeu:

«É difícil explicar: nos últimos anos o Pe. Luís mudara. Falava menos, pensava muito; também no rezar era mais absorto; estava já desapegado; sentia o Céu».

A redação e a entrega do *Regulamento dos Servos da Caridade*, de 1910, entra neste clima e responde a estas exigências tanto mais sentidas quanto maiores tornam-se as responsabilidades dos coirmãos diante de Deus e da Igreja.

A alternância de escritos de caráter prevalentemente normativo (as Constituições) com outros de natureza espiritual (os Regulamentos) deixa transparecer a convicção do Pe. Guanella que os textos jurídicos não podem exprimir, adequadamente, o dom de Deus e não são suficientes para darem às Congregações uma clara fisionomia e a imprimir nos coirmãos o ímpeto decisivo para as obras de bem.

A legislação eclesiástico de início do Século XX registrara um progresso a respeito dos séculos precedentes, já que tinha com clareza acolhido entre os religiosos os Institutos da assim chamada vida ativa, que se tinham multiplicado durante o Século XIX. Todavia, por um excesso de

juridismo, impunha às novas Congregações uma uniformidade que arriscava de diminuir a identidade carismática de cada Congregação.

É certamente tarefa da Igreja “discernir” os carismas, isto é, verificar a sua autenticidade, avaliar a sua correspondência às necessidades do momento histórico, regular o seu desenvolvimento, garantindo que eles sirvam à unidade e à caridade. A Igreja, porém, depois de ter feito o devido discernimento, tem a obrigação de respeitar a inspiração dada por Deus aos fundadores e de tutelar a diversidade dos carismas, verdadeira riqueza para todo o Povo de Deus.

Pe. Guanella, através dos numerosos Estatutos, Regras, Constituições, manifesta a vontade de submeter ao juízo da Igreja o dom a ele feito por Deus, a vontade de assegurar à Igreja a fidelidade sua e dos seus filhos espirituais; através dos Regulamentos, propõe-se transmitir aos seus, como sua característica essencial e herança inalienável, o seu genuíno espírito e a missão designada por Deus à sua família religiosa.

2. O significado do “Regulamento” na relação com as Regras e as Constituições

A sucessão de Regras e depois Regulamentos poderia fazer pensar que os segundos sejam somente uma explicação ou uma ampliação das primeiras; enquanto, os invés, estes vão além do ditado jurídico e expõem a experiência carismática que está na origem das Congregações guanellianas.

Assim deixa supor o próprio Pe. Guanella, frequentemente, quando apresentando o *Regulamento* de 1910, escreve:

«... a Regra pura e simples é como um código de lei, que precisa de estudo, de explicação, de interpretação».

Também no prefácio ao *Regulamento* de 1911 para as irmãs guanellianas, repete: «Não é inoportuno que à Regra faça-se seguir um Regulamento, isto é, uma explicação mais ampla aos casos particulares da nossa vida religiosa».

Mas o *Regulamento* de 1910 é uma coisa diversa de uma simples explicação do ditado constitucional, com efeito, através dos Regulamentos, o Pe. Guanella pretende vivificar a lei eclesial, iluminá-la com o dom recebido de Deus, este dom precede a lei da Igreja e a ela sujeita-se, mesmo quando o elemento jurídico parece prevalecer. É preciso sabê-lo descobrir.

Tem-se a impressão que o Pe. Guanella não se sentisse demasiado à sua vontade diante do modo com o qual as normas, então vigentes, determinava o estilo da vida religiosa. Isto não só porque não se considerava experto de direito canônico, mas sobretudo porque julgava que o direito não conseguisse nunca exprimir, na sua inteireza, o carisma e a espiritualidade que o animava.

A Regra – segundo ele – «é mestra da vida, que se deve escutar e seguir, como estudante o mestre e como filho o pai».

Há, portanto, entre a Regra e o religioso algo que precede e vai bem além das normas do direito.

O Pe. Guanella, no *Regulamento* de 1910, por bem duas vezes volta sobre esta visão da Regra, quando escreve que ela «é veneranda, porque é mãe saída do Coração de Jesus Cristo quando pregava sobre o monte das Bem-aventuranças [...]. Ela foi dada em herança à Igreja, na pessoa de Nossa Senhora das Dores e de S. João, aos pés da cruz. Tal mãe, através dos séculos, foi constantemente objeto de cuidados, de amor, de veneração dos sumos pontífices, dos sagrados concílios, dos Padres e Doutores da Santa Igreja, dos santos».

A Regra, insiste: «é o código dos mandamentos de Deus».

A Regra é vista como pai, como mãe, portanto, deve conter algo que vai além da legislação humana, só assim ela torna-se meio de santificação e guia para a missão.

Através da Regra, vem-nos transmitido o dom particular do Espírito; por isto o Pe. Guanella não teme afirmar que é preciso «aprender o espírito da Regra», porque ela é uma outra fonte com a qual Deus transmite o seu valor a nosso respeito:

«Será também bom que [o coirmão] penetre ainda melhor o seu espírito meditando em profundidade sobre os fatos e sobre o modo e o tempo das vicissitudes da Casa da Providência...».

O carisma guanelliano não nos vem somente da Regra e dos Regulamentos, mas de todas as vicissitudes do Fundador, da nossa mesma história, lida com fé e interpretada com o Evangelho. A

Regra é, portanto, mediação da vontade de Deus, portanto, é preciso procurar além do aparato jurídico. O Pe. Guanella acena também a uma outra mediação: através da Regra, o Espírito pede a obediência da fé: a Regra torna-se viva e vivificante quando, sob a influência do Espírito Santo, o religioso vive-a.

Escreve o Pe. Guanella, em 1912: «É inútil observar que à nossa boa vontade, às santas vossas intenções compete a tarefa de vivificar a letra das Regras [...] para que tenham aquela eficácia que dela atende-se».

O *Regulamento* de 1910 em particular, deve ser entendido nesta perspectiva: como “mestre e amigo”, como intérprete não tanto de um código de leis, mas do projeto de Deus. O Pe. Guanella é consciente disto: «[...] o próprio Regulamento é a extensão minuta dos desejos do comum pai celeste, Deus, os quais são ao mesmo tempo os desejos do superior que, em nome de Deus, governa o Instituto».

Por este motivo, pede: «Sabei bem meditá-lo [o Regulamento] para poder também melhor amar o critério que nele oferece-vos. É para a vossa santificação, e do próximo que a bondade do Senhor, por meio de vós, quer salvar».

«Agora apresento [...] o desenvolvimento da mesma Regra, ou seja, um Regulamento íntimo, que como mestre e amigo, acompanhe-vos em todo passo da vida, em todo ato do vosso ministério de caridade».

Objetivo do Regulamento é aquele de ajudar os religiosos a «alcançarem a finalidade da maior glória de Deus e da santificação das almas»; com efeito, o Regulamento «acompanha passo a passo no caminho da virtude».

Com efeito, segundo ele, o Regulamento encerra e transmite «o espírito de fé, de esperança e de caridade».

Nesta perspectiva, então, entende-se bem quanto o Pe. Guanella antepõe ao *Regulamento* de 1911, para as Irmãs:

«[...] antes de ler até mesmo uma só página deste livro, rezemos ao Senhor, elevando simplesmente a ele a mente e o coração».

Sem diminuir a sua importância, é completamente evidente que a lei eclesiástica haure o seu valor do projeto que Deus tem para a sua Igreja e alcança a sua finalidade quando, eficazmente, promove o bem das almas.

A lei da Igreja é sempre uma mediação entre a fé e a vida; deve enraizar-se na fé e favorecer a vida.

Isto vale também para aquela parte do direito que concerne à vida religiosa. Mesmo se expressamente não encontramos no Pe. Guanella semelhante afirmação, fruto de reflexão teológica posterior, ele se dá conta que a lei eclesiástica é muito pobre nas suas enunciações, não dá as razões das suas escolhas, não precisa as finalidades que se propõe.

Precisamente por este motivo, o Pe. Guanella sente o dever de pôr ao lado do texto constitucional, por sua natureza árido e aparentemente desenganchado do projeto de Deus, os Regulamentos, em particular, aquele definitivo de 1910.

No *Regulamento* de 1911, comentava:

«Viaja-se bem e seguros, quando tem-se diante uma luz que nos permite ver e, ao lado, a palavra fiel de quem nos guia».

O Regulamento transmite a “luz que nos faz ver”, isto é, o projeto de santidade e de caridade da família guanelliana. O Regulamento torna-se palavra viva e fiel do Fundador, do Mestre e do Pai, que ao nosso lado continua a sua missão na Igreja e no Mundo.

Este significado do *Regulamento* de 1910 é confirmado pelos outros escritos do Fundador que precedem todo seu texto normativo e que por ele foram considerados reflexo autêntico da sua espiritualidade e do seu coração. Refiro-me às *Máximas de espírito e método de ação*, antologia de conferências ditadas às irmãs nos anos 1888-1889 e, de modo particular, ao seu comentário ao catecismo, *O Fundamento*, publicado pela primeira vez em 1885, nos anos de Pianello, mas feito reimprimir por ele antes da sua morte e entregue «como desejo e voto de última vontade» aos dois Institutos dos Servos da Caridade e das Filhas de S. Maria da Providência.

O Pe. Piero Pellegrini justamente faz notar:

«[...] em 1910 e 1911, com os dois últimos Regulamentos para as Congregações, muito semelhantes na abordagem e no conteúdo, o Pe. Guanella volta para as posições dos primeiros tempos; é uma volta à guia e à formação interior, mesmo se o exterior não é deixado de lado. Disto vem quase uma síntese dos dois aspectos, uma personalidade completa de alma e de corpo. Não é, portanto, uma pura volta ao ponto inicial, mas um passar de novo sobre ele, a um nível mais alto, mais maduro e concreto, feito também mais equilibrado pela longa experiência humana, acumulada naqueles anos».

3. *Confronto com o Regulamento interno de 1899 e com o Regulamento de 1905*

O *Regulamento* de 1910, não só pelo seu estilo diverso, destaca-se notavelmente daqueles escritos pelo mesmo Fundador em 1899 e em 1905. Existe nele um acordo espiritual que evidencia o pai e o guia da sua família; nele revela-se o desejo de transmitir um projeto que dê pleno sentido a uma vida de consagração a Deus e aos pobres; damo-nos conta que o Pe. Guanella não é tanto um responsável que quer organizar, mas um amigo que, com tranquilidade e com ânimo forte, acompanha ao longo do caminho, um pai que compromete na missão a ele confiada por Deus aqueles que o seguem como mestre.

Pe. Beria escreve: «É evidente a constatação que entre todas as redações antecedentes de Regulamentos e este [de 1910] há um salto grandíssimo: como abordagem, concepção, exposição da matéria e estilo; pela tensão para a santidade e a ânsia de comunicar o fervor, pela cadência livre de esquemas, intolerante de títulos, subtítulos e parágrafos, livre em discurso fluente, este texto é mais vizinho, eventualmente, a alguns opúsculos ascéticos e aos primeiros escritos para a obra nascente».

É estranho que no *Regulamento* de 1910 não tenham relevo explícito alguns temas que, ao invés, ocupam muito espaço nos Regulamentos precedentes como, por exemplo, o vínculo de caridade, a unidade de direção e o sistema preventivo.

O vínculo de caridade é exposto pelo Pe. Guanella logo nos inícios; com efeito, fala dele nas *Máximas de espírito* de 1888-1889, intitulado uma das conferências “Vínculo de união”:

«O Senhor atrai a si as almas com a virtude da pobreza, com a virtude da pureza, mas especialmente tem-nas unidas com o vínculo da caridade cristã».

E conclui: «As comunidades hoje em dia... sustentam-se ligadas sobretudo pelo vínculo da caridade e com este simples e nobre vínculo do amor santificam a si e edificam o próximo».

Nas *Constituições* de 1899 antepõe aos votos um capítulo intitulado “Do vínculo da caridade”.

O *Regulamento* de 1899 fala longamente da união entre os diversos superiores e da unidade de direção; esta união tem, como seu ponto de partida e de chegada, o vínculo da caridade.

Também no *Regulamento* de 1905, prolonga-se sobre o argumento da unidade de direção e exclama: «Na unidade de direção está um reino de paz e de caridade».

No *Regulamento* de 1910 não fala mais expressamente nem de vínculo da caridade nem de unidade de direção. Isto, porém, não significa que faltem os conceitos relativos. No parágrafo V da primeira parte, falando dos membros da Congregação, de fato, apresenta o corpo do Instituto dos Servos da Caridade: o superior geral com o seu conselho «é como a cabeça e os olhos e as orelhas do corpo. Os Conselhos inferiores... são como mãos e pés para atuar».

Este corpo que é a Congregação é, porém, interiormente animado pela graça do Espírito Santo que, «como fogo de máquina de nave, põe força para sulcar o mar da vida».

«De consequência, todos devem rezar para que a graça dos sete dons do Espírito Santo difunda-se na mente e no espírito dos dirigentes. Devem os dirigentes acrescentarem mais virtude e força própria para merecerem que o fogo da caridade de Jesus Cristo os inflame, para que possam com este fogo apagarem [sic!] as águas dos defeitos e das fragilidades próprias e difundirem luz e calor no coração da sociedade cristã».

De resto, já precedentemente, o Pe. Guanella lembrara a comunhão que deve reinar entre sacerdotes e irmãos, unidos pela mesma fé, pelos mesmos votos religiosos, pela única mesa da Palavra de Deus e dos sacramentos da Igreja. Falando sobre o Capítulo geral, exorta os coirmãos e escreve: «Sobretudo... rezem com todo o coração, para que do coração próprio e do coração dos

superiores seja feito um só, segundo a sabedoria infinita e a bondade infinita do Coração do divino Salvador».

Quase no final do *Regulamento* de 1910, o Pe. Guanella expõe o seu pensamento sobre a Regra e juntamente descreve a comunidade guanelliana recorrendo a uma comparação que está presente literalmente tanto nas *Máximas de espírito* como no *Regulamento interno* de 1899. Eis-lo: «A Regra é um modo de viver em comunidade religiosa, por meio da qual os ânimos unem-se como grãos de farinha molhados, para formar uma massa; dentro mistura-se um punhado de fermento, uma migalha de divina caridade, que prepara a massa para cozer como pão, que depois distribui-se sobre a mesa dos grandes e dos pequenos, a todos os homens da terra. Quanto querida é a vida religiosa para todos aqueles que compreendem o seu valor, quanto admirável é o vínculo de caridade que assim une os ânimos!».

O vínculo da caridade não mantém unidos entre si só os religiosos, mas também as pessoas que moram na casa. Com efeito, escreve no capítulo no qual fala dos destinatários: «Os superiores não devem fazer pesar, na medida do possível, a autoridade do comando. Os dependentes devem obedecer por princípio de fé e não por força, como escravos. [...] Para que entre os superiores e os inferiores não aconteçam contrastes e reine soberana a concórdia, é preciso que, antes de tudo, reine soberana a caridade».

Existe, portanto, uma continuidade no pensamento do Pe. Guanella, como um fio de ouro que atravessa os seus escritos.

Sobre este ponto, os diversos Regulamentos integram-se e referem-se mutuamente.

Permanece, ao invés, surpreendente a falta de acenos expressos no *Regulamento* de 1910 ao sistema preventivo; lembrado, ao invés, pelo último escrito do Fundador para os Servos da Caridade, as *Normas* de julho de 1915:

«Quem é chefe da disciplina [...] eduque [os sujeitos] com o sistema preventivo do venerável Dom Bosco, que aprenderá dos vários manuais de sacerdotes salesianos».

Também no *Regulamento interno* de 1899, toda a seção IV trata «Do sistema preventivo em uso na Casa». O *Regulamento* de 1905 retoma por inteiro esta seção.

Por que, então não existe sinal disto no *Regulamento* de 1910?

Talvez porque o Pe. Guanella achava que se tinha explicado já suficientemente nos textos anteriores? Ou então porque com o *Regulamento* de 1910 tinha como objetivo mais explicitamente a formação religiosa dos Servos da Caridade?

Em todo caso, esta lacuna confirma-nos na necessidade de não deixar de lado os textos guanellianos que precedem o *Regulamento* de 1910, mesmo se este supera-os notavelmente e é comparável só ao *Regulamento* de 1911 escrito para as Filhas de S. Maria da Providência.

Ele mesmo, nas *Normas* de 1915, escreve:

«Tenham-se em conta os Regulamentos precedentes, para que nas pegadas de todos esteja pronto um completo Regulamento disciplinar definitivo».

4. O estilo literário

O *Regulamento* de 1910 está escrito com prosa límpida e pacata, é como um rio que escorre na planície rico de água; só de vez em quando nota-se algum encrespamento devido à dependência do estilo próprio do latim.

a) As páginas mais vibrantes

Algumas páginas são altamente eloquentes: o Pe. Guanella deixa-se prender pelo argumento que lhe interessa particularmente e exprime-se com paixão, com lirismo.

Acontece assim, por exemplo, quando expõe o assim chamado fim primário e, sobretudo, aquele secundário:

«Os bons Servos da Caridade, que por muitos anos e por tantas vezes no dia socorreram com fé os pobres, estes bons Servos da Caridade, que ainda viventes não diziam nunca basta nas obras de caridade e de sacrifício, estes bons Servos subirão com Jesus no alto e possuirão aquele reino, que o

Senhor, na sua infinita bondade, preparou-lhes desde o princípio da criação. Que ganho! Quanto triunfo!».

Assinalo outras páginas sugestivas, com a referência à página do IV Volume “Escritos para as Congregações”.

- quando fala da comunhão entre os membros do Instituto (p. 1246);
- quando descreve a tarefa dos sacerdotes (p. 1247s);
- quando apresenta a finalidade do noviciado e o compromisso de todo religioso (p. 1270ss);
- quando confronta o batismo e a profissão dos votos religiosos (p. 1274s);
- quando faz o elogio da castidade (p. 1280);
- quando reflete sobre a Eucaristia (p. 1290s);
- quando trata da meditação (p. 1294s);
- quando parafraseia Mt 18, 15-17 sobre a correção fraterna (p. 1314);
- quando compara a Congregação com a Igreja e a Igreja com o Paraíso (p. 1328);
- quando fala da Regra e a Igreja (p. 1350s).

Sente-se que o Pe. Guanella não quer só instruir, mas comprometer profundamente quem lê e quer torná-lo partícipe de uma aventura espiritual a ele sugerida pelo Espírito de Deus.

«Quem... lê os regulamentos e segue o seu contínuo aperfeiçoar-se no tempo, é obrigado a medir-se constantemente com uma voz profunda que provoca e desafia a confrontar-se não com a letra, mas com o espírito da norma, com o acordo caritativo que a ditou, provada sobre si e sobre os outros, até a fazer dela um conselho tanto mais vinculador quanto mais chega às profundidades da consciência».

b) *As comparações frequentes*

Numerosas comparações dão vivacidade ao discurso; assim usava o Pe. Guanella também na sua pregação e assim pedia que fizessem os seus sacerdotes. A Igreja é a grande casa do Senhor; a caridade é um fogo e tal deve ser também a vida do religioso:

«A vida do religioso pode-se comparar ao fogo que aquece, que move as locomotivas, que dissolve os minerais e faz liquefazer os metais. O fogo da caridade de Jesus Cristo dá vida ao cristão religioso, faz movê-lo depressa nas obras de bem, dá-lhe força para inspirar o próprio coração e o coração do próximo...».

Deus é como o forneiro que senta tranquilo e maneja o fole para purificar e transformar os corações; Jesus Cristo é o Cordeiro imaculado e os seus seguidores fiéis são as ovelhas; os santos são como as estrelas do firmamento.

A Congregação é como um corpo com tantos membros: sacerdotes e irmãos nela combatem as batalhas do Senhor e como os anjos e os santos cantam perenes hinos de glória ao Senhor, a sua comunhão de vida «é capaz de construir uma torre insuperável a toda invasão inimiga».

«... o Instituto dos Servos da Caridade deve ser como ímã que atraia a si os corações das vocações».

Os postulantes devem parecer «livro aberto, dentro de cujas páginas cada um possa ler com clareza e entender o seu conteúdo».

Os noviços são comparados a uma estátua de mármore esboçada, a qual tem necessidade do trabalho do cinzel do artífice inteligente para tornar-se estátua digna de ser exposta na casa do Senhor.

O coração do cristão casto deve ser «fervoroso de caridade, como o sol que ilumina e aquece toda coisa criada, também as criaturas, sujas mas sem que ele, no seu esplendor, receba da sujeira uma qualquer mancha». O cristão casto deve ser como a erva sensitiva, conservar-se cândido como a neve. As pessoas que «nunca conheceram nada e nada sabem das misérias humanas» podem ser comparadas a «a certas gemas de preço inestimável, que é, porém, bom conservar no seu estojo e não expor à vista de muitos».

O Servo da Caridade com a oração «saiba elevar-se a Deus como o pássaro que se paira no ar a toda vista de perigo... aprenda a gemer como os filhotes da pomba, que aliás eleve-se no alto como a águia!».

«Os Servos da Caridade... devem ser comparados aos filhotes da andorinha, os quais bradam com agudos gritos, bradam sobretudo quando se dão conta que a mãe vem a pousar o mosquito nas suas boquinhas... A oração vocal é como o aço que se bate sobre a pederneira para desenvolver as faíscas de fogo, aptas depois para acender uma grande chama para os usos domésticos e sociais!».

Meditando e vivendo a Eucaristia, «o sol que ilumina, que aquece, que faz frutificar a terra», o Servo da Caridade «seja como abelha industriosa que se enrola na corola da flor para chupar o seu gostosíssimo néctar e convertê-lo, no próprio estômago, em mel refinado de piedade e de devoção».

Ele deve amar a própria casa «como as abelhas a própria colmeia».

Os Servos da Caridade devem proceder com simplicidade; «devem ser como cristais dentro dos quais espelha-se a imagem da verdade e da caridade. Com isto crescerão sempre ingênuos e queridos como as crianças».

«É com o sopro dos lábios que se acende e se reaviva o fogo material e é com o sopro espiritual da oração que se reavida o fogo do zelo e da caridade».

«O exemplo virtuoso é por si mesmo um sopro incessante da virtude do Espírito Santo; o exemplo é como o sol que é luz e calor e faz crescer as flores e amadurece os frutos na horta espiritual da virtude e da santidade».

«Formar os sujeitos segundo o espírito e o critério da obra é coisa essencial, como é essencial um bom levedo para cozer uma massa em bom e substancioso pão».

Pergunta-se o Pe. Guanella: quando um coirmão está pronto «como o passarinho do ninho, cresceu as asas e é já capaz de voar».

«O porteiro deve ser sempre como uma sentinela no próprio lugar de dia e de noite».

A linguagem do Pe. Guanella é frequentemente reavivada por estas comparações e confrontos que tornam concreta a mensagem, ajudam a entendê-lo e a recordá-lo oportunamente.

Esta linguagem, à diferença daquela precisa e rígida das ciências, deixa um espaço amplo para aplicar o ensinamento na própria vida, também além de um confim demasiado restrito.

c) As citações bíblicas

No escrito do Pe. Guanella, são numerosas as citações bíblicas, proibidas pelas *Normae secundum quas...* de 1901, nos textos constitucionais aprovados pela Igreja, mas indispensáveis para traçar o percurso de um caminho verdadeiramente cristão.

Estas citações, em geral, vêm-lhe espontâneas, tanto que no texto não são nem sequer anotadas.

São em total umas sessenta, não muitas do Antigo Testamento (Salmos, Sirácide, Provérbios, Sabedoria, Jó, Isaías, Jeremias, Tobias, Êxodo), muitas mais do Novo Testamento. Não faltam citações das cartas paulinas (Coríntios, Efésios, Tesalonicenses, Timóteo), mas em geral referem-se aos Evangelhos: 21 vezes a Mateus, 6 a Lucas, 6 a João. O passo mais citado é aquele das bem-aventuranças, pelo menos sete vezes.

São citações que não servem a embelezar o discurso, mas brotam do íntimo e dão vigor pleno ao tema que está tratando.

Em todo caso, também o *Regulamento* de 1910 é filho do seu tempo. Isto vale sobretudo para alguns pontos de teologia.

Só dois exemplos evidentes: o modo de entender e de apresentar o mistério eucarístico e a vida de comunidade.

A respeito da Eucaristia, depende estritamente da visão do Concílio de Trento que:

- em primeiro lugar expunha a doutrina da presença real de Cristo no sacramento, mediante a transubstanciação; o Pe. Guanella, no *Regulamento* de 1910 não retoma este primeiro ponto;
- depois tratava da comunhão: a Eucaristia é o alimento da alma; o Pe. Guanella a ela dedica os parágrafos terceiro e quarto do décimo primeiro capítulo;
- enfim, apresentava a Missa como o modo para procurar-se esta presença e este alimento; o Pe. Guanella fala da Missa no capítulo décimo segundo, entre «Os exercícios piedosos da comunidade».

Atualmente este modo de entender a Eucaristia não é mais aceitado; a teologia põe no centro do mistério a celebração da S. Missa e a ela referem-se seja a comunhão, como modo mais válido de

participar do sacrifício de Cristo, seja a adoração do Santíssimo Sacramento, já que a presença de Cristo no sacramento prossegue depois da celebração e a ela constantemente refere-se.

Assim o *Regulamento* de 1910, seguindo as *Constituições* de 1907, não faz uma exposição orgânica da vida de comunidade. O Pe. Guanella acena a ela repetidamente, especialmente falando dos sacerdotes e dos irmãos e da relação que lhes une.

Todavia, a vida comunitária é entendida bastante rigidamente como o estar juntos, rezar juntos, trabalhar juntos. Eis quanto escreve:

«Em que coisa ela consiste? Consiste em cumprir juntos as obras de bem que concernem ao corpo, à mente e ao coração: portanto, o comer juntos, o dormir sob o mesmo teto, o comunicar-se mutuamente os tesouros da ciência e da sabedoria, sobretudo o permanecer unidos pela fé e a caridade na meditação, na leitura espiritual, na recepção dos santos Sacramentos e nas outras práticas da Regra; nisto consiste a vida de comunidade religiosa».

Deste modo o Pe. Guanella – como então todos consideravam – dá um forte peso ao elemento externo que constitui a vida de comunidade; enquanto nos nossos dias, sem diminuir a importância de tais normas, põe-se o acento na comunhão de vida, mesmo se certas vezes não é possível viver sob o mesmo teto e partilhar a mesma mesa.

Naturalmente, do *Regulamento* de 1910, é possível deduzir todos os elementos para dar à vida de comunidade o seu primeiro valor de comunhão de vida.

5. Algumas características do Regulamento de 1910

O Pe. Guanella faz ver, através das palavras, as suas experiências, o seu estilo de vida, a sua mensagem, o seu projeto, numa palavra, o seu coração.

Este Regulamento reflete o ânimo do Fundador e Pai, propõe as notas mais significativas da sua espiritualidade e da sua missão; é programa de vida também para nós.

a) Reflete as experiências do Pe. Guanella

Eis uma citação que parece aludir à sua experiência de menino que pela primeira vez afasta-se da família e da sua cidade e encontra um ambiente frio e compassado, típico dos colégios de então.

«Os primeiros cuidados – escreve – e os mais diligentes dirijam-se aos meninos que, deixada a casa paterna, movem os primeiros passos no âmbito do Instituto; aqui devem encontrar quem faz as vezes para eles de pai amante e mãe piedosa». Também no *Regulamento* de 1910 não fala do sistema preventivo, nestas poucas palavras está toda a alma deste e manifesta-se do coração do Pe. Guanella.

É confirmação disto este outro passo do mesmo Regulamento:

«A respeito dos noviços, o mestre deve considerar que são como pássaros que do bosque foram chamados para a vida doméstica». E prossegue em detalhe:

- «Não é preciso ameaçá-los sem um razoável motivo»;
- Não é preciso intimidá-los porque «prendem-se mais moscas com uma colher de mel do que com um barril de vinagre»;
- Devem ser tratados com doçura e gradualmente, «com o alimento de leite, como as crianças e, sucessivamente, acrescentar pouco a pouco alimentos mais robustos»;
- Devem receber uma formação apta às necessidades do tempo, que preste atenção «ao fraco clima moral que respiram e que é tanto propenso à liberdade e à independência».

Não é este o sistema preventivo em ato?

Ulterior confirmação tem-se de dois outros textos que concernem ao comportamento dos superiores a respeito dos assistidos:

Falando dos superiores «é muito melhor abundar em piedade e em misericórdia, do que pecar de rigor e de justiça».

Não é talvez uma contraposição à rigidez de algumas pessoas da sua família, rigidez então comum nas instituições?

Em julho de 1915, o Pe. Luís lembrava: «Como clérigo não gozei nunca. Tinha o pai severíssimo... A mãe era muito doce... O meu irmão Lorenzo era rígido e rigoroso...».

A disciplina da casa deve ser familiar, pelo qual ele lembra a necessidade de deixar espaços vitais para cada um: «Cuide-se, portanto, de compensar de algum modo a liberdade e de permitir, no âmbito da casa e em base às Regras da mesma, aquela maior liberdade que a razão possa permitir».

Feito sacerdote, o Pe. Guanella descobre as misérias da sociedade na qual vive e, pessoalmente, fica impressionado pelo anticlericalismo que tenta, em todo modo, bloquear a mensagem cristã.

Pe. Guanella escreve: «O grande dever de todo cristão é de não tremer diante do perigo, mas trabalhar com todas aquelas forças e nos modos todos que a divina Providência sugere». Foi este o programa da sua vida de jovem sacerdote em Savogno, em Traona, em Pianello; será o estímulo para procurar o seu caminho sem recuar e sem se deixar condicionar pelos prejuízos e pelas hostilidades. Justamente assim devia comportar-se porque um dia – talvez na visão de Gualdera – sentira no coração uma voz e crera naquela voz. Escreveu:

«Mas qual será aquele cristão que distingue na mente com clareza a voz do Senhor: “Vem, que eu sobre ti tenho planos especiais de benevolência. Não a sentes sensivelmente no coração a minha voz? Vem ao meu coração, porque do meu e do teu coração será feito como um só e tu, rico da minha virtude e investido da minha autoridade, tornar-te-ás dono do coração de tantos teus irmãos”; ora, quem não quererá dar importância aos desejos e às palavras do Coração de Jesus Cristo?».

Responder a esta voz comportava, porém, um caminho de sofrimentos. Por isto, depois de ter provado pessoalmente as dificuldades – dificuldades que lhe vinham também por parte da Igreja –, podia afirmar: «... é preciso reavivar a fé e crer que o bem não se pode fazer senão subindo o caminho fadigoso do Calvário, com o forte pensamento que o Senhor nunca faltou àqueles que confiam nele, que doce é sempre o pão que vem das mãos do Senhor providente, doce especialmente também quando custa suores de fadiga».

O segredo para poder colaborar validamente para o projeto de Deus é a consciência da própria radical dependência dele. O Pe. Guanella usa a expressão repetida frequentemente: «a necessidade de desconfiar de si e de confiar em Deus».

«Devemos em nós mesmos elevar uma construção alta que toque o vértice do paraíso: com quantas fadigas é preciso cavar os alicerces seguros de uma sã humildade! [...] Somos pobres enfermos, pobres mendigos e devemos erigir construções, dirigir batalhas: eis a grande necessidade de desconfiar de nós mesmos e de confiar em Deus, de destruir o nosso eu soberbo para obter que só o Senhor reino no nosso coração».

Aos coirmãos sugere as condições necessárias para que as casas multipliquem-se e reforcem-se. São aquelas que ele seguiu com tenacidade no seu caminho de fundador: «É preciso sentir profundamente no coração o desejo de tal obra e percebê-la diante... como fosse vista já cumprida. É preciso que este íntimo sentido seja solidificado pelos superiores legítimos, ou diretamente ou então indiretamente... Dificuldades, dúvidas, oposições não faltarão nunca, mas estas, antes que enfraquecer, devem confirmar os bons propósitos».

Entre as lembranças mais profundas da sua vida, não podia faltar o modelo de vida guanelliana oferecido pela Irmã Clara Bosatta. Não a nomeia, mas como não pensar nela, quando escreve: «Certamente que a classe dos relativamente perfeitos não será numerosa, mas bastam poucos para dar o bom perfume de virtude religiosa; bastam poucos e até mesmo um só podem bastar para ser coluna firme de fundação para um instituto nascente... Não é demasiado que se empregue a diligência e a oração de uma comunidade inteira, para obter que pelo menos poucos, fosse também um só, alcancem o ápice da perfeição religiosa».

Aos seus filhos espirituais, como compêndio de todas as suas experiências, deixa esta afirmação transbordante de fé e de confiança:

«Nós somos como pintinhos sob as asas da divina Providência mãe. Devemos em tudo e sempre confiar-nos àquela divina Providência que tudo dispõe em tempo, em peso, em medida... Esperando sempre que toque a hora da divina misericórdia. Não se pode prevenir as vontades do Senhor».

b) *Refletir o seu estilo de vida*

É significativo a este respeito o que o Pe. Guanella diz a respeito do «caráter do Instituto dos Servos da Caridade».

Ele inicia lembrando a natureza da vocação guanelliana e o fim para o qual tende: «o cuidado dos filhos pobres, dos velhos pobres e a vida apostólica, que de consequência estende-se especialmente em favor do povo pobre».

A primeira característica é «pôr mão fácil em todos aqueles ofícios de caridade, que requerem tanto a pobreza da instituição, quanto as circunstâncias de tempo, de lugar, de ofício e semelhantes». Como não pensar à laboriosidade que o Pe. Guanella sempre viveu desde a sua infância até os últimos tempos da sua vida?

A segunda característica é «um critério bastante caritativo e muito popular de tratamento, nos discursos, na conduta em geral, em casa e fora».

É preciso, portanto, viver lado a lado com os pobres, dar-se conta das angústias nas quais vivem, responder aos seus apelos, segundo a exortação dada por Leão XIII «quando recomendou ao clero em geral que da igreja saísse também para a praça, ou seja, que descesse às necessidades particulares do povo pobre em sentido econômico, social, espiritual, religioso».

Também aos seus recomenda este estilo de vida feito de simplicidade, de laboriosidade, de sobriedade:

«Aos Servos da Caridade para viver basta o que prescreve a Regra: um alimento simples que é mais salutar; para cobrir-se uma veste por cima do corpo e a outra no fosso e para alojar um teto decoroso: com isto devem estar contentes, segundo as circunstâncias de saúde, de idade, de trabalho, de lugar. Nisto está a felicidade de servir a Deus, nisto está a prosperidade da vida espiritual».

«É preciso depois que cada um, segundo a sua capacidade e segundo o dom de Deus, preceda com o exemplo de uma vida muito sóbria e mortificada».

Como terceira característica põe «um espírito de muita tolerância, um espírito de amplas perspectivas, orientado para a misericórdia mais do que não para a justiça».

Este espírito de misericórdia no discernir as vocações é recordado pelo Pe. Guanella aos responsáveis pela formação quando escreve: «... até que urge a improvisação de pessoal, será não somente para perdoar, mas para aconselhar que a direção do Instituto seja mais fácil a inclinar para a misericórdia do que para a justiça».

De resto, já antes afirmara:

«Um Instituto nascente, que precisa da ajuda de muitos e que, para ter muitos deles, é preciso que receba os discretos de engenho, poderá e quererá comportar-se com vastidão de pensamento e com abundância de coração...».

É conhecida a escolha feita pelo Pe. Guanella entre o critério de S. José Cafasso e aquele de Dom Bosco. O Cafasso afirmava: «Pouco e bem»; Dom Bosco, ao invés, era do parecer: «Muito, mesmo se malfeito». Pe. Guanella reconhece que todos os dois tinham razão. Em suporte da opinião do Cafasso estava a atuação de Jesus que começou com um pequeno rebanho; o parecer de Dom Bosco era confirmado pelo bem que os Salesianos cumpriam. O Pe. Guanella conclui: «Cada Instituto comporta-se em conformidade com a própria vocação e a divina graça. Nós, pequeninos, pequeninos, declaramo-nos alunos do venerável João Bosco e temos o desejo de seguir as suas pegadas...».

Certamente, no início do século, a sociedade era menos complexa, a Igreja um pouco menos exigente.

Hoje, tendo em conta tudo isto, é ainda justo e possível seguir o exemplo de Dom Bosco e a escolha do Pe. Guanella? Como é possível viver este espírito de misericórdia nas circunstâncias atuais e no respeito das normas da Igreja?

Este espírito de misericórdia deve guiar os superiores. «O superior geral é melhor que peque mais de misericórdia que de demasiada justiça». Tal espírito deve ser norma de vida nas relações entre os coirmãos. «Está também a presunção que todo religiosa cumpra, com boa consciência, o seu ofício e, portanto, também na dúvida ninguém deve presumir-se malvado. É melhor usar misericórdia do que justiça».

Ao lado do espírito de misericórdia, no *Regulamento* de 1910, o Pe. Guanella dá amplo espaço à *discrição*.

Assim enuncia este princípio que animou a sua vida e que o guiou sobretudo na sua missão de Fundador e pai:

«Os superiores da casa devem depois, sobretudo, serem razoáveis e discretos e pretender maior lucro daqueles que receberam maior tesouro de dons, tanto de natureza como de graça, e menor lucro de quem recebeu menos».

Com efeito, sempre foi sua norma: «Para fazer um pouco de bem a si e aos outros, convém servir-se do homem enquanto é homem, isto é, pequeno, frágil, mortal».

Deus mesmo comportava-se assim a nosso respeito. Por outro lado, tantas vezes o Pe. Guanella faz seu a máxima de Dom Bosco: «O ótimo é inimigo do bom».

Isto não significa renunciar aos grandes ideais da santidade e viver mediocrementemente sem ímpetos e sem entusiasmo. Veremos isto propondo o projeto do Pe. Guanella.

Esta discrição tem como sua justificação a diversidade de dons de natureza e de graça que Deus concede aos seus filhos: seria injusto e até sem sentido pretender de todos os mesmos resultados.

Sobre este ponto, o pensamento do Pe. Guanella é muito claro e revela o equilíbrio do seu espírito e a concretude dos seus comportamentos. Escreve: «Cada membro de um Instituto, como tem o dever para si, assim tem também o direito de pretender que cada um, segundo a capacidade própria e a graça que recebe de Deus, para o bem próprio e para o bom exemplo aos coirmãos, empenhe-se com todo esforço para obter a santificação da própria alma».

Como nota-se, ele pede, portanto, a cada um, um compromisso sério e constante, ainda que sabendo que Deus propõe metas diversas e que a colaboração com a graça tem graus diferentes e sente o efeito da fragilidade da nossa natureza humana. Com efeito, volta a insistir:

«Bem se sabe que a perfeição dos votos religiosos é como uma escada de oito degraus que se sobe degrau por degrau, segundo as forças que cada um tem e segundo a graça que recebe de Deus...».

O Pe. Guanella usa a discrição porque sabe que, mesmo no interno da mesma vocação, cada um tem um seu caminho para percorrer. Ele, porém, insiste para que proceda-se gradualmente, mas também com firmeza de propósito e com coerente decisão.

«É absolutamente necessário que todo Servo da Caridade entre com reta intenção no Instituto, que tenha as atitudes para observar as suas Regras e nelas se aplique com boa vontade, deixando depois campo à graça do Senhor de conduzir as almas até o aperfeiçoamento».

«Certamente cada um é obrigado, absolutamente, a observar a Regra com pontualidade, segundo o grau de conhecimento que lhe é concedido, segundo o grau de Virtude que pode possuir e, mais do que tudo, segundo o grau de graça que a pessoa pode obter de Deus».

Ocorre critério, caridade e prudência, para saber com justiça requerer de cada um o que verdadeiramente pode.

Isto vale em todas as circunstâncias. O Pe. Guanella recorda expressamente esta discrição a propósito da mortificação. Escreve:

«Quanto alguém deve trabalhar neste campo? Deve mortificar-se com todas as forças da alma, com todas as potências do corpo. Deve mortificar-se quanto o Senhor lhe dá de graça e quanto o indivíduo possui de força. Deve esforçar-se racionalmente tanto quanto aconselha a obediência, tanto quanto, repita-se isto, a pessoa sinta-se de força no ânimo, tanto quanto o superior prudente sugere. Nem mais nem menos».

Sabidamente requer o conselho e o consenso do superior para discernir a chamada de Deus a um nível de virtude extraordinária e para seguir um estilo de vida mais austero: «Se alguns entre os Servos da Caridade são de modo especial chamados por Deus a exercitar atos de virtudes extraordinários, nem sequer então devem confiar em si mesmos, mas submeter-se à obediência da Regra e ao critério dos superiores».

Discrição, portanto, que aprecia os dons pessoais de cada um e que foge de todo nivelamento, talvez cômodo, mas não certo que responde à efetiva chamada de Deus. Eis, por exemplo, o que escreve acerca da prática da pobreza:

«Faria demasiado mal quem, sentindo-se chamado para a estrita observância da pobreza, não confiasse em tudo e plenamente na Divina Providência. Mas faria igualmente mal aquele que, considerando-se falsamente chamado e exercitar virtude tão alta, pretendesse confiar o encargo à Divina Providência e receber dela, para a sua comodidade, providências sempre oportunas. Caíram Obras grandiosas também por este pecado de presunção. A desconfiança, no primeiro caso, seria defeito perigoso; a presunção, no segundo, seria defeito não menos exicial».

Este critério vale também para a administração. Ele recomenda: «É preciso evitar dois extremos: o excessivo rigor e a excessiva indulgência. A direção do Instituto deve ser prudente reguladora dos meios que lhe manda a Divina Providência».

A discricção faz-lhe dizer: «Tratando-se de comunidade, é preciso razoavelmente e segundo a intenção da santa Igreja procurar, em regra geral, que a comunidade seja discretamente abastada, ainda que a nível pessoal desejar-se-ia ou poder-se-ia exercitar a pobreza no mais alto grau de perfeição».

Ao solicitar ajudas para as suas obras, o Pe. Guanella não ousa limitar-se a rezar e confiar em Deus, como faz o Cottolengo; nem sequer sente-se à sua vontade diante do sistema que usa Dom Bosco, que «reza e ao mesmo tempo toca a tromba»; por seu lado, escolhe para si e para os seus «equidistância entre um e outro dos dois indicados métodos».

O Pe. Guanella afirma claramente que no iniciar as casas é preciso preferir aquelas para as quais mais evidente é a intervenção da divina Providência; todavia, não exclui o apoio humano por parte dos benfeitores; conclui, porém: «Muito melhor é encontrar-se em tais circunstâncias de dever depender da ajuda divina mais do que da providência do homem».

Também no acolher em casa os postulantes, o Pe. Guanella sugere ter um «comportamento de afeto e de zelo», mas também de discricção para deixar espaços de liberdade a eles e à Congregação. Tal discricção recomenda também a respeito dos noviços. Com efeito, escreve: «O coração humano é uma potência grande no homem, mas perigosa. [Quem entra na Congregação] se é bom será de grande ajuda na casa, se pouco apto será mais de estorvo que de utilidade, se inepto de dano e de perigo. Daqui nasce a necessidade de experimentar-se mutuamente».

Este estilo de respeito das pessoas e dos dons concedidos por Deus a cada um, por um lado impele o Pe. Guanella a exigir de cada um tudo o que pode dar, do outro explica o seu comportamento prático e profundamente humano. Esta sabedoria humana vem confirmada por tantos episódios da sua vida. Escreve: «A força e a prosperidade de uma Congregação vem do saber colocar com precisão cada figura de santo no nicho que lhe é próprio».

O coirmão tem a obrigação de oferecer à Congregação quanto de melhor pode; mas o superior é convidado a ter em conta as capacidades que o coirmão possui.

Ele é convicto de que a santidade exige heroísmo e abnegação, todavia, considera que é preciso ocupar os irmãos no ofício «no qual podem também eles provarem a satisfação de fazer cotidianamente aquele bem que se possa sensivelmente ver e tocar».

Esta constatação não vale talvez para todos?

Pe. Guanella, falando do Mestre dos noviços, descreve o retrato humano do Servo da Caridade: «Um caráter sombrio e pouco alegre, um caráter fechado e pouco expansivo, um caráter sensível, mas irritadiço, um caráter bom, mas sentimental, um homem de fé, mas demasiado tenaz, um homem piedoso, mas rígido e de visão curta, um homem de zelo, mas inoportuno e pouco prudente: tudo isto dificulta o bom andamento de uma família religiosa e desagrada o grupo dos alunos noviços, os quais são as abelhas na sua colméia».

De resto, pede a todo coirmão que «a sua conduta seja grave, mas ao mesmo tempo desenvolva e espontânea... Não se distinga do comum dos bons cristãos e sacerdotes e não pretenda ser algo mais do que eles. Ao falar, procure ser sucinto e rápido e apresente-se com linguagem desenvolva...».

Não teme afirmar: «Um corpo diretivo é bom que se mude de quando em quando, por motivo do mesmo corpo diretivo e por motivo dos dependentes».

Quando no conselho tomam-se decisões, ocorre sempre estabelecer a pessoa que as deve executar, fixar o tempo e as modalidades da execução, requerer dos interessados confirmação, cumprir uma verificação.

A concretude na qual se inspira, faz-lhe sugerir: «As crianças não se devem nunca usar por muito tempo e com serviço continuado [na igreja] de muitas horas no mesmo dia, porque cansar-se-iam excessivamente e diminuiriam na piedade e na devoção».

c) *Reflete o seu projeto de vida religiosa*

Alguns acenos sobre como o Pe. Guanella, no *Regulamento* de 1910, apresenta a vida religiosa em geral e, em particular, a vida religiosa guanelliana.

Todo o texto gira em redor deste argumento. Só alguns passos, para evidenciar o projeto guanelliano e confirmar a insistência com a qual o Pe. Guanella impelia para as cimas da santidade. A meta é igual para todos; cada um, depois, cumpre este caminho e dele aproxima-se em proporção da graça que Deus oferece-lhe e, sobretudo, da sua correspondência.

O Pe. Guanella não ignora que a profissão religiosa é um ato com valor jurídico que compromete tanto a congregação como o coirmão. Escreve: «Entre o Instituto e cada membro do mesmo interveio um verdadeiro contrato bilateral, pelo qual os indivíduos consagram as próprias forças para a conservação e para o crescimento do Instituto. Por sua parte, o Instituto obrigou-se a prover às necessidades corporais e espirituais dos membros, sempre, mas especialmente no momento da necessidade».

Mas o Pe. Guanella vai além do aspecto externo e jurídico. A profissão religiosa é um místico matrimônio com a Igreja e com Jesus Cristo. Assim ele se exprime: «Isto se diz dos cristãos que se sentem chamados, mas que ainda não se esposaram com a Igreja santa por meio da emissão dos votos religiosos. Mas depois que aconteceu o casamento com Jesus Cristo e a Igreja, então, com corpo e alma, o religioso deve ser fiel ao sacro casamento que se torna para ele como nó indissolúvel». E conclui: «Então seja-lhe de exemplo e de ajuda a vida imaculada, pura e santa de José com a Virgem Maria».

A profissão religiosa, portanto, é dom de Deus e vincula estreitamente o religioso a Jesus Cristo e à Igreja: «Ser chamado a seguir os Conselhos evangélicos é graça especial de Deus, por meio da qual um cristão, de simples servo, torna-se amigo na casa do Senhor, confidente do Coração de Jesus».

Esposo, amigo, confidente: vai-se bem além da rígida relação jurídica!

Com a profissão inicia-se ou reforça-se um caminho que leva a ser imagem de Cristo. Os Servos da Caridade «devem, dia a dia, proporem-se crescer no caminho de zelo e de caridade, para tornarem-se imagens vivas e falantes do divino apóstolo da caridade, Jesus Cristo salvador».

É um caminho que não concede repouso ou férias: «[O religioso] deve sentir-se queimar o coração de desejo, como quem tem grande fome e sede de justiça; deve caminhar como gigante na via da perfeição, até que chegue à cima do Calvário para morrer mártir com o Rei dos mártires».

Assim o Pe. Guanella entendeu a sua vida; este foi o seu projeto; assim ele caminhou; isto propõe aos seus filhos espirituais. É um caminho de toda a vida e de cada dia: «Ver as coisas como as vê Deus e saber-se conformar com isto; é preciso amar a verdade que é o mesmo Deus, fonte de luz e de caridade, e emular a sua semelhança: nisto consiste a grande azáfama dos dias, dos meses, dos anos, de toda a vida de um homem cristão».

Pe. Guanella insiste em dizer que na vida religiosa tudo tem como finalidade suprema este projeto de santidade: «Para ser seguidor perfeito de Jesus Cristo é preciso renunciar a todas as pessoas e às coisas desta terra; é preciso, mesmo não mudando a natureza do homem, viver um comportamento angélico; é preciso não ter vontade própria, mas confiar tudo a Deus e obedecer a ele, de modo que entre o coração de Deus e o coração do homem faça-se um coração só. Esta é perfeição altíssima, esta constitui felicidade suma. Nisto é preciso pôr todo nosso esforço. A isto miram a finalidade do Instituto, as Regras e as Constituições do mesmo; a isto tendem o zelo dos diretores, a experiência mestra de virtude».

Para perseverar neste caminho para o vértice da vida cristã, ocorre antes de tudo uma grande humildade: «Quando mais o homem religioso eleva-se para conhecer a altíssima santidade do Senhor, tanto mais humilha-se no reconhecer-se humílimo verme e abjeta criatura».

Junto com a humildade, é indispensável uma vida de profunda comunhão com Deus.

Talvez o Pe. Guanella pensava na Irmã Clara Bosatta ou talvez exprimia uma sua experiência quando, falando dos noviços, escreve: «Quando o Senhor chama uma alma para tanta altura, certamente persuade o cristão a retirar-se na solidão para poder falar ao seu coração, quase boca a boca e coração a coração».

Este “boca a boca e coração a coração” com Deus é uma característica do noviciado; verificar-se-á com intensidade em determinados momentos, mas é indispensável quando o caminho se faz

mais árduo e sobe para as cimas. A mística não é uma meta reservada para alguns, mas um convite a todos!

Em concreto, a vida religiosa consiste em seguir Jesus Cristo, assim como vem expresso e proposto pela própria regra: «Ovelhinhas boas devem ser as almas dos Servos da Caridade no seguir os passos do divino Cordeiro e, depois dele e com ele, devem percorrer o caminho indicado pela Regra e pelos próprios superiores imediatos».

Seguir Cristo, escreve o Pe. Guanella, em particular no exercício da caridade: «[Os Servos da Caridade...] não com as palavras, mas com os fatos seguiram o exemplo daquele que traçou o caminho do fazer bem, precedendo, antes de tudo com o exemplo da caridade e depois fazendo seguir a palavra da doutrina santa».

O “bem fazer”, o exemplo da caridade de Cristo, não são algo de externo à vida religiosa guanelliana, mas a característica desde o interno.

A grande lei da vida religiosa, para o Pe. Guanella, é o discurso da montanha, em particular as bem-aventuranças.

Vizinho ao espírito e à prática das bem-aventuranças, o Pe. Guanella põe o exercício das obras de caridade.

Também nos textos constitucionais e, por consequência, em vários Regulamentos, ele, seguindo as indicações da Igreja, distingue entre fim primário ou geral e fim secundário ou especial; no seu pensamento, porém, eles estão estreitamente unidos, como o são o amor a Deus e o amor ao próximo.

Já no *Estatuto dos Filhos do Sagrado Coração* de 1898, escrevia: «A finalidade desta instituição é santificar os membros da mesma, sejam sacerdotes ou leigos, mediante a prática dos Conselhos evangélicos e com o exercício das obras de caridade em geral».

O mesmo conceito é repetido quase literalmente nas *Constituições dos Filhos do Sagrado Coração* do ano seguinte. Aliás, acrescenta pouco mais adiante: «O fervoroso amor de Deus produz um caloroso afeto de caridade para com o próximo, porque o amor de Deus não se separa do amor do próximo».

As *Regras* de 1905 antepõem ao “fim do Instituto” um pequeno capítulo intitulado “Caráter do Instituto”. Ali escreve: «O caráter do Instituto dos servos da Caridade é aquele

- de conformar-se aos exemplos de virtude e de zelo do divino Salvador;
- de conformar-se a isto na medida em que se pode com o estudo da vida do mesmo divino Salvador e dos seus exemplos santos;
- e isto com o fim primário de atizar em si a chama da santa caridade;
- e de vir depois em ajuda das almas do próximo.

No *Regulamento dos Servos da Caridade* de 1905, o Pe. Guanella escreve: «Um coração cristão que crê e que sente não pode passar diante das indigências do pobre sem socorrê-las».

E queria que os seus sacerdotes imitassem de Cristo o espírito de oração, o espírito de caridade e o espírito de sacrifício.

No *Regulamento* de 1910, em comentário das *Constituições* de 1907, o Pe. Guanella distingue os dois fins, mas também une-os.

Antes de concluir as suas reflexões sobre o fim primário e geral, com efeito, acrescenta: «Todo cristão, pois, não pode contentar-se de pensar e prover para si unicamente, mas deve também pensar e prover ao bem dos próprios irmãos e, entre estes, aos mais necessitados de ajuda corporal e espiritual».

Inicia depois o parágrafo seguinte dedicado ao fim secundário ou especial, transcrevendo o duplice mandamento do amor (*Mt 22, 37-40*), e comenta: «Agora os Servos da Caridade querem enriquecer-se de virtude e de amor santo [é o fim geral] para podê-los depois distribuir em abundância aos outros. A quais outros? De modo especial aos filhos pobres do povo, aos velhos pobres do povo [é o fim especial]. Com qual meio obterão o nobre fim? Obtê-lo-ão seguindo perfeitamente as *Constituições* do próprio Instituto; obtê-lo-ão eficazmente com o exercício da vida apostólica, que é também fim e meio utilíssimo para a santificação própria e do próximo que nos circunda».

A missão do Instituto não é extrínseca à sua natureza, mas é seu componente essencial.

O guanelliano autêntico não pode propor-se chegar à plena comunhão com Deus senão através do encontro com os irmãos, mediante a ajuda material e espiritual a eles oferecida.

Por último e em síntese, eis o convite do Pe. Guanella, convite tanto mais vinculador quanto mais o fazemos penetrar no coração e o praticamos na vida de cada dia:

«Todo homem é falaz e só Deus é infalível. Siga-se, portanto, sempre a palavra do Senhor e menos aquela dos homens. Somente Deus é santo e todos os homens, mais ou menos, têm manchas de misérias; nós, portanto, aprendamos a conversar sobretudo com Deus e menos com as suas pobres criaturas, homens que percorrem as veredas deste vale de lágrimas. Mas estamos no mundo e devemos também lidar com as pessoas e as coisas do mundo. Em prática, ajude-nos o dito de S. Agostinho: “Nas coisas necessárias exista sempre unidade de pensamento; nas coisas duvidosas não se negue a liberdade a cada um de fazer e de dizer, desde que com toda pessoa e em todo ato da vida use-se sempre a caridade e suportemo-nos uns aos outros”».

Índice

<i>Aos Servos da Caridade</i>	3
-------------------------------------	---

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I: O fim do Instituto.....	5
1. <i>Fim primário dos Servos da Caridade</i>	5
2. <i>Fim secundário dos Servos da Caridade</i>	6
3. <i>Critérios para a admissão de internados nas casas do Instituto</i>	7
4. <i>As crianças pobres</i>	7
5. <i>Normas para a aceitação das crianças pobres</i>	8
6. <i>O estudo</i>	9
7. <i>Jovens aspirantes ao Instituto</i>	9
8. <i>Artes e ofícios</i>	10
9. <i>Abrigo dos adultos</i>	10
10. <i>O alimento</i>	10
11. <i>As práticas religiosas</i>	11
12. <i>A disciplina</i>	11
13. <i>Nos casos de doença</i>	12
Capítulo II: Os membros do Instituto	13
1. <i>Quais são os membros do Instituto</i>	13
2. <i>Atribuições dos sacerdotes</i>	13
3. <i>Os irmãos leigos</i>	14
4. <i>Ofícios dos irmãos leigos</i>	15
5. <i>O corpo do Instituto dos Servos da Caridade</i>	16
6. <i>Pessoas e meios para a organização do Instituto</i>	17
Capítulo III: Os aspirantes	19
1. <i>Sugestões para multiplicar os aspirantes</i>	19
2. <i>Defeitos dos aspirantes</i>	20
Capítulo IV: Os postulantes	22
1. <i>Natureza do postulante</i>	22
2. <i>Comportamento dos Servos da Caridade a respeito dos postulantes</i>	22
3. <i>Disposições dos postulantes</i>	22
Capítulo V: O hábito religioso	24
1. <i>Normas gerais</i>	24
2. <i>O hábito dos Servos da Caridade</i>	24
Capítulo VI: O noviciado	26
1. <i>Utilidade do noviciado</i>	26
2. <i>Três graus de vida religiosa para os noviços</i>	26
3. <i>Finalidade do noviciado</i>	27
4. <i>Relações entre noviços e professos</i>	28
5. <i>Os trabalhos</i>	28
6. <i>Os Exercícios espirituais</i>	29
Capítulo VII: Emissão dos votos	30
1. <i>Dignidade dos votos</i>	30
2. <i>Antes da profissão</i>	30

3. <i>Depois da profissão</i>	31
Capítulo VIII: Virtude e voto de pobreza	32
1. <i>Em que consiste a pobreza</i>	32
2. <i>Méritos da pobreza religiosa</i>	32
3. <i>Graus da pobreza religiosa</i>	32
4. <i>A Providência</i>	33
Capítulo IX: Virtude e voto de castidade	34
1. <i>Em que consiste a castidade</i>	34
2. <i>Observações práticas</i>	34
3. <i>Meios para conservar a castidade</i>	35
Capítulo X: Virtude e voto de obediência.....	36
1. <i>Em que consiste a virtude da obediência</i>	36
2. <i>Mérito da obediência</i>	36
3. <i>Graus da virtude da obediência</i>	36
4. <i>Do voto de obediência</i>	37
Capítulo XI: A confissão e a Comunhão	39
1. <i>A Confissão</i>	39
2. <i>Disposições para bem confessar-se</i>	39
3. <i>A Eucaristia, alimento da alma</i>	40
4. <i>A Divina Eucaristia, vida do Instituto</i>	40
Capítulo XII: Os exercícios piedosos da comunidade	42
1. <i>Em que consistem estes exercícios piedosos</i>	42
2. <i>A oração vocal</i>	42
3. <i>Da meditação</i>	42
4. <i>O santo sacrifício da Missa, a bênção com o Santíssimo Sacramento</i>	43
Capítulo XIII: Mortificação e penitências	45
1. <i>Necessidade da mortificação</i>	45
2. <i>Da mortificação interior</i>	45
3. <i>A mortificação exterior</i>	45
4. <i>Mortificações próprias dos Servos da Caridade</i>	46
Capítulo XIV: Ajudas para a disciplina e a vida espiritual.....	47
1. <i>Caráter do Instituto dos Servos da Caridade</i>	47
2. <i>O Servo da Caridade no interior da sua casa</i>	47
3. <i>Conduta fora de casa</i>	48
Capítulo XV: Os enfermos.....	50
1. <i>Os enfermos diante da razão e da fé</i>	50
2. <i>O que devem fazer os superiores</i>	50
3. <i>O que deve fazer o enfermo</i>	50
4. <i>Cuidados espirituais para com os enfermos</i>	51
Capítulo XVI: Sufrágios pelos coirmãos defuntos	53
1. <i>Princípios gerais</i>	53
2. <i>Sufrágios particulares</i>	53
Capítulo XVII: Demissão do Instituto	55
1. <i>Utilidade do castigo</i>	55
2. <i>O castigo-remédio moral</i>	55

3. <i>O castigo-remédio espiritual</i>	55
4. <i>O castigo-remédio físico</i>	56
5. <i>Modos de correção</i>	56

SEGUNDA PARTE

Capítulo único: O governo e o organismo do Instituto	58
1. <i>A direção em geral</i>	58
2. <i>O Capítulo geral</i>	58
3. <i>Coirmãos que têm direito ao voto no Capítulo</i>	59
4. <i>Eleições para fazerem-se no Capítulo: presidente, escrutinadores, secretário do Capítulo</i>	60
5. <i>Eleição e reeleição do superior geral</i>	61
6. <i>Eleição dos conselheiros gerais, do secretário e do ecônomo</i>	62
7. <i>Negócios para tratarem-se no Capítulo</i>	62

TERCEIRA PARTE

Capítulo I: O superior geral	63
1. <i>Autoridade do superior geral</i>	63
2. <i>Os colaboradores do superior geral</i>	63
3. <i>Considerações</i>	63
4. <i>Relações com o ordinário diocesano</i>	64
Capítulo II: O Conselho do superior geral	65
1. <i>O Conselho une com Deus</i>	65
2. <i>Coisas para tratarem-se no Conselho superior</i>	65
3. <i>Deliberações do Conselho</i>	66
Capítulo III: Os conselheiros	67
1. <i>O Conselho em geral</i>	67
2. <i>Deveres dos conselheiros</i>	67
3. <i>Ação prática dos conselheiros</i>	67
Capítulo IV: O secretário geral	69
1. <i>Deveres do secretário geral</i>	69
2. <i>União com o superior geral</i>	69
3. <i>Ação prática do secretário geral</i>	69
Capítulo V: A economia	71
1. <i>A economia em geral</i>	71
2. <i>Relações econômicas entre a casa mãe e as filiais</i>	71
3. <i>Prática da pobreza econômica</i>	71
4. <i>As dívidas</i>	72
Capítulo VI: O mestre dos noviços	73
1. <i>Dignidade e dotes do mestre dos noviços</i>	73
2. <i>Necessidade do bom exemplo</i>	73
3. <i>Comportamento com os noviços</i>	73
Capítulo VII: As províncias	75
Capítulo VIII: Casas sucursais e seus assistentes	76
1. <i>Condições de ereção</i>	76
2. <i>Meios para a ereção</i>	76
3. <i>Assistentes e Conselho</i>	76

4. <i>Assistentes e pessoal</i>	77
5. <i>Modo de comportar-se com os dependentes</i>	77
Capítulo IX: O sacristão e o porteiro	78
1. <i>Do sacristão</i>	78
2. <i>Da portaria e do porteiro</i>	78
3. <i>Dotes do porteiro</i>	78
4. <i>Obrigações do porteiro</i>	79
Capítulo X: Obrigação da Regra.....	80
1. <i>A Regra em Geral</i>	80
2. <i>A Regra e a consciência</i>	80
3. <i>A Regra e a Igreja</i>	80
4. <i>Faltas contra a Regra</i>	81
5. <i>Obrigação da Regra</i>	81

APÊNDICE

O Regulamento de 1910: um dom ainda atual.....	84
<i>Complemento às Constituições de 1907</i>	84
<i>Importância para a formação dos Servos da Caridade</i>	84
Quadro histórico e comentário <i>Pe. Pietro Pasquali SdC)</i>	87
1. <i>O horizonte dentro do qual nasce o Regulamento</i>	87
2. <i>O significado do “Regulamento” na relação com as Regras e as Constituições</i>	90
3. <i>Confronto com o Regulamento interno de 1899 e com o Regulamento de 1905</i>	92
4. <i>O estilo literário</i>	93
a) <i>As páginas mais vibrantes</i>	93
b) <i>As comparações frequentes</i>	94
c) <i>As citações bíblicas</i>	95
5. <i>Algumas características do Regulamento de 1910</i>	96
a) <i>Reflete as experiências do Pe. Guanella</i>	96
b) <i>Refletir o seu estilo de vida</i>	97
c) <i>Reflete o seu projeto de vida religiosa</i>	100